

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Luciano Pereira

Depressão:
mobilização e sofrimento social

São Paulo
2010

Luciano Pereira

Depressão:
mobilização e sofrimento social

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Arantes.

São Paulo
2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Aprovada em:

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais,

Reymundo e Tereza

Agradecimentos

Só depois, se dá conta de que o embaralhamento entre a vida pessoal e a pesquisa é maior do que se imaginava: pessoas, lugares, acontecimentos, trabalhos entram em questão, ao menos esse foi o meu caso.

Aqui, olhando lá para trás e à minha volta, agradeço,

Em primeiro lugar, aos meus pais, Reymundo e Tereza, dentre tantos motivos porque, no final de tudo, me receberam e souberam conviver com alguém que 'está terminando tese'.

Sem Adriana Capeto Barbosa, Máisa Almeida e Marcelo Leonardo, talvez não teria nem começado, ou melhor, recomeçado. A cada um de vocês, minha gratidão é infinita.

A Homero Santiago, amigo de longa data, pela leitura prévia e pela interlocução.

À Myrna Coelho que, durante um bom tempo, acompanhou de perto as alegrias e dores disso tudo.

Henrique Parra e Nilton Ota, amigos, interlocutores e colegas da turbulenta fase de conclusão de tese. Nilton apoiou a guinada no trajeto; Henrique, vizinho e parceiro, amenizou as longas jornadas de trabalho na biblioteca da PUC, em Perdizes.

Aos colegas do Sintoma Social, Arthur Bueno, Daniel Andrade, Daniel Golovaty Leandro Siqueira, Nahema Falleiros e Nilton Ota pelas nossas reuniões marcadas pela camaradagem, quando nossas pesquisas ainda ganhavam contornos.

À Nilce Pereira que, depois de muito tempo, apareceu e colaborou no final.

A Robson Braga, e não apenas pelo ato de resistência à FRM. Deu o que pensar!

Aos meus colegas professores, alunos e coordenadores do Colégio Nossa Senhora do Rosário, onde me tornei professor e continuo a aprender as artes desse ofício. Por conhecer o que se passa no mundo do trabalho, estimo a instituição. Agradeço, especialmente, à coordenadora, Profa. Dra. Angela Moreira, que compreendia quando as demandas do doutorado não se harmonizavam com as demandas do trabalho.

À Profa. Dra. Helena Bicalho (Instituto de Psicologia), cuja participação neste trabalho se deu de diversas formas, agradeço e agradeço imensamente!

Aos Prof. Dr. Franklin Leopoldo (Departamento de Filosofia) e à Profa. Dra. Irene Cardoso (Departamento de Sociologia) pela participação no exame de qualificação do mestrado, quando passei para o doutorado. Desde a minha graduação, em Ciências Sociais, até o curso sobre Freud e cultura na pós-graduação, a professora Irene sempre foi uma referência.

Pela rara e admirável prontidão em me auxiliar, agradeço aos dois professores que participaram do exame de qualificação do doutorado, Prof. Dr. Laerte Idal Sznelwar (Engenharia de Produção - POLI) e Profa. Dra. Edith Seligmann Silva (Faculdade de Medicina), cujo envolvimento com a área de saúde psíquica e trabalho, cada qual à sua maneira, eu passei a acompanhar com empolgação.

Realizei entrevistas com professores e outros profissionais, o que enriqueceu em muito a pesquisa. São eles: Leda Leal Ferreira e Dorival Barreiros (Fundacentro), Profa. Dra. Isleide Fontenelle (Faculdade de Administração - FGV), Tales Ab'Saber (psicanalista), Profa. Dra. Leny Sato (Instituto de Psicologia), Valdir Oliveira Rosa, delegado titular (Delegacia de Polícia Metrô) e Pérsio Dutra, o Peninha, (DIESAT e Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados)

De forma muito especial, gostaria de agradecer, à Maria Helena Barboza, da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia, acima de tudo, por um pequeno gesto indelével.

Por fim, sou muito grato ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Eduardo Arantes, que não pôs obstáculos às mudanças de rumo até que esse trabalho adquirisse sua estrutura definitiva e que, posteriormente, incentivou para que a pesquisa mantivesse a dimensão que acabou por tomar. Além disso, por ele ter organizado o Seminário das Quartas, a atmosfera acadêmica na qual respirei.

Por que Gregor Samsa estava condenado a servir numa firma em que à mínima omissão se levantava logo a máxima suspeita?

Franz Kafka, *A metamorfose*

RESUMO

Pereira, L. *Depressão: mobilização e sofrimento social*. 2010. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo. N.º. p. 116.

O mundo pós-fordista pode ser caracterizado pela mobilização para o trabalho das capacidades cognitivas, comunicacionais e afetivas. Além desse salto qualitativo, há, nos últimos trinta anos, uma forte intensificação do labor. Essas mudanças resultam em um aumento do controle da força de trabalho, sendo que sua subsunção se dá, agora, mais pela dominação política do que pelas determinações econômicas. Entendemos que o sofrimento social - particularmente quando se manifesta na forma da depressão - é inerente a tal configuração do mundo do trabalho e afeta às mais diversas ocupações profissionais, todas elas marcadas pela sobrecarga, pela desfiliação e pelo permanente estado de mobilização. Paradoxalmente à época da superestimação dos transtornos mentais e da medicalização da sociedade, o sofrimento no trabalho é expulso do campo clínico, teórico e político.

Palavras-chave: depressão, sofrimento social, mobilização total, intensificação do labor, medicalização da sociedade.

ABSTRACT

Pereira, L. *Depression: mobilization and social suffering*. 2010. Doctoral thesis – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo. N.º. p. 116.

The post-Fordian world can be characterized by the mobilization of the cognitive, communicational and affective capabilities to labour. In addition to this qualitative leap, there has been a strong intensification of labour in the past thirty years. These changes have resulted in an increase in the control of the labouring forces, as now subsumption takes place more as a consequence of political than of economic factors. This study is intended to show in which ways social suffering — particularly when it manifests as depression — is inherent to the current configuration of the labour world and is strictly related to the variety of occupations, all of which marked by work overload, unaffiliation, and a permanent state of mobilization. It is a curious paradox that, in a time of overestimation of mental disorders and the medicalization of society, suffering at work is expelled from the clinical, theoretical and political fields.

Key words: depression, social suffering, total mobilization, intensification of labour, medicalization of society.

Lista de Siglas

ACS: Agente Comunitário de Saúde

APA: Associação Americana de Psiquiatria

CID-10: Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – Décima revisão

DELPOM-SP: Delegacia de Polícia do Metrô de São Paulo

DIESAT: Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

DSM-IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais – Quarta edição

FUNDACENTRO: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

INSS: Instituto Nacional de Seguro Social

IRSS: Inibidores de recapitação seletiva de serotonina

LER-DORT: Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho

NTEP: Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário

OMS: Organização Mundial de Saúde

OIT: Organização Mundial do Trabalho

PAIR: Perda auditiva induzida por ruído

PDT: Psicodinâmica do Trabalho

PSF: Programa de Saúde da Família

SINDPD: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados

SINITOX: Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas

UBS: Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

Introdução	10
Parte I Planeta sofrimento	
1 Da superestimação dos transtornos mentais ao sofrimento social	19
1.1 A inflação da nosografia e da epidemiologia	21
1.2 A medicalização da sociedade	25
1.3 Superestimação, invisibilidade e exploração do sofrimento social .	27
2 Sobre a <i>epidemia depressiva</i>	33
2.1 Depressão e sociedade	37
2.2 O trabalho em causa	47
Parte II A subjetividade na reprodução material	
3 A mobilização total	60
3.1 Criatividade e experiência - trabalho e consumo no pós-fordismo .	65
3.2 Reorganização do trabalho e intensificação do labor	69
3.3 Desfilados e empreendedores e o fim da sensibilidade igualitária	74
3.4 Responsabilidade e participação – ou submissão?	77
Parte III A sociedade vista pelo prisma do sofrimento	
4 Mobilização do trabalhador e sofrimento depressivo	84
4.1 Ocupações e sofrimento	101
4.2 O lugar da depressão no mundo do trabalho	105
5 O mercado da cura do espírito	105
Considerações finais	110
Bibliografia	112
Filmografia	115

Introdução

O sofrimento psíquico ocupa, atualmente, um lugar inédito. Seja qual for o ângulo pelo qual abordamos a questão, seu peso e alcance logo se mostram evidentes. O universo da nosografia se expandiu de tal modo que seria irreconhecível, trinta anos atrás. A psiquiatria, ela mesma antes confinada no manicômio, agora está presente também nos serviços de saúde comunitários, na cultura cotidiana e na mídia.

Apesar desse sucesso, a psiquiatria se viu obrigada a dividir seu campo científico com as neurociências - verdadeira ruptura no campo das terapias da mente - responsáveis pela descoberta da nova geração de medicamentos. Vale ressaltar, no entanto, que no estágio atual das neurociências muito dos avanços propagandeados são, em boa parte, proselitismo, caso contrário, como explicar, em meio a tanto avanço científico, o retorno do eletrochoque, da lobotomia e da persistência do lítio?¹ Talvez aqui, avanço e atraso se confundam, o que dizer, por exemplo, da possibilidade aventada de uma neurotecnologia na forma de droga para apagar memória e, assim, curar o estresse pós-traumático?

Não é, no entanto, apenas pelo viés patológico que essa expansão abre seu caminho, pois como uma contrapartida necessária do sofrimento psíquico a saúde mental também ocupa um maior espaço nas mentalidades, para as quais não está apenas associada à cura, mas ao bem-estar e à qualidade de vida.²

Para a compreensão completa dessa expansão em conjunto do mundo psi, deve-se levar em consideração os aspectos econômicos do complexo médico-industrial, visto que a patologização de comportamentos e afetos associada ao consumo de psicotrópicos abriu uma "janela de oportunidades" para a acumulação rentista por meio da criação de patentes.³

Assim, para cada atividade e afeto humano, há um tipo de droga psiquiátrica: humor (antidepressivos), sono (tranquilizantes), vigília (estimulantes), apetite (inibidores e estimulantes), temporalidade (ansiolíticos), concentração e desempenho (seja a antiga ritalina, seja a recente modafinil, do

¹ O empenho de Kay Jamison para conhecer os fatores neurológicos relacionados ao transtorno bipolar é ilustrativo. Ela própria diagnosticada como tal, espera que o desenvolvimento científico a livre da doença e dos efeitos colaterais do lítio. Kay R. Jamison. *Uma mente inquieta*. São Paulo. Martins Fontes, 2009.

² Alain Ehrenberg. Les changements de la relation normal pathologique - à propos de la souffrance psychique et de la santé mentale. Paris: *Esprit*, Maio de 2004.

³ Jean Claude Salomon. *Le complexe medico-industrial*. Paris: ATTAC/Mille Et Une Nuits, 2005.

grupo dos eugênicos – em grego, bom despertar!), além das drogas não psiquiátricas, mas que estão associadas a esse universo, como é o caso das pílulas para a sexualidade, cujo nome mais conhecido é o viagra.

A medicalização da sociedade alcançou tamanha proporção que seria o caso de cogitar se não se estaria produzindo hipocondríacos em massa por meio do incentivo do uso de medicamentos. Além dos hipocondríacos, também os intoxicados, já que segundo o Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas (SINITOX), os remédios - metade cura, metade veneno - são os maiores responsáveis pelas intoxicações no Brasil, sendo que parte desses casos se devem à automedicação; uma estranha confirmação do dito popular de que de médico e louco, todo mundo tem um pouco.⁴

De modo cada vez mais efetivo, a medicalização é uma forma de controle social que incide sobre reações naturais e até mesmo positivas às situações e ambientes estressantes, sobre 'condutas desviantes' e, por fim, sobre o conflito social.⁵

Entretanto esse controle não é apenas repressivo, já que é um aspecto da mobilização que não se satisfaz mais com o homem por inteiro; como diz André Gorz, "nesse mundo o homem aparece como um ser sobrepujado, antiquado, desalojado. Para estar à altura do ambiente técnico, ele precisa de próteses químicas". Em outras palavras, esse controle medicamentoso além de produzir adaptação, propicia - para usar a expressão de André Le Breton - a *produção psicofarmacológica de si*. Ele alça as potencialidades do sujeito a níveis pós-humanos.⁶

Na medida em que um medicamento pode potencializar as faculdades cognitivas e a capacidade de concentração, a questão ética do *dopping*, para

⁴ No ano de 2007, houveram 34.028 casos de intoxicação medicamentosa. Disponível em www.fiocruz.br/sinitox_novo/media/tab04_brasil_2007.pdf, acessado em junho de 2009. o SINITOX alerta que a taxa de subnotificação é alta. Em *e-mail* enviado ao autor dessa tese, o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo afirma que "embora seja um hábito arraigado, a automedicação (consumo de medicamentos sem orientação médica) não é um problema grave no Brasil. Tampouco o brasileiro consome medicamentos em excesso, ao contrário do que se pensa." E, ignorando a subnotificação, aponta que do total (34.028 casos) 15.119 são oriundos de tentativas de suicídio. Ora, dada a existência de uma farmácia em cada esquina e a transformação de deu interior em algo que as aproxima dos supermercados, além da propaganda de certos tipos de medicamentos, é plausível presumir que a subnotificação desses dados seja muito alta.

⁵ Reginaldo Teixeira Mendonça. A medicalização dos conflitos: o consumo de ansiolíticos e antidepressivos em grupos populares. Tese de doutorado. Faculdade de Saúde Pública – USP, 2009.

⁶ André Gorz. *O imaterial - conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 13; David Le Breton. *Adeus ao corpo - antropologia e sociedade*. Campinas: Papiрус, 2003.

além dos esportes, passa a estar presente no mundo acadêmico, em concursos e no desempenho escolar, no que tem sido chamado de *dopping intelectual*.

Em suma, a psiquiatria foi muito bem sucedida em sua reconversão positivista, transformou inadequação em patologia e vulnerabilidades difusas em entidades nosográficas específicas; como se fosse pouco, a psiquiatria passou a cuidar também dos “normais”.

Muitas das pesquisas críticas a essa ordem de coisas têm centrado foco, com toda razão, na produção desse discurso, questionado sua cientificidade e sua normatividade; agora em vigor em toda a sociedade e não só nas instituições totais. Mas seria pertinente inverter o problema e indagar pelas demandas sociais que teriam colocado a psiquiatria e seus dispositivos num lugar tão especial. Ao pensar a *questão depressiva*, prozac incluído, Alain Ehrenberg, em seu *La fatigue d'être soi*, pergunta:

“como é que um medicamento veio a encarnar a esperança sem dúvida irracional, mas hoje compreensível, de se livrar do sofrimento psíquico? Hoje e não ontem. Para que um remédio possa encarnar tal fantasia, para que produza um tal encontro entre uma medicação e aspiração social foi necessário que esse sofrimento viesse a ocupar progressivamente um lugar central em nossa sociedade.”⁷

Ao nosso ver, o lugar central do sofrimento social em nossa sociedade, que tem sido apontado por pesquisadores de diferentes matizes, está relacionado com o trabalho. Por isso, faz-se necessário, novamente, levantar o véu que encobre esse mundo. Tomando como parâmetro os últimos trinta anos, Sadi Dal Dal Rosso constatou que, em diversos setores, o trabalho está sob ritmo, velocidade e pressão mais intensos. Apesar da diminuição da jornada, a carga de trabalho aumentou, processo que o autor analisa por meio do conceito de intensificação do labor.⁸

Além de se trabalhar mais nos locais de trabalho, a telemática, por meio do celular, do computador e *gadgets* eletrônicos, possibilita que o trabalho

⁷ Alain Ehrenberg. *La fatigue d'être soi – depression et société*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998, p. 83.

⁸ Sadi Dal Dal Rosso. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

adentre o tempo livre, dentro e fora do espaço doméstico, inclusive o tempo morto do trânsito.

Às mudanças quantitativas se somam as qualitativas. O trabalho lança novas demandas à subjetividade, sejam elas cognitivas, relacionais, comunicacionais ou afetivas. É o que chamamos de *mobilização total*. Não se vende apenas a força de trabalho física ou intelectual, vende-se a alma. Ao passo que no consumo, não se vende apenas produtos, mas “experiências”, possibilidades de vida, compra-se almas. Nessas duas esferas sociais, o afeto ocupa agora um lugar central.

A mobilização total é uma nova forma de controle social, cuja face discursiva é caracteriza pela convocação do indivíduo, mas de uma forma que apela por sua autonomia. Em outras palavras, as novas formas de controle social conclamam os sujeitos à autonomia para obter, contudo, a mobilização total do trabalhador e do consumidor.

No trabalho, a força anímica se transforma em fator de produção; no consumo, é a noção de experiência que se converte em mercadoria. Não só a mobilização dos afetos por essas duas esferas passou a ser central para a acumulação, como elas tendem a ocupar todo o cotidiano e a resumir a vida a duas atividades: trabalhar e consumir.

Mas se essas características do trabalho dito imaterial estão muito presentes nos setores da educação, saúde e comunicação, não é possível generalizá-las, já que em setores recentes da economia, como nas centrais de teleatendimento e nas cadeias de *fast food*, o trabalho taylorista repetitivo e fragmentado é absolutamente hegemônico. Nesses casos em que a subjetividade do trabalhador é até mesmo combatida, a mobilização se dá pela acentuada intensificação do trabalho, ou seja, quando o aumento da produção não é resultado do desenvolvimento tecnológico, mas sim de um maior dispêndio de energia da força de trabalho. Muito embora, no caso das grandes marcas de *fast food*, os “colaboradores” possam se identificar com a empresa, sendo então subjetividade mobilizada na forma de uma servidão voluntária, já que intimamente não se é obrigado a aderir a discursos corporativos pueris.

A nova forma de subsunção da força de trabalho, isto é, a maneira pela qual os processos econômicos se apropriam do conhecimento, das emoções e da energia física de homens e mulheres, dá ensejo às psicopatologias *no* trabalho, ao mesmo tempo em que surgem novas psicopatologias *do* trabalho: depressão,

ansiedade, estresse pós-traumático, de um lado, e patologias da sobrecarga, do esgotamento, do assédio, de outro.⁹

O caso da LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) é exemplar quanto a isso. Quando se imaginava que fábricas limpas e produção robotizada poderiam livrar o homem da penosidade do trabalho, novas doenças aparecem em proporções epidêmicas avassaladoras. Não é possível descrever de outra maneira sua presença entre trabalhadores de todo o mundo dessa doença que se manifesta no corpo, mas que segundo Christophe Dejours, só pode ser entendida como resultado de “uma agressão que tem início nas funções psíquicas”.

Retomando as duas metades de nosso tema. Começamos por descrever a tendência de patologização de afetos e comportamentos e, depois, nos voltamos para as novas formas de sofrimento presentes no mundo do trabalho.

Ora, se os estudos da relação entre depressão e sociedade, como veremos, têm uma visada culturalista ou mesmo de crítica a estilos de vida, seria pertinente analisar essa relação tendo como baliza o trabalho, seja pela forma em que ele é mobilizado, seja pelas resistências que os trabalhadores criam à essa mobilização, umas bem sucedidas, outras que acabam por levar mais água a esse moinho, outrora chamado de satânico, que está aí para quem quiser ver e é bom esfregar os olhos.

Dentre as psicopatologias, iremos trabalhar mais detidamente a depressão, em primeiro lugar, porque, ela aparece nas estatísticas dos órgãos de seguridade social como a mais importante causa psíquica de afastamento e invalidez; em segundo lugar, por ser considerada pelos estudos epidemiológicos a de maior incidência.

A depressão enquanto forma de manifestação do sofrimento social é resultado de um alto grau de mobilização subjetiva que agora está implicado na reprodução material da sociedade. A dificuldade em satisfazer a todas as exigências já contém em si algum sofrimento; os sujeitos vivem num equilíbrio precário na tentativa de dar conta das demandas do trabalho e do consumo; a depressão está à espreita e aparece quando esse equilíbrio é quebrado.

⁹ Cf. Christophe Dejours. Alienação e clínica do trabalho. Laerte Sznelwar e Selma Lancman (orgs.). *Christophe Dejours - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 219 e segs.

O sofrimento depressivo não é apenas um efeito indesejado dessa configuração social, muito pelo contrário, já que ela também *se alimenta do sofrimento*. Veremos que no mundo do trabalho, *mecanismos coletivos de defesa* criados para apaziguar o sofrimento, são mobilizados pelas novas formas de gestão baseadas na qualidade total e na avaliação individual de desempenho. Se bem sucedidos - para o que precisam da contribuição de cada um - esses mecanismos, à medida que funcionam, produzem a banalização da injustiça e da violência, cujas consequências deletérias para saúde de todos é cada vez mais patente.¹⁰

O sofrimento depressivo guarda relações com a esfera do consumo, mas como essa pesquisa assume o postulado da centralidade do trabalho, não nos interessa aqui as inegáveis consequências subjetivas do mundo do consumo, como por exemplo, a infantilização, em curso. Interessa-nos analisar como o sofrimento que aparece na produção propiciou um nicho de mercado: o sofrimento é capturado e convertido em produtos e serviços terapêuticos. Trata-se da formação de um mercado da cura do espírito e do bem-estar que abarca a proliferação de *spas* e assessorias em gestão do estresse, profusão de terapias alternativas e de academias de ginástica que passaram a oferecer modalidades, mais relaxantes do que esportivas.¹¹

No entanto, além de ser produzida e ter se tornado funcional para a reprodução social, a depressão pode ser também uma forma de distanciamento crítico e é muito possível que, depois da crise, o depressivo analise de outra forma seu trabalho, ou não se reconcilie com os valores que o fizeram sucumbir. Mas a forma pela qual essa afecção tem sido tratada¹² reafirma o isolamento, a frustração e a reificação que a gerou, e por isso ela já se tornou um elemento estrutural de nossa sociedade.

Devido à posição ainda central do trabalho em nossa sociedade, o sofrimento no trabalho comporta desdobramentos consideráveis que extrapolam o seu campo. Por exemplo, como se organiza o cotidiano familiar, quando os pais estão sofrendo as consequências psíquicas de serem inteiramente mobilizados para o trabalho? Quais as consequências para os filhos quando o pai ou a mãe

¹⁰ Christophe Dejours . *A loucura do trabalho* – estudo sobre psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992; Idem, *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

¹¹ Isleide Fontenelle. *Humanidade espetacular: emancipação ou auto-destruição virtual?* Margem Esquerda, v. 4, p. 163-174, 2004.

¹² Robert Castel. *A gestão dos riscos – da antipsiquiatria a pós-psicanálise*. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora, 1987.

estão deprimidos por conta do trabalho? Como a família se relaciona com o trabalhador afastado por licença saúde ou 'inválido'? Ou quando se perde um emprego já insuportável? E quanto ao desemprego prolongado?

Tendo em conta as diversas reverberações do sofrimento, seria válido, então, indagar a respeito da pertinência de se entender o social pelo prisma do sofrimento? Segundo Emmanuel Renault, as análises que tomam o social a partir do sofrimento têm sido criticadas ou mesmos evitadas por autores foucaultianos que vêem no seu uso um risco de psicologizar a realidade social. Por sua vez, autores marxistas vêem no sofrimento social um modo de dissimular o peso das estruturas de dominação e de exploração.¹³

E mesmo um teórico da psicopatologia do trabalho como Christophe Dejours, trata de desfazer algumas armadilhas situadas na intersecção desse objeto com a política. Para Dejours, há risco de:

- emaranhar o pensamento no miserabilismo e de fazer obstáculo ao pensamento político, que deve ser antes de tudo desembaraçado de afetos,

- exaltar o derrotismo ao invés de celebrar as múltiplas formas de resistências à injustiça, e de se comprazer com a nostalgia ao invés de saudar a coragem daqueles que se põem à altura dos desafios da modernidade.¹⁴

No entanto, faz-se necessário nomear o sofrimento, isto é, identificar as condições e situações sob as quais ele surge, pois dependemos do trabalho uns dos outros e se há sofrimento generalizado no mundo do trabalho todos são prejudicados. Por isso, as causas do sofrimento devem ser elucidadas para serem enfrentadas com eficácia. Em outras palavras, a pesquisa é um dos elos da ação política.

Se não há boas condições de trabalho - e os trabalhadores sofrem sob a pressão de trabalhar mal - o enfermeiro, o operário, o professor, o funcionário público estão impossibilitados de executar suas tarefas com qualidade, o que prejudica o paciente, o consumidor, o aluno, o cidadão. O que é patente no caso do tele-atendimento, em que trabalhadores doentes e consumidores insatisfeitos se encontram sob a realização do capital.

¹³ Emmanuel Renault. *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Decouverte, 2008.

¹⁴ Prefácio de Christophe Dejours In: Patrick Coupechoux. *La déprime des opprimés – enquête sur la souffrance psychique em France*. Paris: Éditions du Seuil, 2009, p. 13.

Nos trinta anos gloriosos, a teoria crítica acreditava que o bem-estar crescente, possibilitado pela melhoria das condições de vida, resultaria numa sociedade sem oposição. Hoje, quando a integração dos trabalhadores via aumento da renda salarial é um passado distante, o mal-estar psíquico crescente é uma dimensão que atravessa e paralisa o pensamento e a prática política.

Tomando o sofrimento social como categoria heurística, nosso trabalho se estrutura a partir de dois conjuntos de questões. Em primeiro lugar, quando a subjetividade passa a ser mobilizada com uma intensidade e de um modo inéditos, tanto no trabalho, quanto no consumo, há um aumento do sofrimento? Qual seria a natureza desse sofrimento?

Em segundo lugar, a insistente presença contemporânea do sofrimento psíquico e da saúde mental é reveladora de uma nova relação entre o normal e o patológico? Se sim, há uma nova gestão dos riscos psíquicos?

Para responder a essas questões, optamos por fazer uma pesquisa teórica, cuja argumentação fosse respaldada por pesquisas empíricas. A teoria é imprescindível, mas não se deve tomar o mundo como seu espelho. Assim, fazemos uso de textos clínicos baseados na psicodinâmica do trabalho, de estudos de casos da sociologia do trabalho e do consumo e de pesquisas epidemiológicas.

A tese está dividida em cinco capítulos, distribuídos em três partes. Na primeira parte, buscamos compreender como há sofrimentos que são exponenciados pela ciência e pela mídia, enquanto outras formas do sofrer são ocultadas (capítulo I). Em seguida, decantamos os possíveis significados sociológicos contidos na expressão “epidemia depressiva” (capítulo II). Na segunda parte, abordamos as mudanças no mundo do trabalho nas últimas três décadas e postulamos que a subjetividade tem, atualmente, um peso maior na reprodução material (capítulo III). Na terceira parte, trabalhamos as interações do trabalho com o sofrimento em geral e, de forma mais detida, a depressão (capítulo IV); depois voltamo-nos para as demandas que esse sofrimento, oriundo do trabalho, dirige ao consumo (capítulo V).

E, *last but not least*, cabe lembrar dois postulados dessa pesquisa: não é possível separar juízo de fato e juízo de valor, assim como não se deve separar por completo, aquilo que existe daquilo que poderia ser. A explicitação de seus juízos de valor era parte do método expositivo de Herbert Marcuse. Dois desses julgamentos são bem adequados para o presente trabalho:

1) O julgamento de que a vida humana vale a pena ser vivida, ou melhor, pode ser ou deve ser tornada digna de se viver. Este julgamento alicerça todo esforço intelectual; é apriorístico para a teoria social, e sua rejeição (que é perfeitamente lógica) rejeita a própria teoria;

2) O julgamento de que, em determinada sociedade, existem possibilidades específicas de melhorar a vida humana e modos e meios específicos de realizar essas possibilidades. A análise crítica tem de demonstrar a validade desses julgamentos, tendo a demonstração de se processar em bases empíricas.¹⁵

¹⁵ Herbert Marcuse. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 14 e 15.

Parte I - Planeta sofrimento

Capítulo 1

Da superestimação dos transtornos mentais ao sofrimento social

Nos últimos trinta anos, a forma pela qual se compreende saúde mental e sofrimento psíquico passa por uma mudança radical. Segundo Ehrenberg, a novidade consiste nos “problemas de massa da subjetividade individual”, novidade essa que pode ser compreendida a partir de três critérios: valor, extensão, descrição e justificação da ação.

Quanto ao valor atribuído à questão, é possível afirmar que “o dano psíquico é considerado hoje como um mal ao menos tão grave quanto o dano corporal e, frequentemente, mais insidioso.” Quanto à extensão, o dano psíquico concerne agora “a cada instituição (escola, família, empresa e justiça) e mobiliza os mais diversos atores (clínicos de todos os gêneros, médicos e não médicos, assistentes sociais, educadores, diretores de recursos humanos, novos movimentos religiosos, a Igreja).” Por último, no que diz respeito a descrição e justificação da ação, “não somente nenhuma doença, mas também nenhuma situação social (a delinquência adolescente, o desemprego, a atribuição do RMI*, a relação entre empregados e clientes ou usuários etc.) deve hoje ser abordada sem levar em consideração o sofrimento psíquico e sem visar a restauração da saúde mental.”¹⁶

A forma de se considerar o sofrimento psíquico, nas três últimas décadas também se modifica. Horwitz, um veterano sociólogo da saúde, nos dá notícia dessa transformação. O autor de *Creating mental illness* nos conta que ao voltar a um centro comunitário de saúde para entrevistar os usuários, depois de 25 anos, é surpreendido pela alteração na maneira pela qual as pessoas explicam seus padecimentos.

Na década de 1970, os próprios usuários atribuíam seus mal-estares a dificuldades financeiras, ao trabalho, ao relacionamento conjugal e familiar e a intempéries da vida. Em meados da década de 1990, esses padecimentos passam a ser entendidos como manifestações de doenças mentais específicas:

* Revenu Minimum d'Insertion é o programa de governo francês que instituiu a renda mínima.

¹⁶ Alain Ehrenberg. Les changements de la relation normal pathologique - à propos de la souffrance psychique et de la santé mentale. Paris: *Esprit*, Maio de 2004. p. 134

toda sorte de transtornos (humor, ansiedade) e suas divisões (bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo, pânico etc.) entram em cena¹⁷

Assim, sentimentos difusos de vulnerabilidade fortemente vinculados às situações sociais se transformaram em doenças específicas. E a “doença” se tornou biológica, isto é, se reduziu a reações bio-químicas no cérebro e à hereditariedade. Além dos fatores exteriores ao sujeito, isto é, o contexto social e doméstico, nessa nova forma de autocompreensão é descartada também a subjetividade e a história individual, tudo em prol de um determinismo biológico.

O estrago não é pequeno, já que dadas as maiores responsabilidades que pesam sobre os ombros dos indivíduos, a sensação de vulnerabilidade é crescente - parte de uma mesma guinada antropológica radical que iremos mapear. É quando o social sai de cena que o sofrimento é atribuído às moléculas. Ora, se as condições sociais sob as quais esse sofrimento aparece deixam de ser consideradas, o seu enfrentamento sai do “horizonte de expectativas” pessoal e coletivo.

Quando os psiquiatras assumem a função pública de esclarecimento dos males da mente, eles não deixam de prestar um serviço à população, pois por conta de preconceitos antigos e enraizados tende-se a desconsiderar o sofrimento psíquico e a enxergar nele um disfarce da preguiça, da má vontade, da falta de fibra e retidão moral, do mesmo modo que as conversões histéricas da era vitoriana eram atribuídas à simulação do sujeito. Ainda hoje, o senso comum acredita que “depressão não é doença de pobre”. Nada mais equivocado como veremos.

Por outro lado, esse empenho no esclarecimento parece ter resultado em seu oposto. O discurso do especialista passa a ser o parâmetro para o

¹⁷ Cf. Allan Horwitz. *Creating Mental Illness*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002, p. ix. O autor divide o campo doenças mentais em três tipos. A doença mental [*mental diseases*] é definida por uma doença, subjacente aos sintomas, invariável culturalmente, por exemplo, a loucura e a depressão persistente. Os transtornos mentais [*mental disorders*] quando os sintomas revelam uma vulnerabilidade difusa do sujeito sem que haja uma doença subjacente. Por último, “mental illness” pode ser entendida como um desvio a uma norma de um grupo social particular, não podendo, por isso, ser validadas fora desse grupo. Apesar do louvável esforço do autor em demonstrar que o DSM abre espaço para que condutas desviantes sejam classificadas como transtornos mentais, nós *não* utilizamos aqui suas definições. Vejamos como Horwitz define transtorno mental: “é válido falar em transtorno mental quando um sistema psicológico não é capaz de funcionar tal como ele é designado para funcionar e quando esta disfunção é definida como inapropriada em um contexto social particular.” *idem*, p. 11. Ora, em primeiro lugar, afirmar que a loucura é uma doença invariável culturalmente é algo absolutamente questionável. Em segundo lugar, a definição de transtorno mental do autor exclui casos de ajustamento patológico nos quais o “sistema psicológico” não só funciona como suas respostas são consideradas como apropriadas. Mas para fazê-lo, o autor teria que ter em vista a crítica da ordem social e não se restringir a uma classificação psicológica.

comportamento; quanto maior for sua exposição na mídia, mais pessoas voluntariamente se identificam com um difuso perfil depressivo, pois se apegam cegamente à competência do especialista e vão à busca imediatista de medicação.

Boa parte da tão propalada 'epidemia depressiva' não se deve a fatores biológicos, nem psicológicos, mas a fatores sociais. Para lembrar Christopher Lasch, o sofrimento depressivo é "falsamente experimentado como puramente pessoal e privado."

Nesse trabalho, não iremos formular uma definição estrita de depressão - o que, aliás, o *stablishment* psiquiátrico, apesar de perseguir esse objetivo, ainda não conseguiu. Qualquer esforço nesse sentido nos levaria para o mesmo caminho dos autores que criticamos.

Antes de definirmos o sofrimento depressivo, é preciso passar em revista ainda outras questões acerca do tema.

1.1 A inflação da nosografia e da epidemiologia

Visto de hoje, parece inimaginável que, durante a maior parte do século XX, a psiquiatria tenha se deixado influenciar pela psicanálise. A corrente que tomava a psicanálise como referência principal era chamada de psiquiatria dinâmica e sua posição hegemônica se refletiu no Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais (DSM), em suas primeira e segunda versões.¹⁸

Uma grande inflexão, no entanto, ocorre no DSM III, publicado em 1980, numa quadratura histórica em que um conjunto de respostas políticas de cunho conservador está em curso, basta lembrar a eleição de Ronald Reagan no mesmo ano. Mesmo Horwitz, que está mais próximo das concepções do DSM do que imagina, atribui ao DSM III o sentido de uma contra-revolução.¹⁹

¹⁸ Apesar de ser elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana, o DSM é adotado em todo o mundo. Atualmente, o manual está em sua quarta edição, publicada em 1994, que foi revisada em 2000. Cf. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 4ª edição, Texto Revisado. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2000. O DSM-IV, por sua vez, adota os critérios do CID-10, *Classificação Internacional de Doenças*, da Organização Mundial de Saúde (OMS). A décima atualização é de 1992. Atualmente, uma força tarefa internacional está encarregada de preparar o DSM V, cujo lançamento está previsto para 2013.

¹⁹ Por certo, estamos diante de um exemplo do núcleo do estado de exceção que vigora atualmente segundo uma certa teoria crítica, já que o poder reservado à Associação Psiquiátrica Americana lembra que "o verdadeiro ponto misterioso da política ocidental, não é o Estado, não é a Constituição, não é a Soberania, mas o Governo. Não o Governo, mas o Ministro. Não o Legislador, mas o Funcionário." Giorgio Agamben, *apud*, Paulo Arantes, *Alarme de incêndio no gueto francês* –

Por conta de sua herança psicanalítica, a psiquiatria dinâmica partia da idéia de um *continuum* entre neurose e normalidade. Quando a psiquiatria dinâmica perde a hegemonia para a psiquiatria diagnóstica, como Horwitz a chama, o conceito de neurose desaparece, em seu lugar, entra em cena uma concepção positivista de entidades nosográficas específicas que podem ser constadas segundo os critérios do que é chamado de medicina das evidências.

No entanto, não se trata aqui de subscrever as duas primeiras versões do DSM. A própria idéia de um “manual” a respeito do sofrimento é problemática. Na origem do DSM, está uma insatisfação dos psiquiatras militares dos EUA que ao voltarem da Segunda Guerra - e em sua grande maioria voltaram para uma prática liberal, enquanto os descendentes de migrantes foram para os asilos - ficaram insatisfeitos com as limitações das classificações nosográficas da época. “Os *insights* e o entusiasmo gerados pela guerra, que levaram muitos europeus para a psiquiatria social, levaram os psiquiatras norte-americanos, tais como Karl e William Menninger, a expandir a psicanálise.”²⁰ O resultado é uma psicanálise caricaturizada e naturalizada que será a base de um novo sistema nosográfico representado no DSM I (1952) e no DSM II (1968).

Na cultura psiquiátrica do final dos anos 1960, a depressão era classificada em três tipos. A depressão endógena era vinculada a fatores biológicos ao que costumava denominar de melancolia. Além dela havia dois tipos de depressão exógena, a neurótica e a depressão reacional “desencadeada por algum evento recente e podia acometer qualquer pessoa, não sendo originada por conflitos inconscientes como a depressão neurótica.”²¹

Até o DSM II, a depressão é compreendida como uma síndrome, isto é, um conjunto de sintomas que aparece em estruturas psicóticas ou neuróticas, embora o transtorno de personalidade depressiva já apareça. Aqui, há uma preocupação com a causa seja interna (psíquica ou orgânica) ou externa (fatores sociais).

No DSM III, não há mais preocupação com a etiologia e a classificação se pretende “descritiva” e “a-teórica”. De fato, como não há uma preocupação com as causas; o DSM não defende abertamente um determinismo biológico,

uma introdução à era da emergência. Mimeo, p. 11. A associação em questão não é parte do governo norte-americano, mas o poder desse corpo técnico em determinar o que é saúde e doença mental, em todo o mundo, se encaixa na argumentação do filósofo italiano.

²⁰ David Healy *apud* Maria Lopes Facó. *Um mosaico da depressão – dos sujeitos singulares aos transtornos universais*. São Paulo: Escuta, 2008, p. 31.

²¹ Facó, *ibidem*, p. 28.

“embora a psiquiatria diagnóstica seja oficialmente agnóstica a respeito dos fatores que levam as pessoas a desenvolver doenças mentais, o sistema médico de classificações costuma enfatizar as patologias orgânicas.”²²

Ainda em 1981, Robert Castel diagnostica com muita clarividência uma recomposição do campo psicotecnológico em três direções

um retorno forte do objetivismo médico que substitui a psiquiatria no regaço da medicina geral; mutação das tecnologias preventivas que subordina a atividade de tratar a uma gestão administrativa das populações de risco; a promoção de um trabalho psicológico sobre si mesmo que faz da mobilização da pessoa a nova panacéia para enfrentar os problemas da vida em sociedade.²³

Dado que as linhas de força descritas por Castel se confirmaram nas últimas décadas faremos uso da tripartição proposta por ele para analisarmos a configuração atual do mundo *psi*.

Nesse capítulo, abordamos o retorno e consolidação do objetivismo médico. Ainda segundo Castel, ela leva à

laminação da especificidade da abordagem psiquiátrica permitindo o retorno do forte objetivismo médico e do positivismo e operando uma banalização das instituições e técnicas da medicina mental no seio da medicina geral.²⁴

Uma das consequências mais importantes da perda da especificidade da psiquiatria é a da morte de uma psicopatologia que não se limitava a uma leitura dos sintomas e que cede lugar agora a uma nosografia positivista baseada em evidências, ao invés de um trabalho de interpretação dos sintomas.

O termo *disorder* - que acaba por cumprir a mesma função que a neurose nas duas primeiras versões - é comumente traduzido como *transtorno* em português e *trastorno* em espanhol. Se, no entanto, for traduzido literalmente e transposto para as ciências sociais fica logo evidente sua carga positivista: desordem. Ademais, vale lembrar que, no DSM, *disorder* e *illness* [doença, mal-estar] são termos intercambiáveis.

Da primeira versão do DSM à última, entre 1952 e 2000, o número de doenças mentais quadruplicou. No DSM-IV TR há, aproximadamente, 400

²² Alain Horwitz, *ibidem*, p. 3. Vale lembrar que aqui como em outros campos do conhecimento, realidade e pensamento começam a andar para trás, a psiquiatria volta a Emil Kraepelin, tal como a economia retorna a Menger, Jevons e Walras.

²³ Robert Castel. *A gestão dos riscos – da antipsiquiatria a pós-psicanálise*. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora, 1987, p. 18.

²⁴ *Idem*, *ibidem*, pp. 68-69.

entidades patológicas enquanto no DSM-I haviam 106 entidades. Além de descrever propriamente as doenças, o DSM classifica nosograficamente uma enorme diversidade de afetos, condutas e relações humanas.²⁵

Para além dessa virtualidade de patologização, essa nosografia teve um impacto ainda maior nas pesquisas epidemiológicas, na medida em que estas tendem a gerar dados estatísticos marcados pela superestimação do sofrimento:

ao menos um quinto da população dos EUA [segundo o *National co-Morbidity Survey*] está sofrendo de um transtorno mental e aproximadamente a metade dela terá ao menos um transtorno ao longo da vida. O *Surgeon General's Report on Mental Health*, por exemplo, afirma que 15 mi de americanos desenvolvem transtornos a cada ano.²⁶

Segundo Horvitz, essas estatísticas se devem a mudança da administração pública americana na área de saúde que deixou de trabalhar fatores sociais para se voltar sobre problemas dos indivíduos. Além disso, essas mesmas pesquisas epidemiológicas se pautam no DSM, mas o fazem de forma ainda mais simplificadoras.

Do outro lado do atlântico,

'um francês em cada quatro sofrerá de problema mental' declara o relatório Piel-Rælandt [...] Uma proporção que se reencontra em escala europeia: 'Nos países europeus, em doze meses, 250 pessoas de cada mil, apresentará um transtorno mental.' Anuncia um relatório sobre saúde mental na Europa. A Organização Mundial de Saúde (OMS), que fez do ano de 2001 o ano da saúde mental, tira a mesma porcentagem para o conjunto do planeta.²⁷

Nessa vertente epidemiológica, há outros problemas decorrentes da aplicação do DSM, como por exemplo, a co-morbidade. Segundo Horvitz, o segundo maior estudo nos EUA sobre a prevalência dos transtornos mentais na população foi o *National co-Morbidity Survey*, de 1992. Com base numa amostra de 8,1 mil entrevistados, o NCS conclui que 29% da população norte-americana terá mais de um transtorno mental ao decorrer da vida.²⁸

²⁵ Cf. Allan Horvitz. *idem*, p. 2.

²⁶ Allan Horvitz. *idem*, p. 3.

²⁷ Alain Ehrenberg. *Les changements de la relation normal pathologique - à propos de la souffrance psychique et de la santé mentale*. Paris: Esprit, Maio de 2004. p. 141. N' *O Alienista*, Machado de Assis, já havia satirizado a psiquiatria positivista de sua época, talvez, o mundo esteja se assemelhando a uma imensa Casa Verde, de Simão Bacamarte; lá como cá, querelas diagnósticas e controle de população são duas pontas de um mesmo processo. Cf. Machado de Assis. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. V. II.

²⁸ *Idem*, p. 87. Ora, se boa margem de arbitrariedade está em jogo nas definições dos transtornos, a co-morbidade é uma consequência natural da classificação. Cf. *idem*, *ibidem*, p.111.

Um desdobramento frequente dessas pesquisas é a afirmação de que a porcentagem desse contingente que busca tratamento é bem menor que a incidência, logo, é preciso incentivar as pessoas a buscar tratamento. Que tratamento?

1.2 A medicalização da sociedade

A inflação da nosografia psiquiátrica é um fator determinante do crescimento das ditas novas psicopatologias e, ao mesmo tempo, de sua incidência.

Mas a invenção dos psicotrópicos também cumpre seu papel. Ardil da dialética do iluminismo: a psicofarmacologia, que buscava a cura, passou a inventar doenças. As formas variam, seja pela já descrita patologização de qualquer desvio em relação à norma, com sua respectiva pílula, ou mesmo pela criação de uma patologia para uma nova pílula recém-descoberta.

Por exemplo, transtorno de fobia social – o medo de ficar tímido ou de ser humilhado em público – era considerado um transtorno raro até os médicos começarem a tratá-lo com Nardil (fenelzina), a partir da metade da década de 1980, e depois com IRSSs (Inibidores de Recapitação Seletiva de Serotonina) como o Paxil. Hoje, a fobia social é freqüentemente descrita como o terceiro transtorno mais comum nos Estados Unidos da América. Histórias similares podem ser contadas a respeito do transtorno obsessivo-compulsivo e transtorno do pânico (...). Como David Healy assinalou: a chave para vender drogas psicoativas é vender transtornos mentais.²⁹

No velho mundo, depois da publicação, em 1988, na França do *Guia dos 300 medicamentos para se superar física e intelectualmente*, o governo e os pesquisadores se voltaram para o problema da medicalização. Nesse mesmo ano, se descobriu que o consumo de tranquilizantes e hipnóticos, nesse país, era cinco vezes maior que nos Estados Unidos.³⁰

²⁹ Carl Elliott e Tod Chambers (orgs.). *Prozac as a way of life*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004., pág. 5. Além de suas pesquisas, David Healy tem se destacado como publicista ao denunciar as relações escusas entre as corporações farmacêuticas e academia, relação esta que já chegou a ponto da criação de *ghost writers*, os quais elaboram textos e pareceres para que conceituados psiquiatras assinem. Dono de uma extensa obra, se tornou mais conhecido quando publicou um artigo correlacionando prozac e suicídio, o que lhe custou o cargo de diretor em um hospital no Canadá.

³⁰ Alain Ehrenberg. *Le culte de la performance*. Paris: Hachette, 2005. p. 140.

O uso generalizado de medicamentos é uma das manifestações da medicalização enquanto forma de controle social. Segundo Peter Conrad, a “medicalização descreve um processo pelo qual problemas não relacionados à medicina são definidos e tratados como problemas médicos, comumente como transtornos.”³¹

Embora o “imperialismo dos médicos” seja um fator importante, a questão chave para o autor é a definibilidade. Com efeito, a “medicalização consiste em definir um problema em termos médicos, usar uma linguagem médica para descrever um problema, usar um discurso médico para compreender um problema ou usar uma intervenção médica para “tratá-lo”.

Desse modo, a medicalização não se atém a doenças, transtornos ou desvios, mas engloba um amplo espectro que vai desde processos vitais, sobretudo no que diz respeito à vida das mulheres e dos idosos, até à relação de crianças e adolescentes com o aprendizado.

Ainda segundo Conrad, são inúmeros os problemas resultantes do controle social crescente caracterizado pela medicalização: suposição da neutralidade médica, domínio dos especialistas, despolitização do comportamento, desresponsabilização, “exclusão do mal”, individualização dos problemas sociais.³²

Como se vê nenhuma menção ao trabalho, o que não é nada incomum, muito pelo contrário, essa ausência do trabalho nos mais diversos estudos, cujos objetos guardam relações profundas com o trabalho daria por si mesmo uma pesquisa à parte.

A respeito do caso em questão, não é difícil perceber que as relações entre medicalização e trabalho são profundas, o que se constitui em um campo profícuo para a teoria social.

A título de exemplo, basta lembrar uma observação de Dejours, numa indústria de transformação do ramo petroquímico, sobre a ansiedade gerada pelos riscos para a saúde e para a vida que a indústria representava. A “tensão nervosa” vivenciada pelos trabalhadores resultava no consumo de medicamentos

³¹ Peter Conrad. Medicalization and social control. *Annual Review of Sociology*. Vol. 18 (1992), pp. 209 e segs.

³² Cf. idem. P. 223.

psicotrópicos frente ao perigo: trabalho com risco: “ansiolíticos durante o dia, soníferos à noite e psicoestimulantes de manhã.”³³

1.3 Superestimação, invisibilidade e exploração do sofrimento social

A questão do sofrimento social é um ponto de intersecção de muitas disciplinas.³⁴ Com efeito, a questão comporta abordagens que levam a conclusões tão discrepantes a ponto de aparentar que tais abordagens não analisam a mesma realidade social. Aqui, vamos contrapor essas diferentes perspectivas para tentar uma avaliação do conjunto.

Curiosamente, em determinadas casos, há superestimação e superexposição na mídia, enquanto outros casos são relegados à invisibilidade. Nas situações de trabalho, esse sofrimento ora, é reprimido, ora é explorado de modo que ele se torne mesmo funcional para a organização do trabalho. Quando afinal ele é abertamente reconhecido, responsabiliza-se o trabalhador.³⁵

No caso da superestimação, além da inflação nosográfica, há outras novidades em jogo. Não faz muito que a saúde invadiu a moral, moral invadiu a saúde e o que antes não era problematizado passou a ser. A alimentação, por exemplo, que era vinculada apenas aos costumes, se confunde agora com a saúde e o ato de comer se confunde com dieta. Como observou Bernard-Henri Lévy, é como se houvesse ‘um médico em cada corpo’. Mais responsabilidades recaem sobre os sujeitos. E além da saúde, a estética: uma barriga saliente, por exemplo, é um sinal de incompetência em gerir sua própria alimentação e um sinal de indolência na gestão do próprio corpo.

Nessa nova onda de moralização da saúde – uma característica daqueles anos 1930, na Alemanha - surgem campanhas mundiais permeadas de slogans agressivos e um vocabulário bélico contra tabagismo, obesidade e sedentarismo.

³³ Christophe Dejours . *A loucura do trabalho* – estudo sobre psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992, p. 68.

³⁴ Para um tratamento teórico e histórico do tema ver Emmanuel Renault. *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Decouverte, 2008.

³⁵ Ver análise de Flach et al. sobre como a revista *Você S.A.* aborda o sofrimento decorrente do trabalho. Via de regra, o sofrimento é atribuído à má gestão dos recursos de cada um. Leonardo Flach, Carmen Grisci, Franciele Silva, Vanessa Manfredini, V. Sofrimento psíquico no trabalho contemporâneo: analisando uma revista de negócios. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 193-202, 2009.

Algumas das novas patologias ganham tamanha superexposição que fica a suspeita de que elas sejam, afinal, uma patologia *da* mídia, consideração que não implica que estejamos negando a severidade de determinados casos. Estamos pensando nos transtornos alimentares, isto é, anorexia e bulimia.

Embora casos dispersos de anorexia sejam conhecidos, há séculos, a inanição auto-induzida foi historicamente rara e limitada a casos isolados. Mas no tão recente ano de 1978, Hilda Bruch, a popularizadora da anorexia, chamaria a anorexia de uma 'nova doença'. Por volta de 1985, entretanto, era impossível encontrar uma jovem de classe média que não conhecia a anorexia nervosa.³⁶

Como foi dito acima, se certos tipos de sofrimentos são superestimados, outros são negados e expulsos do campo clínico, teórico e político. E logo salta aos olhos um descompasso entre a invisibilidade do sofrimento que é gerado no trabalho e a superexposição das novas psicopatologias.

O que se passa, então, nas fábricas, nos escritórios, no comércio e no serviço público? Em *La déprime des opprimés*, Coupechoux realizou uma incursão sobre esse terreno que lhe permitiu constatar que o adoecimento psíquico decorrente do trabalho é um fenômeno de massa.³⁷

Os números abaixo citados dão medida do que se passa no mundo do trabalho.

Uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicada em 2003 aponta que, a cada ano, ocorrem, em todo o mundo, cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho, 160 milhões de casos de doenças ocupacionais e mais de 1,5 milhão de mortes.³⁸ Número que supera em muito as mortes resultantes de conflitos bélicos.

No Brasil, os dados mais recentes são relativos ao ano de 2007, quando houve um total de 653.090 acidentes de trabalho, entre acidentes típicos, de trajeto e doenças do trabalho. Nesse mesmo ano, da quantidade de acidentes liquidados, isto é, juridicamente finalizados, 580.592 resultaram em incapacidade

³⁶ Allan Horvitz, *idem*, p. 124

³⁷ Patrick Coupechoux. *La déprime des opprimés – enquête sur la souffrance psychique em France*. Paris: Éditions du Seuil, 2009, p. 18.

³⁸ Vale lembrar que a expressão acidentes de trabalho é usada na literatura de modo a incluir acidentes típicos, acidentes de trajeto (acidentes de trânsito na ida ou na volta do trabalho) e doenças ocupacionais. Os dados citados foram retirados de Vilma Sousa Santana *et al.* Acidentes de trabalho: custos previdenciários e dias de trabalho perdidos. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 6, dez. 2006 .

temporária, 8.504 casos, em incapacidade permanente e 2.804 casos em óbitos.³⁹

Em pesquisa feita pela Universidade de Brasília e Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), em 2007, coordenada pela Profa. Dra. Anadergh Barbosa Branco, conclui-se que 48,8% dos trabalhadores brasileiros que se afastam por mais de 15 dias o fazem por conta de sofrimento psíquico, com destaque para a depressão. No entanto, segundo a mesma pesquisa, 99% desses casos para os quais foram concedidos benefícios do INSS, foram classificados pelo próprio órgão como problemas pessoais, sem nenhuma menção ao trabalho.⁴⁰

Paradoxalmente, numa época marcada pela superestimação dos transtornos mentais e da medicalização da sociedade, o sofrimento no trabalho é expulso do campo clínico, teórico e político.

Por que há sofrimentos que são superestimados enquanto outros são ocultados?

Por que, apesar do trabalho passar a ocupar um espaço maior em nosso cotidiano, ele desaparece da produção acadêmica sobre subjetividade e sofrimento?

O conceito de invisibilidade é capaz de explicar tal operação de recalque do trabalho e de seu sofrimento? Seria o sofrimento no trabalho invisível?

Acreditamos que embora seja pertinente, o conceito de invisibilidade não abrange todas as situações nas quais o sofrimento está em jogo. Se há situações de invisibilidade, há também a, muito manifesta, exploração do sofrimento pela organização do trabalho. Isto é, o sofrimento se tornou, por assim dizer, funcional dentro da organização do trabalho. A psicodinâmica do trabalho (daqui em diante, PDT) ainda está extraindo todos desdobramentos da formulação segundo a qual as resistências ao sofrimento acabam por ser funcionais dentro da organização do trabalho.

Talvez seja o caso de reformular nossa pergunta. Ao invés de buscar as razões do ocultamento do trabalho, devêssemos perguntar sobre o alcance das análises sobre a interação subjetividade e sociedade que não levam em conta o

³⁹ Dados da DATAPREV, do Ministério da Previdência, organizados pelo Departamento Intersindical de Saúde do Trabalhador (DIESAT) e publicados em *Anuário estatístico de acidentes de trabalho de 2007*. Disponível em www.diesat.org.br, acessado em 17/01/2010. Apesar dos números altíssimos, o Anuário ressalta: "que ainda [há] no Brasil uma alta taxa de subnotificação de acidentes de trabalho", p. 2.

⁴⁰ Cf. Sueli Teixeira. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho*. 3ª Reg., Belo Horizonte, v.46, n.76, p.27-44, jul./dez.2007.

trabalho. Vale lembrar que desde Freud, passando pelos frankfurtianos, o trabalho nunca esteve ausente na crítica da cultura.

O que se ganha e o que se perde com o conceito de sintoma social quando sua definição se distancia em demasia da reprodução material da sociedade?⁴¹

O mesmo poderia ser dito a respeito de uma certa concepção de “patologias do social” que aposta na indeterminação como único meio de evitar o positivismo nosográfico e garantir o reconhecimento da individualidade. Curiosamente, o resgate de um termo positivista, como “patologia”, é marcado por uma leitura pós-moderna.⁴²

Não é nosso objetivo aqui entrar nas contendas do mundo psi. Não se trata de desmerecê-las, muito pelo contrário. O que nos interessa aqui é que a transposição desses termos para o terreno social pode levar à impotência do pensamento, o que por sua vez, inviabiliza a prática política.

O sofrimento no trabalho, pela simples razão da existência dos constrangimentos da organização do trabalho, não deve e não pode ser tratado por meio de conceitos que perdem de vista a dominação política e a exploração econômica. Sem que estejamos com isso defendendo que o sofrimento seja diretamente causado pelo trabalho, pois é preciso estabelecer as mediações da subjetividade.

As chamadas ciências do trabalho ainda não estão consolidadas, pelo contrário, há muito a fazer. Mas, pode-se afirmar que a clínica do trabalho demonstra que o conhecimento do trabalho é possível e que ele está em jogo no processo saúde-doença.

Segundo Renault, tal conhecimento não só é possível como é necessário, pois o sofrimento social decorrente do trabalho e da desfiliação pode ser um tema com potencial para renovar a pauta política de sindicatos, de movimentos sociais e da esquerda?⁴³

Talvez a dificuldade enfrentada pelo campo da saúde mental e trabalho esteja relacionada com uma certa naturalização dos constrangimentos pelos quais passam o próprio trabalho. Para esse caso vale também os dizeres de

⁴¹ Para dessa utilização de sintoma social ver Maria Rita Kehl. *O tempo e o cão – atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁴² LATESFIP. *Patologias do social: a razão diagnóstica entre a psicanálise e a teoria social crítica*. Projeto de Pesquisa (2008). Nesse caso, a exclusão do trabalho em prol de uma nova “sociedade do consumo” é uma opção claramente defendida pelo autores.

⁴³ Emmanuel Renault. *L'expérience de l'injustice – reconnaissance et clinique de l'injustice*. Paris: La Découverte, 2004.

Heiner Müller sobre a guerra: “Se ninguém estudar a guerra, ninguém vai impedi-la. E se ninguém pode impedi-la, então ninguém vai querer saber sobre isso.”⁴⁴

Deixando em suspenso por enquanto as questões teóricas. É possível observar casos para os quais o diagnóstico é relativamente fácil de ser obtido. Mas, a despeito dessa facilidade, o diagnóstico não é realizado. Aqui a tendência é oposta à da superestimação do sofrimento. Vejamos alguns exemplos.

Há uma nova legislação sobre acidentes e doenças ocupacionais no Brasil que representa um inegável avanço. Trata-se do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) legislação do Ministério da Previdência aprovada, em 2006, que vincula o CID-10 com a atividade econômica. Se, em determinada atividade, há maiores incidências de uma doença tem-se a comprovação do nexo. Além disso, com a nova lei fica a cargo da empresa, e não mais do trabalhador, provar que a queixa apresentada pelo trabalhador não seja decorrente de sua função no trabalho.

Mas depois que o NTEP passou a vigorar, os médicos peritos do INSS apresentaram certa resistência à referida legislação e dão alta para funcionários impossibilitados de retomar às suas atividades, o que aliás não deixa de ser comemorado, pois os médicos se orgulham por não sobrecarregar a da previdência. O que é voltar da licença saúde? É ser vítima de assédio moral. No entanto, o agravamento do quadro pode vir antes, lá na sala do INSS quando trabalhador-paciente é humilhado.⁴⁵

Outro exemplo em que a superestimação cede espaço para seu contrário é o caso de soldados norte-americanos que, recrutados entre o contingente sem trabalho e recursos para o ingresso nas universidades, têm retornado do Iraque e do Afeganistão com estresse pós-traumático, mas não são diagnosticados como tal. O problema não é tão simples como parece, apesar de afrontar a mais elementar técnica clínica, já que talvez não haja nenhuma relação mais evidente

⁴⁴ A tradução é de Douglas Anfra, que a utiliza em sua pesquisa de mestrado. *Da guerra ao trabalho*. Departamento de Filosofia, 2009 (em preparo).

⁴⁵ Trata-se de casos e não temos condições, no âmbito dessa pesquisa, de fazer generalizações sobre a atuação dos peritos do INSS. Essas informações foram colhidas em entrevista realizada com Pêrsio Dutra, diretor do DIESAT e secretário de saúde do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, no dia 12 de março de 2010.

entre ocupação profissional e sofrimento do que aquela que se dá entre o ofício da guerra e estresse pós-traumático.⁴⁶

Nesse caso, talvez, um simples diagnóstico extrapolaria o limite do sistema. Por isso, os médicos peritos passam ao largo da evidência mais palmar e, ao invés, de classificar o sofrimento psíquico dos veteranos de guerra como estresse pós-traumático, o classificam como transtorno de personalidade, cuja origem remonta à infância, sendo assim, nem as Forças Armadas, nem o governo dos EUA têm alguma responsabilidade.⁴⁷

Aqui e alhures é preciso colocar o trabalho em causa, pois a epidemia depressiva em curso é, em boa parte, criada pela organização do trabalho. Inclusive, como vimos, mesmo o órgão público brasileiro responsável pela saúde do trabalhador trata o sofrimento psíquico oriundo do trabalho como algo pessoal.

⁴⁶ Joshua Kors, Disposable Soldiers. *The Nation*, 8/04/2010. Segundo estudo da Universidade de Harvard citado pelo autor, os militares estão economizando bilhões por dispensar soldados que retornam do Iraque e Afeganistão com transtorno de personalidade. www.thenation.com/article/disposable-soldiers. Acessado em 15/04/2010.

⁴⁷ Os problemas resultantes do campo de batalha não se restringem ao estresse pós-traumático e são de grandes proporções: “dezoito veteranos de guerra se suicidam a cada dia nos Estados Unidos, mais que os soldados que morrem em combate.” Cf. Texto para a IPS de Aaron Glantz, autor de *The War Comes Home: Washington's Battle Against America's Veterans*. <http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=91029>, acessado em 15/12/2009. De todo modo, isso não se compara com o sofrimento dos homens e mulheres dos países ocupados pelas tropas estado-unidense. Aliás, foi exatamente nesses termos que Naomi Klein explicou, no calor da hora, o 11 de setembro. A motivação dos atentados terroristas era corrigir a “assimetria do sofrimento”, ou seja, fazer a balança pesar um pouco do outro lado, depois do imperialismo ocidental moderno. Naomi Klein. *Game Over: The End of Video Game Wars*, *Globe and mail*, 14/9/2001. www.naomiklein.org/articles/2001/09/game-over-end-video-game-wars, acessado em 12/03/2006.

Capítulo 2

Sobre a *epidemia depressiva*

Como já dito, anteriormente, o transtorno de humor depressivo é uma categoria psicopatológica que ainda não foi definida com clareza nos catálogos nosográficos. Depressão pode abarcar afecções e estados de ânimo tão variados quanto inibição, tristeza, fadiga, apatia, irritação, ansiedade, insônia ou excesso de sono, perda de apetite, predisposição ao suicídio etc.⁴⁸

Isso, porém, é um dos motivos de seu sucesso psiquiátrico e sociológico.

Essa imprecisão encontra paralelo na medicação indiscriminada dos antidepressivos, seja da antiga geração dos tricíclicos criados em 1957, seja da mais recente fluoxetina, comercializada desde 1988 e mais conhecida como prozac. Para além do transtorno psiquiátrico, tais medicamentos são receitados para regimes, tensão pré-menstrual, menopausa, luto, ejaculação precoce etc.

Na psiquiatria, a despeito do uso e abuso desse transtorno de humor, não há nenhuma concordância a respeito de sua natureza e suas causas. No DSM IV - TR, a sintomatologia é formada por um conjunto amplo de categorias de modo a contemplar diferentes casos sob o diagnóstico de depressão.

A nova classificação é construída em torno de 5 eixos, dentre eles o que nos interessa aqui é o dos transtornos, os quais são subdivididos em transtorno de humor, de ansiedade etc. Os episódios depressivos e o transtorno depressivo maior estão incluídos no grupo dos transtornos de humor [*mood disorders*].

Para a identificação de um episódio depressivo é necessário que o paciente se enquadre em ao menos 5 sintomas dentre os 9 descritos pelo DSM IV – TR.⁴⁹

Além da imprecisão, há boa dose de arbitrariedade, pois segundo o *Manual*, a principal característica do episódio depressivo é que a pessoa apresente, em ao menos duas semanas, “humor depressivo (sic - a redundância não é nossa) ou perda de interesse e prazer em quase todas as atividades.”

⁴⁸ “Imprecisão e heterogeneidade, quarenta anos após a descoberta dos antidepressivos, a psiquiatria pena em produzir uma teoria da depressão.” Alain Ehrenberg. *La fatigue d’être soi – depression et société*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998, p. 83.

⁴⁹ “The essential feature of a Major Depressive Episode is a period of at least 2 weeks during which there is either depressed mood or the loss of interest or pleasure in nearly all activities. In children and adolescents, the mood may be irritable rather than sad. The individual must also experience at least four additional symptoms drawn from a list that includes changes in appetite or weight, sleep, and psychomotor activity; decreased energy; feelings of worthlessness or guilt; difficulty thinking, concentrating, or making decisions; or recurrent thoughts of death or suicidal ideation, plans, or attempts.” APA. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 4ª edição, Texto Revisado. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2000. p. 349.

Ora, é absolutamente possível que determinada pessoa apresente esses sintomas por um tempo bem maior que duas semanas sem que esteja deprimida. São inúmeros os possíveis contra-exemplos, mas para nossos propósitos os que seguem são suficientes.

Durante um inverno longo e rigoroso é absolutamente normal que nosso humor seja razoavelmente afetado por mais de duas semanas. Durante a adolescência, além de normal, pode ser até positivo do ponto de vista do desenvolvimento do indivíduo (sobretudo numa sociedade que estende a adolescência) que o jovem fique por mais de duas semanas irritado e “de mal com o mundo”.

Não se trata aqui de fazer o elogio do sofrimento, muito pelo contrário. Trata-se de questionar sua superestimação, ou seja, a tendência de transformar um afeto, por pouco “desviante” que seja, em sofrimento. Afinal, quem não se adequaria a esses critérios do DSM, “sem saber” que era um depressivo? Em outra passagem, o *Manual* estabelece que situações de luto, transcorridos *dois meses* da perda é um indício de depressão.⁵⁰

Não é preciso dizer que as manifestações de luto comportam enorme variância individual e cultural. O que está subjacente no estabelecimento de tais limites temporais para a dor é a mobilização permanente do estudante e do trabalhador. Nesse contexto, valores como competitividade e produtividade entram em choque com o tempo do sofrimento, ou mesmo do ócio e da produção que não atende as finalidades da mobilização.

Além da via aberta pelo *Manual*, há outros fatores que levam à “promoção da noção de depressão como um transtorno ‘real’” e, com efeito, para o surgimento e crescimento da epidemia depressiva.

As associações de psiquiatria representam profissionais com interesses específicos. Esses profissionais buscam aumentar sua influência na sociedade e perante outras ciências e outras áreas da medicina. Além disso, em relação aos EUA, há *lobbies* de pacientes e familiares formados para dentre outras coisas pressionar os planos de saúde que relutam em aceitar plenamente os transtornos mentais.⁵¹

⁵⁰ Cf. Facó, *ibidem*, p. 116.

⁵¹ Há um manifesto chamado The Consensus Statement encabeçado pela National Depressive and Maniac-Depressive Association que se baseia nos dados epidemiológicos notoriamente superestimados, da National co-Morbidity Survey. Cf. Horwitz, *idem*, p. 76.

Setores da administração pública e pesquisadores também têm interesse em transformar a depressão em uma doença para, assim, conseguir mais verbas na encarniçada disputa dentro do orçamento federal norte-americano.

A despeito da imprecisão que leva à superestimação na epidemiologia e ao abuso de psicotrópicos, seria equivocado ficar apenas na crítica a esses fatores. Pois, se mudarmos o ângulo da análise, há uma efetiva presença da epidemia depressiva no mundo atual.

Não deixa de ser válido questionar que o sofrimento social bem disseminado em nossa sociedade seja capturado pela psiquiatria. Horwitz, por exemplo, entende que na vida cotidiana, há fatores estressores e as pessoas que reagem normalmente a tais fatores e suas circunstâncias sociais, ao responderem aos *surveys*, são classificadas como depressivas.⁵²

Nossa discordância com Horwitz é que ele toma os fatores estressantes como se fossem uma invariável física. Seria necessário caracterizar esse fatores ou, em outras palavras analisar as condições sociais do sofrimento, embora, como já foi dito, não possamos desconsiderar esse vetor, pois nos encontramos num momento que o DSM - referência em todo o mundo - representa a expressão máxima de uma biopolítica global.

Tendo isso em conta, usamos aqui o termo sofrimento depressivo e não doença e transtorno. Pois acreditamos que há sim um sofrimento social disseminado e que ele tem características depressivas, mas isso não nos permite falar em depressão enquanto uma doença.

Mas separar superestimação e sofrimento social não é tarefa simples. Se não vejamos os dados da OMS baseados em seu CID-10, cujas bases epistemológicas não diferem muito do DSM IV.

Segundo a OMS, além de ser a doença psiquiátrica mais diagnosticada, a depressão é a segunda causa de invalidez entre todas as doenças físicas e psíquicas, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares. Para Shekhar Saxena, do Departamento de Saúde Mental da OMS, em 2030 a depressão será a doença de maior incidência em todo o mundo. Será também a primeira em termos de carga de doença [*burden of disease*], isto é, uma medida baseada em anos perdidos por morte prematura, ou por incapacidade prolongada e invalidez. Ainda segundo Saxena, há uma relação diretamente proporcional entre pobreza

⁵² Horwitz, idem, p. 98.

e depressão, ou seja, sua incidência é maior em países pobres, ou em bairros ou regiões pobres de cidades e países ricos.⁵³

Biopolítica ou um mais que necessário alarme de emergência? Certamente, os dois, e nessa intersecção há relevantes caminhos de pesquisa a serem seguidos. Mas, daqui em diante, abandonaremos o vetor da biopolítica e adotaremos a posição de que há um sofrimento social em curso que pode ser designado pela expressão epidemia depressiva, a qual abrange o centro e a periferia mundial, as diferentes classes sociais e os gêneros.

É nos apoiando numa das mais graves consequências da depressão que tomamos essa posição. As cifras de suicídios no mundo, contabilizadas pela OMS, impressionam:

O suicídio está entre os mais trágicos resultados dos transtornos mentais. A OMS estima que, em escala mundial, há aproximadamente um milhão de mortes por ano e um número 20 vezes maior de pessoas tentam de suicídio.⁵⁴

O número de morte de pessoas que, a cada ano, voluntariamente, puseram um fim às suas próprias vidas, representa o dobro das mortes em conflitos bélicos, se adotarmos, o ano de 1999 como comparação.⁵⁵

A mesma OMS estima que os casos de suicídio cresceram 60% nos últimos 45 anos, mas que entre 2002 e 2020, o aumento poderá ser de 74%, ou seja, muito maior que o crescimento populacional.⁵⁶

⁵³ Dados divulgados na Cúpula Global de Saúde Mental, em Atenas, em setembro de 2009 e retirados de <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8230549.stm> (acessado em 2 de dezembro). Preferimos citar essa fonte, já que os dados do site da OMS-WHO, estão desatualizados.

⁵⁴ Mutsuhiro Nakao e Takeaki Takeuchi. *The suicide epidemic in Japan and strategies of prevention*. Bulletin of the World Health Organization v.84, n.6, Genebra, jun. de 2006, p. 1.

⁵⁵ Estranha paz essa em que a morte voluntária representa o dobro das mortes em guerra. Seguindo a intuição de Ernest Jünger, essa paz parece mesmo não representar a ausência de guerra, uma época que talvez seja melhor descrita pelo conceito de mobilização total. Ora, não é insignificante essa passagem ao ato de 20 milhões de pessoas, a cada ano. Para dimensionar melhor basta imaginar toda a Grande São Paulo voluntariamente se dirigindo para o limiar entre a vida e a morte, isso todos os anos. Mas comportamentos auto-destrutivos que dão vazão à pulsão de morte estão em toda a parte. Depois da luta de classes perder espaço como força organizadora do conflito político, isso na mesma hora em que a referência nacional deixa de imantar identidades regionais ou étnicas, o que ocupa espaço é o individualismo negativo. No comentário de Arantes ao texto de Rancière: "à sua maneira, graças às instituições do [Estado de bem-estar social], alternadamente edificado e calibrado pelo peso específico dos parceiros sociais relevantes (Estado, centrais sindicais e patronais), pacificaram 'um certo número de pulsões de angústia, de ódio e de morte', perturbações enfim que hoje 'agitam indivíduos e grupos partir do sentimento da identidade ameaçada e da autoridade ameaçadora'". Paulo Arantes, *Alarme de incêndio no gueto francês – uma introdução à Era da Emergência*, mimeo, p.36, nota 22.

⁵⁶ Cf. "Bairros mais ricos de São Paulo têm maior taxa de suicídio (sic)". Folha de São Paulo, 18 de março de 2010, Caderno Cotidiano, p.9. Embora traga dados inesperados como o Itaim Bibi, Moema e Morumbi entre os doze bairros com maiores taxas, a matéria se equivoca em classificar entre os bairros mais ricos Brás, Cambuci, Sé e República, nesses últimos a taxa também é alta.

Mesmo numa época apática que não dá ouvidos aos alarmes, depois do desemprego estrutural, do aquecimento global e da irrelevância da democracia representativa, é preciso chamar atenção para as conseqüências psíquicas da civilização e de sua mobilização para o trabalho alienado, o que tornou a vida medíocre ou mesmo insuportável, se considerarmos, com a merecida atenção, a estatística mundial de suicídios.

2.1 Depressão e sociedade

Nós caímos todos doentes nessas consultas, e nós nos mantemos, no melhor dos casos, à beira da impotência crônica. (...) Os clínicos que se apóiam em conceitos mais "light" estão certamente melhor que nós.

Marie Pezé

Na teoria psicanalítica, a depressão é considerada, na maioria das vezes, apenas um sintoma que pode estar presente em estruturas psíquicas e mesmo enquanto sintoma nunca foi teorizada sistematicamente pelos autores clássicos da psicanálise. Há uma tendência no meio psicanalítico, ainda minoritária, representada, por exemplo, por Kehl, que dá um maior estatuto a essa psicopatologia.⁵⁷ Aí se situam, também, teóricos que defendem a existência de uma *nova economia psíquica*, da qual resultariam as *novas psicopatologias*.⁵⁸

É do conhecimento de todos a sentença geralmente tomada como síntese dos escritos sobre cultura de Sigmund Freud, a saber, a civilização se funda na renúncia pulsional e no adiamento da satisfação. Essa interpretação das forças em jogo no interior da cultura estabeleceu um campo de pesquisa que percorreu todo o século XX; ora foi entendida como conservadora já que sua tese básica contrariava as energias utópicas anti-capitalistas, ora foi acolhida pelo seu potencial crítico, já que retirava o véu ideológico, marcante nas noções de progresso e civilização. Herbert Marcuse, por exemplo, desde o título de seu *Eros e civilização*, advoga, nos mesmos termos freudianos, a possibilidade de conciliação entre vida civilizada e gratificação pulsional.⁵⁹

⁵⁷ Maria Rita Kehl. *O tempo e o cão – a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁵⁸ Para uma posição bem clara a respeito ver Charles Melman. *O Homem sem gravidade – gozar a qualquer preço* (entrevistas com Jean-Pierre Lebrun). Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

⁵⁹ Herbert Marcuse. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Em seu *Mal-estar na cultura*, Freud se propõe a investigar as possibilidades de felicidade. Seguindo suas observações clínicas, trata com desdém a concepção de felicidade enquanto um estado permanente. Ao seu ver a felicidade é um fenômeno episódico ligado à satisfação pulsional. Mas,

a satisfação pulsional precisamente porque implica tal felicidade se converte em causa de sofrimento quando o mundo exterior nos priva dela, negando a satisfação de nossas desejos.⁶⁰

Por 'mundo exterior' pode-se entender preceitos morais e obrigações cotidianas impostas pela civilização. Então, a relação entre a conduta requerida pela civilização e as demandas pulsionais constitui o terreno para a formação de neuroses.

No entanto, não são apenas as regras da civilização que podem causar sofrimento. Algumas individualidades são mais suscetíveis às patologias por conta de problemas em sua formação psíquica.

Aqui a compreensão e a terapêutica psicanalítica vão diferir de outras formas de tratamento mental, pois a etiologia da doença não é orgânica e sua cura não se baseia na medicação, mas se dá pela fala dos pacientes que, com o auxílio do psicanalista, logrará o reordenamento de seus componentes libidinais.

Quem chegue ao mundo com uma constituição particularmente desfavorável, dificilmente, achará a felicidade em sua situação ambiental, sobretudo se encontra frente a tarefas difíceis, a menos que haja efetuado a profunda transformação de seus componentes libidinais, imprescindível para todo o rendimento futuro.⁶¹

O conflito constitui o ser humano e o que uma análise pode fazer é retirá-lo de um sofrimento intenso e colocá-lo diante das agruras e percalços comuns da vida de qualquer um. Mas novas configurações sociais poderiam tornar a vida mais prazerosa e possibilitar maior satisfação aos sujeitos ainda sob a civilização?

Boa parte das lutas da humanidade se dá em torno do único fim de estabelecer um equilíbrio adequado (isto é, que dê felicidade a todos) entre as reivindicações individuais e coletivas; um dos problemas do destino humano é saber se esse equilíbrio pode ser

⁶⁰ Sigmund Freud. *O mal-estar da cultura*. In. Obras Completas: Buenos Aires: El Ateneo, 2003, vol. III. p. 3026.

⁶¹ *Mal-estar na cultura*, Idem, pág. 3030.

alcançado em uma determinada cultura ou se o conflito é em si inconciliável.⁶²

Apesar do expediente retórico usado no trecho supracitado, a posição do fundador da psicanálise parece ser a mesma dada em relação à psique: 'o conflito é em si inconciliável.'

No entanto, chama atenção os momentos da obra de Freud que, por força dos acontecimentos, essa civilização que é tomada quase como um dado antropológico, já que nunca é qualificada nem de moderna, nem de burguesa, é confrontada com fatos indelévelis.

Qual foi o impacto da 1ª Guerra Mundial na obra do fundador da psicanálise?

A Grande Guerra terá amplas repercussões na obra de Freud. Mesmo que, a rigor, os impulsos primitivos egoístas e cruéis tenham sido contemplados desde o início na teoria psicanalítica, esse acontecimento representa uma espécie de retorno do recalcado: "não há extermínio do mal"! A agressividade nas trincheiras e a morte em massa nos campos de batalha da Grande Guerra o atestam.⁶³

Nem pela evolução da humanidade, nem pelo trabalho pedagógico da civilização, não há nenhuma supressão possível dos impulsos destrutivos e portanto, anti-sociais e anti-culturais dos homens; "todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização", sendo assim, ela "tem que ser defendida contra o indivíduo."⁶⁴

Para além desse registro, o que nos interessa em *Reflexões sobre a guerra e a morte* é a sua contemporaneidade com *Luto e melancolia*, as duas obras são redigidas no ano de 1915, sendo que precedem em apenas quatro anos *Além do princípio do prazer*. Quem nos chama nossa atenção para a proximidade temporal e teórica desses textos é Jacques Hassoun em seu *A Crueldade Melancólica*.⁶⁵

É o retorno do recalcado desencadeado pela Grande Guerra que colocará os impulsos agressivos em primeiro plano, movimento esse que desembocará na

⁶² Op. cit. pág. 3037.

⁶³ Sigmund Freud. *Consideraciones de actualidad sobre la guerra y la muerte*. In. Obras Completas: Buenos Aires, El Ateneo, 2003, vol. II. pág. 2015.

⁶⁴ Cf. Sigmund Freud. *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, pág. 17.

⁶⁵ Jacques Hassoun. *A crueldade melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

elaboração de um segundo dualismo psíquico, que é exposto no *Além do princípio do prazer*.

Assim, no início da teoria freudiana, temos o primeiro dualismo pulsional no qual as pulsões de conservação e as pulsões sexuais se opõem. Distinção que metaforicamente se traduz em fome e amor. Esse dualismo cai por terra em *À guisa de introdução ao narcisismo*, pois “o Eu constituía o verdadeiro e original reservatório da libido.”

Essa libido narcísica também era manifestação das pulsões sexuais e o primeiro objeto a ser investido libidinalmente era o próprio eu. “Com isso, a primeira oposição que havíamos suposto existir entre as pulsões do Eu e as pulsões sexuais tornou-se uma hipótese insatisfatória.”⁶⁶ Mas Freud, em seguida relativiza essa afirmação, pois o primeiro dualismo pode ser conservado a partir de uma perspectiva *tópica*, o que permite manter um dos pilares da psicanálise: o conflito entre o Eu e o investimento libidinal de objeto.

O novo dualismo que se estabelece agora é entre pulsão de vida e pulsão de morte. Sendo que a pulsão de vida na verdade é formada por um conjunto de pulsões sexuais parciais, ou seja, são todas dotadas de libido. Já a pulsão de morte é uma tendência de retorno ao inorgânico, contrária à vida e se manifesta pela ‘compulsão à repetição’.

Só depois de haver o enlaçamento da pulsão é que se estabelece o domínio irrestrito do princípio de prazer e de sua modificação em princípio de realidade. Enquanto isso não acontece, a excitação opera sem levar em conta o princípio do prazer. Assim, ela assume o caráter demoníaco da compulsão à repetição, que, por sua vez, pode ser observada nas adicções, na resistência em transferência sob a forma de *acting-out*. A compulsão à repetição é mais arcaica, mais elementar e mais pulsional que o princípio de prazer.

Freud acrescenta a esse dualismo básico uma outra polaridade: a ambivalência encontrada no “amor objetual entre o amor (ternura) e o ódio (agressão).” Esse componente agressivo é o que vai se manifestar no sadismo, quando ele é dirigido para fora, e no masoquismo, quando ele se volta para dentro. A violência na relação sexual é uma clara expressão do domínio da

⁶⁶ Sigmund Freud. *Além do princípio do prazer*. In. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2006, vol. II. pág. 173.

pulsão de morte sobre Eros, ela pode mesmo se “tornar independente e dominar a totalidade do empenho sexual da pessoa.”⁶⁷

No entanto, é somente em *O mal-estar na cultura* que Freud vai radicalizar a independência da pulsão de morte.

não posso mais entender como foi que pudemos ter desprezado a ubiqüidade da agressividade e da destrutividade não eróticas e falhado em conceder-lhe o devido lugar em nossa interpretação da vida. (O desejo de destruição, quando dirigido *para dentro*, de fato foge grandemente à nossa percepção, a menos que esteja revestido de erotismo.)⁶⁸

Voltemos agora para a afecção melancólica com uma questão em mente. Qual seria a função da pulsão de morte no exacerbado sentimento de culpa e na desvalorização de si tão característicos da melancolia, o *pathos* mais propício ao suicídio?

Sigmund Freud tratou da depressão em seus primeiros escritos psicanalíticos que, inclusive, não eram destinados à publicação e volta ao tema uma única vez, vinte anos depois, quando prefere a expressão melancolia.⁶⁹

É sabido que em *Luto e melancolia*, Freud descreve a melancolia como uma perturbação narcísica, já que o investimento libidinal se desliga do objeto e retorna ao eu. Ou seja, em indivíduos que possuem uma predisposição, a melancolia surge como uma resposta psíquica à perda de objeto e o luto, então, assume um aspecto patológico. A sintomatologia da melancolia e do luto guarda muitas semelhanças: perda de interesse, incapacidade de amar e de escolher um novo objeto.

Contudo, as duas afecções se diferenciam num aspecto crucial, a saber, a depreciação do sentimento-de-Si. Essa desvalorização do eu é marcante na melancolia e está ausente no luto normal. Ao contrário daquele que padece no luto, o melancólico “sabe *quem* ele perdeu, mas não sabe *o que* se perdeu com o desaparecimento do objeto amado.”⁷⁰

Esse não saber é o indício de que a perda melancólica é inconsciente, diferentemente do registro consciente da situação de luto. Presa dessa perda inconsciente, o eu se empobrece – e nisso parece haver mais do que uma

⁶⁷ Op. cit. pág. 174.

⁶⁸ Mal-estar na cultura, Idem, pág. 3051.

⁶⁹ *Luto e melancolia* In. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2006, vol. II.

⁷⁰ Sigmund Freud. *Luto e melancolia*. In. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2006, vol. II, p. 105. Grifos do autor?

inibição – e anseia ser rejeitado e punido. A auto-depreciação não é apenas uma consideração a respeito de si mesmo, pois ela é acompanhada de uma repetição incessante de expressões e pensamentos de auto-desprezo e de culpa. Nessa posição masoquista, “a pulsão que compele todo ser vivo a apegar-se à vida é subjugada.”⁷¹

Comumente, consideramos que o narcisista é aquele que possui uma imagem excessivamente positiva a respeito de si mesmo. Se assim o fosse, o melancólico seria avesso do narcisista, no entanto, de uma perspectiva psicanalítica, nota-se uma convergência: em ambos os casos o Eu é focalizado, em detrimento dos objetos.

Mas por que uma situação de perda do objeto implicaria na vitimização do próprio eu? *A sombra do objeto recai sobre o Eu* porque a escolha de objeto desde o início foi de tipo narcísica. Ao mesmo tempo em que há investimento libidinal, há uma fraca resistência do objeto. Essa a “constelação psíquica da rebelião”: o Eu se revolta contra o objeto, mas essa rebelião se transforma em depressão melancólica, pois o Eu se identificou com o objeto abandonado. Assim, quando o sujeito se censura, inconscientemente, está recriminando o objeto.

A desvalorização narcísica acaba por transbordar e contaminar todo o entorno; se o Eu não é investido de libido nada mais o é; em outras palavras, na melancolia toda a realidade é desinvestida. O sujeito abole qualquer possibilidade de eleger um objeto e, “nessa repetição encarniçada do afastamento de todo o investimento, torna-se patente a atividade da pulsão de morte, que o prazer regressivo de negar só faz reforçar.”⁷²

Além da compreensão psicanalítica do problema, é preciso lembrar que a figura do deprimido é historicamente retratada de diferentes formas.

Em *O tempo e o cão*, Maria Rita Kehl afirma que o deprimido é um herói sem saber. Inconscientemente, ela nega a temporalidade acelerada sob a qual todos vivem, ele sabe também que a temporalidade hegemônica é falsa, desprovida de sentido e que o ritmo cotidiano acelerado é o ritmo de experiências superficiais e de uma vida subjetiva pobre.

⁷¹ Op. cit. p. 106.

⁷² M.-C. Lambotte, verbete ‘melancolia’. In. Pierre Kaufmann (org.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise - o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 239.

Mas o deprimido também é visto como um tipo social apassivado. Outrora era um rebelde e a agressividade presente em seu afeto não se voltada para si mesmo, pelo contrário, mirava a ordem social.⁷³

Comparado com a melancolia romântica, o deprimido em tempos de arrefecimento das energias utópicas é um sujeito muito polido em sua inibição:

constatando a catástrofe que representava habituar-se à idéia de que não há mais saídas coletivas para os desastres de nosso tempo, e que a atual epidemia depressiva dificilmente se explicaria se esse impasse histórico fosse escamoteado, uma psicanalista [Elisabeth Roudinesco] observou que hoje em dia os sujeitos deprimidos são muito polidos.⁷⁴

Nessa mesma direção, vai uma pesquisa realizada por Carsten Wrosch e Gregory Miller que acompanharam por 19 meses, 97 adolescentes do sexo feminino no Canadá. Eles concluíram que um dos efeitos positivos de uma depressão leve é uma espécie de reforço do princípio de realidade [na terminologia dos pesquisadores: "*goal adjustment capacities*"] Segundo os psicólogos canadenses, as garotas que passaram por uma depressão leve [*mild depression*] desistiam mais facilmente de objetivos inatingíveis e se engajavam em projetos mais realistas. Além disso, as garotas com maiores *capacidades de regular os objetivos* eram menos propensas a desenvolver uma depressão severa.⁷⁵

A pesquisa pode estar correta em seus resultados. O problema é o que se faz com tais resultados, ainda mais quando são divulgados em veículos de circulação global. Ora, o problema é a valorização de um comportamento adaptativo e a transformação, em mera veleidade de pensamentos e desejos sobre as possibilidades perdidas ou futuras, sejam elas pessoais ou sociais. Mas dada a atual configuração social, a depressão pode ter esse efeito adaptativo. Ainda mais se está em jogo a infantilização em curso da sociedade do espetáculo e seus sujeitos que se obrigam um nível de humor elevado e artificial - alto astral, como se diz -, exibido 24 horas por dia.⁷⁶

Mas a pesquisa Wrosch e Miller não é estranha ao pressuposto de um psicanalista de peso como Jacques Hassoun. Para Hassoun, o deprimido é aquele

⁷³ Para uma análise da questão ver Michael Löwy e Robert Sayre. *Revolta e Melancolia. O romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995.

⁷⁴ Paulo Arantes. *Zero à esquerda*, São Paulo, Conrad, 2004. p. 231.

⁷⁵ The Economist. Mild and Bitter - the evolutionary origin of depression, 27 de junho de 2009.

⁷⁶ Muito embora, como veremos, os estudos clínicos do trabalho relatam que os adaptados também sofrem, mas as pessoas que são mais comprometidas com o trabalho acabam por sofrer mais.

ser que deseja além do que a vida pode dar, não por infantilismo, mas por constituição psíquica. Ele bem sabe vivenciar as felicidades do mundo, mas sempre almeja por mais.

No mesmo Hassoun, encontramos um desdobramento do deprimido apassivado, isto é, o melancólico cruel. A agressividade, comum no depressivo, que toma a forma de culpabilização, se transforma num afeto proto-fascista dirigido contra as massas, sobretudo, desfavorecidos e migrantes.⁷⁷

A transposição do plano psíquico para o social é uma passagem difícil de ser operada. Uma importante referência bibliográfica a respeito da relação entre fatores sociais e depressão é Alain Ehrenberg, notadamente, seu *La fatigue d'être soi*. A obra é o último volume de uma trilogia iniciada com *Le culte de la performance*, seguida de *L'individu incertain*.⁷⁸

A epidemia depressiva é explicada, em primeiro lugar, pelas mudanças nas normas de conduta que não são mais pautadas pela disciplina e pela culpa e passam a operar por meio das noções de responsabilidade e de iniciativa. Embora a medicalização seja um fator da questão depressiva, para Ehrenberg, já nos anos 1970, a depressão - acompanhada da drogadicção - se torna um fenômeno de massa, ou seja, antes da invenção da fluoxetina e sem o pessimismo marcante de nossos dias.⁷⁹

Uma segunda causa acerca do sucesso sociológico e psiquiátrico da depressão é o declínio da referência ao conflito, tanto o conflito psíquico, quanto o conflito social; por isso, Ehrenberg considera que Freud deixou de ser atual.

Para o sociólogo francês, a psicanálise é confrontada com um novo tipo de paciente cuja característica é a perda de valor próprio. O que está em jogo é uma necessidade de ser, uma "insegurança identitária crônica", por isso se destaca o termo personalidade depressiva, ou seja, a idéia de que essa síndrome

⁷⁷ "É difícil resistir à tentação – mas não mais do que isso – de identificar no homem do subterrâneo, que afinal está emergindo nessa virada de século, a 'posição depressiva' cuja onipotência inigualável vai deixando atrás de si um sombrio cortejo de vassalos, cidadãos apassivados e apelos à tirania politicamente corretos. Jacques Hassoun - que estou citando -, depois de considerar a possibilidade de regressão do estado de direito em nome do direito – quer dizer o estado de exceção rotinizado -, não hesita em incluir nessa galeria de melancólicos cruéis "aquele que responde irrisoriamente ao massacre com efusão humanitária." [...] À reparaçãõ na cena social da "multidãõ desorganizada e tetanizada pelo retorno funesto da garantia última da 'consensualidade', a esse 'reino da estase, da inércia.'" Paulo Arantes. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 70.

⁷⁸ Idem. *Le culte de la performance*. Paris: Hachette, 2005; idem, *L'individu incertain*. Paris: Hachette, 2005.

⁷⁹ Cf. Alain Ehrenberg. *La fatigue d'être soi – depression et société*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998, p. 19.

não revela mais uma neurose, mas uma patologia narcísica.⁸⁰ Assim, o sucesso contemporâneo da depressão é revanche de Janet contra Freud, pois “a insuficiência é para o homem contemporâneo o que o conflito era para o homem da primeira metade do século XX.”⁸¹

A questão do arrefecimento do conflito e da culpa, presente já há algum tempo na teoria psicanalítica a respeito das novas psicopatologias, não é de modo algum um consenso entre os psicanalistas. Em um extremo estão aqueles que, por trás dos novos sintomas, encontram as patologias freudianas clássicas. No lado oposto, estão aqueles que justamente para dar conta do mal-estar da pós-modernidade, não relutam em repensar categorias psicanalíticas tão fundamentais quanto o recalque.

Em vez dos dilemas referidos ao ‘recalque’ das pulsões sexuais genitais ou pré-genitais, ou da agressividade sexualizada, outras queixas se fazem ouvir: por que tenho tudo o que quero e nada me contenta? (...) Por que, enfim, não encontro forças para mudar e vencer a apatia existencial que parece me comandar?⁸²

Ao se contrapor à polarização simplificadora estabelecida pelo autor entre sintomas, cuja causa estaria no recalque, e queixas de fundo existencial, Irene Cardoso questiona se “a identificação dessas *novas* formações subjetivas teria como base uma teoria do psiquismo, cujo acento seria cultural, recusando, portanto, uma perspectiva estrutural?”⁸³

A partir de uma abordagem estrutural, a autora aponta nesta formulação um sintoma do “*desaparecimento cultural da psicanálise*”. Parece ser o caso, pois quando se abre mão do axioma do conflito intra-psíquico, não se trata mais de psicanálise.

A análise de Ehrenberg não só se situa como se afirma a partir do desaparecimento cultural da psicanálise de inspiração culturalista e opera com um quadro comparativo de duas épocas. A partir dos anos 1950, se inicia uma mudança normativa na qual se opera uma passagem do binômio permitido-

⁸⁰ Cf. idem, ibidem, p. 138 e segs.

⁸¹ Idem, ibidem, p. 235. “Janet a une conception statique de l’énergie psychique: il appelle ‘force psychologique’ la quantité de ‘énergie qu’une personne possède, et ‘tension psychologique’ la capacité à utiliser cette force – d’où la centralité du thème de la fatigue. Dans la psychasthénie, ‘la synthèse psychique’ est dérégulée (...) C’est l’insuffisance psychique qui empêche la synthèse. idem, ibidem, p. 47-48.

⁸² Jurandir Freire Costa. Playdoier pelos irmãos. in. Maria Rita Kehl. (org.) *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 13.

⁸³ Idem. *Subjetividade e cultura*. Projeto de Pesquisa. Departamento de Sociologia – FFLCH-USP, 2001, p. 11-12, grifo da autora.

proibido para o possível-impossível. Em outros termos, a mudança se dá, no plano interior, da culpabilidade para a responsabilidade e, no plano exterior, da disciplina para a iniciativa:

ontem as regras mentais demandavam conformismo, hoje, elas exigem iniciativas e atitudes mentais. O indivíduo é confrontado a uma patologia da insuficiência mais do que a patologia da falta, ao universo da disfunção mais do que ao da lei, o deprimido é um homem em pane.⁸⁴

Essa hipótese já está presente em *Le culte de la performance*, no qual o autor analisa a ampliação e o vazamento dos valores da concorrência econômica e da competição esportiva para a conduta cotidiana dos indivíduos.

As conseqüências culturais e os custos psíquicos desse indivíduo performático já estão presentes em o *L'individu incertain*. A "pane da ação" desse indivíduo que não dá conta da "trajetória" que estabeleceu para si mesmo, requer novas "técnicas de ação sobre o eu". Dentre essas técnicas, o autor situa o uso de drogas lícitas e ilícitas e os programas televisivos de relacionamento.

Desde dos anos 1960, a psicanálise busca repensar o conceito de supereu para adequá-lo às novas configurações familiares e sociais. Neste empreendimento, tem se destacado a elaboração lacaniana do conceito de supereu, com a ressalva de que também teria que ser, digamos, atualizado.

Em relação a Freud, Lacan opera uma completa inversão no conceito de supereu, pois este deixa de estar associado à repressão, pelo contrário, o conceito lacaniano está vinculado a um imperativo de gozo. O supereu lacaniano "nada diz *como gozar ou qual o objeto* adequado ao gozo", o que o torna adequado a uma sociedade do consumo.⁸⁵

O supereu lacaniano representa um passo além de idéias como, por exemplo, as que animam a compreensão de Michel Foucault a respeito da mudança nas táticas dos processos disciplinares a partir, sobretudo, dos anos 60. Mudança retratada em afirmações do tipo: "Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: 'Fique nu... mas, seja magro, bonito, bronzeado!'" Ou seja, apresente sua sexualidade, mas no interior de formas socialmente fornecidas e codificadas pelo mercado. Contudo, o que o conceito lacaniano de supereu nos indica é a desvinculação geral entre imperativo de gozo e conteúdos normativos privilegiados. Volto a insistir, a lei do

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p 15.

⁸⁵ Cf. Valdimir Safatle. *Cinismo e falência da crítica*. Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo, setembro de 2004. *mimeo*. s/pág.

supereu é vazia, sem determinações privilegiadas. Desta forma, ela pode nos ajudar a compreender porque, na sociedade contemporânea de consumo: 'Magro, bonito e bronzeado' pode facilmente ser trocado, por exemplo, por 'doente, anoréxico e mortífero' sem prejuízos para sua capacidade *momentânea* de mobilização de desejos."⁸⁶

Como o único exemplo histórico de sociedade de consumo foi o éden e tendo em conta que a humanidade ainda vive sob o reino da necessidade, é bom lembrar que o consumo vem depois do trabalho, aliás, quando há trabalho. Ademais, o problema com essas observações a partir de peças publicitárias, no caso, uma campanha do perfume Obsession, da Calvin Klein, não é propriamente se elas estão certas ou erradas no que diz respeito ao seu objeto, isto é, o consumo. O problema é sua extrapolação para toda a sociedade, justamente, num momento em que algumas formas de organização do trabalho retomam o controle disciplinar.

Voltemo-nos, então, para a clínica do trabalho.

2.2 O trabalho em causa

Se, como pensou Benjamin todo documento de cultura é um documento de barbárie - formulação que radicaliza a relação freudiana entre civilização e repressão -, aquele que lida com a relação entre trabalho e sofrimento tem um ponto de vista privilegiado, conquanto minoritário e negativo, do reverso da cultura ou da civilização.⁸⁷

Porém, os fenômenos desse reverso não são monopólio de especialistas, já que são do conhecimento de todos, as mortes de escravos e trabalhadores nas construções de grandes monumentos e de grandes obras de infra-estrutura, por exemplo, nos canais de Suez e do Panamá, na muralha da China, nas pirâmides do Egito, no Taj Mahal e das condições de trabalho durante a 1ª Revolução Industrial.

⁸⁶ Vladimir Safatle. Por uma crítica da economia libidinal. Ide (São Paulo), jun. 2008, vol.31, Nº 46, p.23. Contra-exemplo a partir do trabalho: No OESP, pode-se ler: "A obsessão pela saúde contamina todo o Grupo Pão de Açúcar. [...] 'Isso está no meu DNA e o meu DNA está na empresa. Portanto, é natural", afirma o proprietário. A reportagem segue dizendo que Diniz nega que haja qualquer imposição para que as pessoas que trabalham lá façam exercícios. Mas perguntado, se há um diretor gordo, ele responde rápido. "Não, quer dizer, há uma, mas já está emagrecendo. Por conta própria, não por imposição." *Abílio Diniz se lança em novo projeto*. OESP, Caderno B, p. 16. 7/08/09.

⁸⁷ Embora os dois termos sejam de tradições distintas, Freud tomava os dois conceitos como intercambiáveis. Sigmund Freud. Mal estar na cultura

Quando nos voltamos para os fenômenos do mundo contemporâneo, no entanto, faz-se necessário *novas perguntas de um trabalhador que lê*. Antes disso, que fenômenos são esses? Suicídio nos locais de trabalho, morte súbita (*karôshi*), acidentes de trabalho (com destaque para a mutilação das mãos e dedos), fadiga, esgotamento profissional (*burnout*), assédio moral, estresse pós-traumático, injustiças, sofrimento ético, perda de sentido do trabalho, ativismo profissional, compulsão por trabalho (cujo tipo social foi apelidado de *workaholic*), LER-DORT, fatores associados às condições físicas do trabalho, como a “perda auditiva induzida por ruído” (PAIR), intoxicação por agentes químicos (amianto, mercúrio etc.), contaminação por agentes biológicos que afetam profissionais de saúde, coletores de lixo e limpadores de esgoto.⁸⁸

Frente a fenômenos tão novos como as mortes voluntárias nos próprios locais de trabalho e o crescimento recente de fenômenos tão antigos como os acidentes de trabalho, novas perguntas são mesmo urgentes.

Ao descrever a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa devido à reação da sociedade contra as extensas jornadas de trabalho, Marx afirma que essa reação emerge porque a sociedade estava atacada em seus “fundamentos vitais”.⁸⁹

Em contexto bem diferente daquele, embora não seja possível ainda discriminar as tendências atuais de uma nova reação, o mundo do trabalho é novamente atacado em seus fundamentos vitais.

Como já anunciado anteriormente, investigaremos como a epidemia depressiva se relaciona com esse conjunto de dados do mundo do trabalho. O sofrimento depressivo pode ser uma consequência direta da atividade no trabalho ou aparece como decorrência dos fenômenos acima arrolados.

Analisaremos, detidamente, no capítulo 4, pesquisas da psicodinâmica do trabalho sobre essas patologias, especificamente o sofrimento depressivo presente no mundo do trabalho.

⁸⁸ Nesse trabalho não iremos discutir o sofrimento decorrente das condições de trabalho (fatores químicos, físicos e biológicos), nos restringimos as consequências da organização do trabalho. Mas vale lembrar que o uso incorreto de componentes químicos como o mercúrio pode prejudicar os sistema nervoso, sendo a depressão, uma consequência possível. Além disso, os acidentes de trabalho que deixam seqüelas no trabalhador levam à *percepção de perda da capacidade* que, geralmente são acompanhados de “sentimento de culpa, fracasso e auto-depreciação e isolamento que irá conferir um caráter depressivo a muitos destes quadros.” Edith Seligmann-Silva. *Psicopatologia e Saúde Mental no Trabalho*. In: Mendes, R. (Org.). *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Ateneu, 2003 v. II, p. 1143.

⁸⁹ Cf. Sadi Dal Rosso. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p. 55.

Não acreditamos ser possível estabelecer uma relação monocausal entre trabalho e depressão. Para nós, o sofrimento depressivo, em última instância, está vinculado à mobilização sem precedentes do sujeito no trabalho. Essa mobilização será analisada em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Tais aspectos serão analisados por meio do conceito de intensificação do labor e de subsunção total da força de trabalho.

Embora possa parecer que o conceito de intensificação do labor se refira apenas aos aspectos quantitativos, ele abarca também fenômenos qualitativos da mobilização pois ele também é aplicado às atividades imateriais.

Para Dal Rosso,

À medida que numa sociedade cresce o contingente dos que trabalham em atividades imateriais, aumentam também os problemas de saúde decorrentes da forma imaterial de trabalho e de sua intensificação. Esses elementos fundamentam a hipótese de que o trabalho imaterial deverá gerar acidentes e doenças totalmente distintas do trabalho material.⁹⁰

Sendo assim, “são duas condições que alteram a relação trabalho-saúde: (I) mudança para trabalho imaterial e (II) onda [atual] de intensificação no trabalho.”⁹¹

Além do estado de mobilização permanente em que está submetido, o trabalhador não encontra mais reconhecimento. Com isso, o trabalho perde seu sentido e deixa de ser um mediador na relação entre o eu e o social. Sem essa mediação e o reconhecimento a ela relacionado, há um campo aberto para a descompensação psíquica que na maioria das vezes se manifesta na forma de um sofrimento depressivo.

Mas como se dá essa descompensação psíquica? Ela se deve à certa identificação narcísica com o trabalho e quando este deixa de ser fonte de gratificação, o sujeito se deprime?

Nos casos de servidão voluntária, ou seja, de adesão extrema à empresa, faria sentido tal suposição. Mas ela não dá conta do que é o trabalho. O trabalho não dá margens àquilo que Freud chamou de “fraca resistência do objeto” para explicar a melancolia posterior a uma perda de objeto, cuja escolha se deu por

⁹⁰ Idem, p. 36. Mais adiante, o sociólogo afirma que as mudanças no trabalho abarcam tanto o trabalho material quanto o imaterial. Há “novos tipos de desgastes exigidos pelos trabalhadores de qualquer esfera e não só naquelas tipicamente materiais.” p. 40

⁹¹ Dal Rosso, p. 136.

uma identificação narcísica. Pois segundo Dejours, o trabalho é definido pelo real e o real é justamente aquilo que oferece resistência.

Nossa análise nos leva então para o conflito intra-psíquico, pois é ele que está em jogo nas variadas formas de descompensação.

Para nós, portanto, o que se passa com os sujeitos, atualmente, não pode ser descrito pelo arrefecimento da culpabilidade e da disciplina, como quer Ehrenberg. Se o imaginário social contemporâneo é povoado e assombrado pelo culto da performance, pelo discurso do capital humano e pela divisão entre *losers* e vencedores, e de fato é, não quer dizer que isso seja o fator mais importante. Para sabê-lo é preciso sair da superfície.

Vale lembrar que a análise de Ehrenberg está embasada na análise de três magazines semanais de grande tiragem na França. O sociólogo pesquisou a evolução das quatro últimas décadas dessas revistas. A distância entre o cotidiano e o discurso midiático, a publicidade e as pseudo-teorias da administração não deve ser apagada pela teoria. Caso contrário, poder-se-ia concluir que todos são cínicos, perversos e performáticos mal-sucedidos.

Assim, o conflito, seja intra-psíquico, seja social, ao contrário do que pensa Ehrenberg, é o que está por trás da epidemia depressiva. Mas não descartamos inteiramente o argumento central do livro de Ehrenberg, antes, o situamos noutra perspectiva.

Só se pode entender o que Ehrenberg chama de iniciativa e responsabilidade, se atentarmos para o fato de que a disciplina e a culpabilidade não perderam força como ele afirma; pelo contrário, há situação de trabalho em que elas se fortaleceram. Ao mesmo tempo, a iniciativa e a responsabilidade são formas que a organização do trabalho e, a partir desta, a sociedade como um todo, criaram para fazer com que os indivíduos se implicassem com metas quantitativas e programas de qualidade total.

A iniciativa e a responsabilidade são novos elementos discursivos efetivos, mas a origem deles está no fato de que as empresas terem imposto uma competição generalizada entre tudo e todos. Assim, sem abandonar a disciplina, as empresas lançam mão de novas estratégias.

Muito cético quanto a existência efetiva das mudanças toyotistas, Dejours atribui boa parte do sofrimento no mundo do trabalho a dois novos elementos, isto é, as avaliações individuais de desempenho e aos certificados de qualidade

total. Esses princípios de organização do trabalho trazem um rol de consequências negativas,

de um lado, o crescimento extraordinário da produtividade e da riqueza, mas, de outro, a erosão do lugar acordado à subjetividade e à vida no trabalho. Disto resulta um agravamento das patologias mentais decorrentes do trabalho em crescimento em todo o mundo ocidental, o surgimento de novas patologias em particular os suicídios nos próprios locais de trabalho – o que não acontecia jamais antes da virada neoliberal – e o desenvolvimento da violência no trabalho, a agravação das patologias da sobrecarga, a explosão da patologia do assédio.⁹²

Aqui, adotamos os pressupostos teóricos da psicodinâmica do trabalho (PDT) criada por Christophe Dejours, nos anos 1990, a partir de conceitos oriundos da ergonomia e da psicanálise. Mas aproximamos as riquíssimas observações da clínica do trabalho realizadas pela PDT da crítica da economia política, notadamente, os autores que procuram entender o pós-fordismo a partir de conceitos marxistas, a saber, André Gorz, Antonio Negri, Sadi Dal Dal Rosso e Rodnei Nascimento (tese de doutorado).

Talvez, em seu louvável esforço de se distanciar do economicismo, a PDT tenha se afastado em demasia da crítica da economia política. Essa aproximação entre as duas teorias não deixa de apresentar suas ciladas, mas, se realizada com cuidado, os ganhos resultantes são significativos.

O pressuposto teórico mais importante da PDT é o da centralidade do trabalho. Ou seja, no que diz respeito à subjetividade, o trabalho é um absolutamente fundamental. É por meio do trabalho que o sujeito constrói sua narrativa, sua identidade pessoal. O trabalho é decisivo é por meio dele que o sujeito obtém reconhecimento que, por sua vez, estrutura a identidade.

Esse pressuposto é retirado não de Marx, mas de Freud. Com base no fundador da psicanálise, Dejours afirma que o trabalho e a vida erótica são fundamentais para o sujeito.

Quanto a Marx, se é claro que é o fundador do “paradigma da produção”, não podemos afirmar – o que é um lugar comum – que em sua teoria a centralidade do trabalho se desdobra em uma definição de homem na qual o trabalho é um atributo antropológico.

⁹² Christophe Dejours . Subjetividade, trabalho e ação. In: *Revista produção*, V. 14, n. 3, Set./Dez., 2004. p.28.

O trabalho tal como o entendemos nasce na modernidade e deve ser entendido em seu sentido histórico e não ontológico.⁹³

Tanto em Freud quanto em Marx, há a valorização do trabalho. Em Marx, o homem se eleva quando realiza uma atividade não alienada pela qual pode se reconhecer no fruto de seu trabalho. Em Freud, o trabalho pode proporcionar uma solução satisfatória entre as demandas da civilização e as moções pulsionais por meio da sublimação. Mas, como é do conhecimento de todos, em suas respectivas obras, o *tripalium* da etimologia da palavra pesa sobremaneira.

Em certo momento de sua obra, Marx afirmou que se os trabalhadores pudessem, fugiriam do trabalho como os ladrões fogem da prisão (e qual trabalhador não o sabe?).

Em Freud, há algo semelhante; em *O futuro de uma ilusão*, ele afirma que a humanidade sempre traz consigo a aversão ao trabalho.

Toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia pulsional, se quer parece certo se, caso cessasse a coerção, a maioria dos seres humanos estaria preparada para empreender o trabalho necessário à aquisição de novas riquezas.⁹⁴

As conquistas materiais da civilização repousam na renúncia pulsional. Decorre daí, no entanto, um conflito irreconciliável que se expressa no sofrimento neurótico.

Sem desconsiderar esses elementos, os autores das diversas correntes da saúde mental no trabalho tomam o trabalho como categoria central. Posição essa fortemente presente em Robert Castel. Para este, "o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem."

⁹³ Acompanhamos aqui a análise de Nascimento, segundo a qual é falsa toda interpretação da obra de Marx que a conceba "como representante do assim chamado 'paradigma do trabalho'. Essa concepção é falsa tanto no sentido de que Marx teria reduzido a compreensão das diversas formas de interação humana a um mero efeito das relações econômicas reificadas, como pretende Habermas seguindo os passos de Hannah Arendt, como também no sentido de que Marx teria analisado o desenvolvimento histórico e social da humanidade tomando o trabalho como modelo de toda atividade humana, isto é, como pressuposto ontológico do homem e de toda forma de sociedade, como quer o último Lukács. Rodnei A Nascimento. *Formas da subsunção do trabalho no capital: subsunção formal, real e intelectual*. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia, FFLCH-USP, 2006. p. 8.

⁹⁴ Sigmund Freud, *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. pág. 12. Mas a questão do trabalho também é vista por outras perspectivas. Em certos casos, tem um potencial terapêutico: "nenhuma outra técnica de orientação da vida liga o indivíduo tão fortemente à realidade como a dedicação ao trabalho, pelo menos o incorpora solidamente a uma parte da realidade, ou seja, à comunidade humana." *Mal-estar na cultura*, idem, pág. 3027, nota 1693.

Segundo Dejours e Molinier, o trabalho pode ser definido como uma atividade

coordenada de homens e mulheres para defrontar-se com o que não poderia ser realizado pela simples execução prescrita de uma tarefa de caráter utilitário com as recomendações estabelecidas pela organização do trabalho.⁹⁵

Ou seja, tal atividade entendida como trabalho vivo é caracterizada pela distância entre prescrição e execução. Se os trabalhadores seguissem à risca o que lhes foi prescrito, a execução do trabalho seria prejudicada. É nisso que consiste a operação-padrão, uma forma de resistência que se dá quando os trabalhadores cumprem exatamente a prescrição da organização do trabalho.

O hiato entre prescrição e execução é o real do trabalho, ou seja, aquilo que resiste ao domínio e ao entendimento. Então, diante do real, os trabalhadores mobilizam a subjetividade, fazem uso da engenhosidade e da cooperação.

A mobilização subjetiva é o processo pelo qual o “sujeito mobiliza sua inteligência e sua personalidade em função de uma racionalidade subjetiva particular.”⁹⁶ Nessa acepção de mobilização há que sempre levar em conta a individualidade e, se as “técnicas de mobilização das subjetividades singulares não faltam no mercado empresarial, as pesquisas permitem deduzir que nenhuma delas pode outorgar-se o sucesso da mobilização.”

A engenhosidade é uma “forma de inteligência que convoca o corpo todo – inteligência do corpo – e não apenas do funcionamento cognitivo.” Tal mobilização do que essencialmente humano é “alheia a ordem do maquinal, mesmo que, periodicamente, essas capacidades possam ser objeto de uma “extração” de conhecimentos, o que permite padronizar e, eventualmente, robotizar certas operações.”

Por fim, a cooperação é entendida não como um resultado mecânico da organização do trabalho. Para que uma efetiva cooperação possa ocorrer, são necessárias duas condições, a saber, a existência de relações intersubjetivas de confiança e um “espaço de discussão” que garanta que os acordos feitos pelo coletivo tenham eficiência reguladora.

⁹⁵ Christophe Dejours e Pascale Molinier. O trabalho como enigma. In: Selma Lancman e Laerte Sznelwar (orgs.). *Christophe Dejours - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 137.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 135-36.

Essas três características do trabalho vivo permitem aos autores da PDT defenderem a *centralidade do trabalho* para a identidade do sujeito. A mobilização da subjetividade, do corpo e da intersubjetividade é uma contribuição individual para a organização real do trabalho que almeja reconhecimento.

Quando há perda de sentido do trabalho ou quando o sujeito não obtém reconhecimento, abre-se um campo para a descompensação psicológica, cujas consequências em termos de sofrimento serão aqui analisadas.

No entanto, como a conceituação da PDT a respeito do trabalho parece tomá-lo como um atributo antropológico, acreditamos ser necessário historicizá-la a partir de duas variáveis construídas por Danièle Linhart, socióloga do trabalho francesa que tem o mérito de contribuir analiticamente nesse debate a respeito da centralidade do trabalho, cujas posições são doutrinárias.

Segundo a autora, em primeiro lugar, é preciso levar em conta que a *relação com o trabalho* varia, historicamente, mesmo em períodos relativamente curtos. A partir de 1968, por exemplo, o trabalho passou a ser objeto de forte contestação. Mas já nos anos 1980, num contexto de recessão econômica, o trabalho passou a ser valorizado.

Em segundo lugar, é necessário pensar a *vivência no trabalho* e aqui é preciso pensar a atividade e quem a exerce. Por exemplo, uma atividade que confere prestígio e que é exercida por um profissional qualificado é portadora de um maior envolvimento com o trabalho.

Mas a relação de todos com o trabalho é fortemente marcada pela ambivalência, resumida nas duas frases que seguem:

Não se pode viver sem trabalho: o trabalho dá sentido, valor ao tempo livre e à vida.

O trabalho impede de viver, de aproveitar a vida; ele estraga a vida; não se tem tempo suficiente para viver.⁹⁷

Talvez essa ambivalência possa ser traduzida em termos de prazer-sofrimento. Para Dejours e Molinier, esse é um dos aspectos pelos quais o trabalho afirma sua centralidade, pois essa é

percebida na construção da identidade, na realização de si mesmo e na saúde mental – ou mesmo na saúde somática. O trabalho é

⁹⁷ Danièle Linhart. *A desmedida do capital*. Boitempo: São Paulo, 2007, p. 42.

gerador de saúde ou, ao contrário, um constrangimento patogênico. O trabalho jamais é neutro, considerado deste ponto de vista. Ou joga a favor da saúde ou pelo contrário, contribui para sua desestabilização e empurra o sujeito para a descompensação.⁹⁸

Se o trabalho leva à saúde ou traz consequências deletérias, seja o sofrimento, seja a doença, é também verdade que, em certo sentido, o trabalho sempre gera sofrimento. Quando o trabalhador se defronta com o real do trabalho, ou seja, aquilo que resiste ao entendimento e ao domínio, o trabalhador sofre.

Mas o sujeito não se porta de forma passiva em face desse sofrimento. É quando entra em cena a mobilização subjetiva de que já falamos, ou seja: o trabalhador arregimenta sua subjetividade para enfrentar o desafio posto pelo trabalho. Caso a empreitada seja bem sucedida, há gratificação pulsional, ou seja, “joga a favor da saúde”. Em caso de insucesso, aquele sofrimento inicial se metamorfoseia em “sofrimento patogênico”.

Em suas primeiras pesquisas, o objeto de Dejours eram as psicopatologias relacionadas ao trabalho. No entanto, ele passou a observar por meio de sua clínica do trabalho situações de trabalho em que, apesar de comportarem diversos fatores que poderiam desencadear sofrimento, o sofrimento não acontecia, ao menos na intensidade que se poderia esperar. Por que não é todo mundo que adocece?

Dejours constata que os sujeitos criavam estratégias defensivas individuais ou coletivas para não sucumbir frente às possibilidades de descompensação psíquicas.⁹⁹

As estratégias defensivas sofrem variação considerável em cada situação de trabalho ou classe social. No caso do que Dejours chama de subproletariado, hoje mais comumente denominados como trabalhadores precarizados, as estratégias defensivas configuram o que o autor chama de ideologia da vergonha.

Como a doença e o sofrimento são uma ameaça à sobrevivência no sentido de que tais padecimentos representam gastos com remédios, ausência

⁹⁸ Idem. Ibidem, p. 141.

⁹⁹ A partir dessas observações, o foco mudou das psicopatologias para a para a “normalidade” entendida como um “equilíbrio instável, fundamentalmente precário, entre os sofrimento e as defesas contra o sofrimento” *addendum – da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Ibidem, p. 53. Como o próprio título do texto citado já esclarece, essa nova perspectiva leva Dejours a fundar uma nova disciplina chamada psicodinâmica do trabalho.

no trabalho e maiores riscos de demissão, a manifestação do sofrimento é associada à vagabundagem.¹⁰⁰

Quando fracassa, a ideologia da vergonha dá lugar ao “alcoolismo, violência anti-social, loucura com todas as formas de descompensação, psicóticas, caracteriais e depressivas.”

No entanto, a eficácia da ideologia da vergonha se deve ao fato dela ser elaborada e alimentada coletivamente, já que elas substituem os mecanismos de defesas individuais. No caso do trabalho taylorizado, as defesas coletivas não possuem a mesma força, já que um dos objetivos da organização do trabalho taylorista é justamente quebrar o coletivo.¹⁰¹

Apesar de uma fábrica taylorista ser marcada pela uniformização, justamente por conta da quebra do coletivo, o sofrimento não é o mesmo para todo trabalhador, há uma *diferenciação* do sofrimento de um trabalhador para outro. Por isso, o autor critica certa apropriação pela psicopatologia de uma interpretação sociológica da vivência psíquica “que atribui somente às condições materiais e econômicas as causas do sofrimento e reduz a dor a um reflexo simples da luta de classes.”¹⁰²

Se há toda razão nessa crítica, como tem, aliás, a crítica à toda forma de reducionismo, nós acreditamos que os achados da PDT não devem ficar restritos apenas às ciências do campo psi.

Voltando a tais achados, Dejours aponta que na fala dos trabalhadores, sobretudo aqueles que estão sob a organização de trabalho fordista, é possível constatar um verdadeiro “refrão obsessivo” a respeito da perda de sentido do trabalho. O trabalho é visto como algo indigno, inútil, frustrante, desqualificado e sem significado: “raros são aqueles que ainda crêem no mito do progresso social ou na participação à uma obra útil.”¹⁰³

A perda de sentido do trabalho – ainda mais exposta com tal força por um teórico que defende a centralidade do trabalho para o sujeito – é digna de uma maior consideração. Trata-se de um curto-circuito. Os sujeitos precisam do reconhecimento no trabalho para manter sua saúde psíquica, mas o trabalho

¹⁰⁰ Christophe Dejours. *A loucura do trabalho – estudo sobre psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992. p. 29 e segs.

¹⁰¹ “Mesmo se [os trabalhadores] partilham coletivamente da vivência do local de trabalho, do barulho, da cadência e da disciplina, o fato é que, pela própria estrutura desta organização do trabalho, os operários são confrontados um por um, individualmente e na solidão, às violências da produtividade.” p. 39.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 40.

¹⁰³ Idem, ibidem, p. 49.

atual ao invés de possibilitar reconhecimento se torna uma afronta à dignidade de homens e mulheres. A perda de sentido no trabalho é fonte de sofrimento na forma de uma vivência depressiva que se torna muito comum.

A vivência depressiva marca “o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo.” Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento. A certeza de que o nível de insatisfação não irá diminuir marca o começo do sofrimento.

Dejours retira tais conclusões a partir de suas pesquisas com o operariado na linha de produção fordista. Mas não podemos levantar a hipótese, passados já trinta anos da realização dessas pesquisas, de que a perda de sentido do trabalho se universalizou?

É inegável que ao lado da questão da centralidade do trabalho, outra tendência contrária se afigura, isto é, a da irrealidade do trabalho.

Uma vertente da crítica de economia política que defende a crise do valor observa que atualmente há situações de trabalho que podem ser caracterizadas pela irrealidade, pois nelas nada se produz.

Os exemplos se multiplicam. São professores que são impedidos de ensinar por conta da progressão continuada. A instituição privada de ensino superior que, para satisfazer as normas do Ministério da Educação, aluga livros quando dos funcionários do MEC.

Os acadêmicos que publicam um mesmo artigo em várias versões diferentes para cumprir com os requisitos de produtividade bibliométrica. A irrealidade do trabalho acaba pela valorização de “habilidades de auto-sugestão, auto-representação e simulação de competência como as virtudes mais importantes.”¹⁰⁴

Aliás, o próprio Dejours afirma que a partir da instituição da avaliação individualizada de desempenho e dos programas de certificação de qualidade total, os funcionários passam a fazer uso extensivo da mentira, da fraude e da dissimulação.¹⁰⁵

Entre necessidade do sujeito por reconhecimento e a perda de sentido e a irrealidade do trabalho abre-se um campo para o sofrimento psíquico.

¹⁰⁴ Grupo Krisis, Manifesto contra o trabalho. Labor, 1999, p. 21.

¹⁰⁵ Vale lembrar que a Enron representou o outro lado dessa fraude sistêmica são os balanços, projeções de lucro e empreendimentos fantasiosos e maquiados para alimentar a bolha financeira da empresa até o dia em que a bolha estoura, não importa, os casos vão se sucedendo, as bolhas estouram aqui, para ressurgirem lá.

Tendo como mote a questão da centralidade do trabalho para o sujeito, Jaquelina Imbrizi elabora uma crítica contundente a Dejours. Ela o faz a partir do referencial frankfurtiano, especificamente de três autores Adorno, Horkheimer e Marcuse.

Uma passagem de Marcuse citada pela autora sintetiza bem o seu próprio argumento:

Certamente pode haver também 'prazer' no trabalho alienado [...] o alfaiate que apresenta um terno bem cortado, [...], o trabalhador que preenche sua quota - todos poderão sentir prazer num 'trabalho bem feito'. Contudo, ou esse prazer é extrínseco (previsão de uma recompensa), ou é satisfação (em si mesma um indício de repressão) de estar bem ocupado, no lugar certo, de contribuir com sua parcela no funcionamento da engrenagem. Num caso ou noutro, tal prazer nada tem a ver com a gratificação pulsional primordial. Associar o desempenho em linhas de montagem, em escritórios e lojas, com as necessidades pulsionais, é glorificar a desumanização como prazer."¹⁰⁶

Embora a crítica do trabalho alienado, tal como é feita na passagem a cima, seja imprescindível, precisamos levar em conta outros movimentos.

João Bernardo, por exemplo, trabalha com os conceitos de hetero-organização e auto-organização.¹⁰⁷ Os trabalhadores reagem frente aos aspectos alienantes do trabalho é o que demonstra a luta secular pela redução da jornada de trabalho.

Se adotarmos as determinações de modo exclusivo, a clínica do trabalho já não é necessária, já que toma como ponto de partida as situações de trabalho. No entanto, o contrário também é verdadeiro, ou seja, o esforço da PDT de não cair no economicismo, não pode fazer com que ela perca de vista a crítica da economia política.

Vejamos como a PDT pode lidar com o conceito de trabalho alienado.

¹⁰⁶ Marcuse *apud* Jaquelina Imbrizi. *A formação do indivíduo no capitalismo tardio – uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho*. Hucitec/Fapesp: São Paulo, p. 242. Na citação de *Eros e civilização*, substituímos duas vezes a palavra *instintiva(s)* por *pulsional*. A origem da troca do conceito de *pulsão (trieb)* pelo conceito de *instinto* é a tradução inglesa das obras de Freud. As necessidades instintivas são próprias do reino animal, portanto são biológicas, já as pulsões são próprias de homens e mulheres e se inscrevem na intersecção da biologia e da cultura. Ou seja, no ser humano o 'instinto' é desejo e não há desejo sem fantasia. Diante da dificuldade de definir um conceito tão fundamental para a psicanálise quanto o de pulsão, o próprio Freud ironizou, dizendo tratar-se de a "nossa mitologia."

¹⁰⁷ João Bernardo. *Democracia totalitária – teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

“A noção de alienação – em Marx e nos pós-marxistas – é aberta o suficiente para que ousemos indagar se a clínica do trabalho não poderia justamente contribuir para a elaboração de seu sentido”¹⁰⁸

O trabalho, “mesmo alienado, é freqüentemente menos deletério que a privação de trabalho. E se examinarmos ainda mais minuciosamente a contradição, encontraremos situações em que o trabalho, mesmo dominado, aparece como meio de realização de si e como mediador da emancipação do sujeito.”

Aqui a alienação não designa um dado em si, ela é um desfecho possível se a ela não é anteposta a *resistência*. Na falta dela surgem as patologias que assolam o mundo do trabalho. Mas o sofrimento não é uma consequência direta das situações alienantes de trabalho, já que paradoxalmente, “essas patologias são antes a trágica expressão de uma luta contra a alienação.”

A despeito da importância da análise de Imbrizi, ela peca por se prender em demasia à sua inspiração frankfurtiana sem levar em conta que os trabalhadores não vivenciam de modo passivo a alienação do trabalho.

Curiosamente, as posições parecem invertidas, a PDT é acusada de reformista por constatar que o trabalho propicia prazer e os sujeitos trabalhadores esperam por reconhecimento, mas a análise dos casos por meio de sua clínica comporta um teor altamente crítico. Por meio dela, nos deparamos com uma realidade do mundo do trabalho desconhecida pelos autores contemporâneos filiados à teoria crítica e pelos movimentos políticos à esquerda.

Por outro lado, os autores da PDT não levam até às últimas consequências os resultados de suas pesquisas.

Atualmente, no entanto, nenhuma proposta política emancipatória ou de políticas públicas pode ignorar a contribuição da PDT, assim como das outras teorizações a respeito da relação sofrimento e trabalho.

¹⁰⁸ Christophe Dejours. *Alienação e clínica do trabalho*. Laerte Sznalwar e Selma Lancman (orgs.). *Christophe Dejours - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008, p. 220 e segs.

Parte II – A sociedade na reprodução material

Capítulo 3

A mobilização total

As interpretações do que ocorreu nas esferas do trabalho e do consumo têm sido marcadas por um dualismo que impõe uma demarcação rígida entre a configuração social do passado e a atual, por exemplo, entre sociedades disciplinares e a do controle, ou ainda entre modo de regulação fordista-keynesiano e a dita acumulação flexível. Mas não é possível apreender a realidade social por meio de pares opostos. A análise dialética, por sua vez, tem em conta que a modernização conservadora, como a própria formulação sugere, também pode reabilitar formas do passado.

A passagem do fordismo para o toyotismo não é de modo algum tão estanque como se supõe. Da mesma forma, a passagem da sociedade disciplinar para a biopolítica não deve ser entendida pela sucessão de formas de controle.

Atualmente, predomina uma leitura um tanto quanto apressada do *Post-scriptum à sociedade de controle*, de Gilles Deleuze, representada, por exemplo, por *A sociedade mundial de controle*, de Michael Hardt.¹⁰⁹

Segundo Arantes,

“é preciso ressaltar que Foucault tomou cuidado de alertar seus leitores ativistas a não pensar em termos de substituição linear, uma sociedade de soberania substituída por uma ordem disciplinar e esta, por um sistema gestor das populações ou sociedade de governo, mas a ter em mente uma estrutura triangular no comando do processo de governamentalização do Estado, um triângulo composto por soberania-disciplina-gestão

¹⁰⁹ Gilles Deleuze. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In. idem *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226; Michael Hardt. *A sociedade mundial de controle*. In: Éric Alliez. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 358. “A passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle se caracteriza, inicialmente, pelo desmoronamento dos muros que definiam as instituições.” Idem, p. 357. Não discordamos inteiramente da tendência, mas acreditamos ser problemático adotá-la como única, pois o encarceramento em massa em curso lembra que os muros das instituições estão de pé. Aliás, vem bem ao caso lembrar que o fim dos muros do símbolo maior das instituições totais, isto é, o manicômio, tem lá seus sucedâneos. Thomas Szasz, lembra que, no caso dos EUA, há realmente uma desinternação do paciente psiquiátrico, na qual, a camisa de força mecânica é substituída pela camisa de força química, mas ao lado desse movimento, corre em paralelo um processo de reinternação do paciente não mais nos tradicionais manicômios, mas em “hospitais de veteranos, hospitais gerais e da comunidade, hospitais mentais particulares, unidades psiquiátricas infantis, centro de reabilitação de alcoólatras e drogados etc.” Thomas Szasz. *Cruel compaixão*. Papirus: Campinas, 1994, p. 257.

governamental, tendo na população o seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais.”¹¹⁰

Para melhor nos situarmos nessas questões do presente, um breve percurso pela história recente faz-se necessário. No final dos anos 1960, o capitalismo histórico apresenta para os proprietários condições alarmantes de temperatura e pressão: queda da taxa de lucro, pressão por aumento salarial e radicalização dos trabalhadores.

Enquanto isso, uma tendência mais profunda vinha há tempo acumulando força para dar seu salto qualitativo. A interiorização da ciência no processo de produção implodiu a grande indústria fordista e reconfigurou as constelações que orbitavam em torno desse centro gravitacional.¹¹¹

A principal resposta política a esse quadro histórico foi uma revanche dos proprietários composta por dois movimentos, em certa medida complementares. Em primeiro lugar, a elaboração e imposição de uma agenda liberal: desregulamentação da legislação trabalhista e dos mercados financeiros, liberalização comercial e privatização.

A mundialização financeira e a desterritorialização das empresas possibilitadas pela liberalização comercial enfraqueceram o *Welfare-state* e tornaram porosas as fronteiras do Estado-nação (ainda que para isso tenha se necessitado de um Estado forte).

A desregulamentação da legislação trabalhista desestruturou as instituições do mundo do trabalho: associações, sindicatos e partidos. Além disso, a desconstrução do modo de regulação fordista-keynesiano iniciou um processo de longo alcance que, para além das instituições fordistas e do *welfare-*

¹¹⁰ Paulo Arantes. *Alarme de incêndio no gueto francês – uma introdução à Era da Emergência*. mimeo. p.32.

¹¹¹ Sinais dessa crise estrutural não são de hoje. Ela começa pela periferia e caminha até os países centrais. Nos anos 1970, a África, nos anos 1980, o desenvolvimentismo latino-americano, nos anos 1990, o socialismo soviético. Enquanto isso, o *Welfare State* europeu vinha sendo atacado. A crise do final de 2008 mais uma vez lembra que a dinâmica da crise atingiu o centro. A própria ascensão e hegemonia do capital financeiro já é um resultado da crise do valor. Há três décadas, a economia capitalista vive sob a hegemonia de um capital financeiro maníaco-depressivo. As finanças geram bolhas que incham até estourar, quando estouram vêm as crises, que jogam a economia na recessão até que uma nova bolha, ou seja, um crescimento artificial, retire a economia da crise. Segundo Kurz, a economia mundial pós-fordista (quando o valor entra em crise por conta da terceira revolução tecnológica, visto que a produção não pode mais ser inteiramente medida pelo tempo de trabalho) consiste em que o keynesianismo militar norte-americano escorado num duplo déficit (fiscal e comercial), por sua vez, lastreado na emissão de títulos do governo dos EUA. Essa emissão de títulos é parte do seguinte mecanismo: os EUA compram as mercadorias do leste asiático e esses compram os títulos norte-americanos. O poderio militar dos EUA garante, caso seja contestada, a supremacia do dólar como moeda internacional. Cf. Robert Kurz. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

state resultou num desmanche de instituições forjadas desde as revoluções burguesas, nos países centrais, e dos processos de formação nacional, nas periferias.¹¹²

O segundo movimento da rebelião das elites é o estado de exceção permanente, ou seja, o aumento de medidas extraconstitucionais e o intervencionismo jurídico para manter a governabilidade visto que a normalidade legal se tornou uma camisa-de-força para o sistema, dada sua incapacidade de acomodar a dinâmica da pós-grande indústria, a saber, déficits internos e externos, desemprego estrutural e a desconexão de regiões inteiras dos fluxos de valorização econômica. Temos como contrapartida governos baseados em medidas provisórias, precarização do trabalho, encarceramento em massa, rotinização da tortura, guerras preventivas etc.¹¹³

Talvez com exceção dos regimes totalitários e das mobilizações para a guerra, nunca a subjetividade tenha sido arregimentada tão extensa e intensamente como no mundo pós-fordista. Freud dizia que mais civilização levaria, inevitavelmente, a mais repressão, ao que ele atribuía a causa das doenças psíquicas. Dado o avanço da dinâmica social sobre os sujeitos, sua fórmula ainda continua válida, embora, a torto e a direito, seja proclamado o esgotamento de tal diagnóstico.

O estado subjetivo, tanto da força de trabalho quanto do consumidor, requerido pelo capital é de mobilização total. O conceito de mobilização total foi cunhado por Ernest Jünger para dar conta do mundo do “entre-guerras”, em 1930.¹¹⁴ Paradoxalmente, a mobilização contemporânea se dá por meio de processos político-econômicos, enquanto que as guerras não mobilizam mais.¹¹⁵

¹¹² Não deixa de ser irônico, nessa época de exceção permanente, observar que os “trinta anos gloriosos”, período de estrondoso crescimento e de controle das forças naturalmente mortíferas do ‘moinho satânico’, é uma verdadeira exceção na história do capitalismo histórico. A característica fundamental do período keynesiano-fordista, outro nome para aqueles mesmos trinta anos, foi o cumprimento de acordos entre as três peças-chaves das nações ocidentais à época: o Estado, as empresas e os sindicatos. Ver Giovanni Arrighi. *O longo século XX – dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo, Contraponto; São Paulo, EDUNESP, 1996.

¹¹³ “[Para Jean-Claude Paye], o estado de exceção surge como uma fase de transição destinada a ‘libertar’ a força de trabalho de suas conquistas sociais, e a fazê-lo suspendendo seus direitos concretos. [Assegurando assim] as condições políticas e militares de uma gestão global da força de trabalho.” Laymert Garcia dos Santos, Brasil contemporâneo: estado de exceção?. In. Francisco de OLIVEIRA e Cibele S. RIZEK. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 202-203.

¹¹⁴ Ernest Junger. A mobilização total. *Revista Natureza Humana* 4(1): 189-216, jan.-jun. São Paulo, 2002. Nas palavras de Heidegger, que atribui a Jünger a causa de uma verdadeira ruptura em sua própria obra: “Aquilo que Ernst Jünger pensa, nos conceitos de dominação e forma do trabalhador, e que ele vê à luz desses pensamentos, é o domínio universal da vontade de poder no interior da história vista planetariamente. É nessa realidade [*Wirklichkeit*] que hoje se encontra tudo, quer se chame comunismo, fascismo ou democracia mundial. É a partir dessa realidade da

Poderíamos indagar, então, se se trata mesmo de mobilização total, dado o imenso contingente da força de trabalho, na forma de um novo exército industrial de reserva, cuja exploração não interessa ao capital?

Henri Acselrad nos dá uma resposta adequada ao problema.

O esforço de intensificação do trabalho pode incidir sobre um subconjunto selecionado dos assalariados. Observa-se então uma desmobilização produtiva de parte do coletivo de empregados e a concomitante intensificação do trabalho dos empregados remanescentes. Trata-se aqui de uma estratégia calcada no discurso econômico de otimização da relação entre meios e fins. Os meios economizados são, neste caso, os dispêndios com salários e a relação a otimizar, aquela expressa no valor da produção por unidade de custo salarial. O esforço de incremento da produtividade não resulta, pois, de recurso específico ao empenho político do trabalhador na batalha nacional pela conquista de mercados. Instaura-se, isto sim, um duplo processo em que a ameaça de desemprego combina-se ao incentivo material, à produção: ao discurso da eficiência junta-se o poder disciplinador do "enxugamento" da produção.¹¹⁶

Um dos traços mais marcantes da presente mobilização total é seu apelo à autonomia do sujeito. Embora tal característica não seja nova. Martins, por exemplo, lembra que, em 1920, Ernest Junger, ao explicar "o sucesso dos Aliados na Guerra contra o Império alemão, reconheceu que uma comunidade de cidadãos que se julgavam livres se prestava melhor para a 'mobilização total' do que o corpo dos súditos de Guilherme II."¹¹⁷

Nos anos 1960, Herbert Marcuse observa que

em virtude do modo pelo qual organizou sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a se tornar totalitária, [sendo tal tendência] compatível com o 'pluralismo' de partidos, jornais, 'poderes contrabalançados' etc.¹¹⁸

Hoje, o discurso de valorização de idéias como autonomia e pluralismo é tanto maior, visto que a subjetividade passa a ocupar um lugar central na reprodução material da sociedade. O indivíduo é valorizado, na medida em que

vontade de poder que eu comecei ver, já nessa época, o que há." *apud* Zeljko Loparic. Breve nota sobre Heidegger como leitor de Jünger. *Natureza Humana* 4(1), jan.-jun. 2002, p. 219. A citação cumpre apenas a função de demonstrar a importância de Jünger, já que aqui não fazemos nenhum uso da vontade de poder nietzscheniana.

¹¹⁵ "Domesticamente, a guerra não é mais uma obsessão nacional, é um negócio que se encontra hoje totalmente nas mãos de peritos." Naomi Klein *apud* Paulo Arantes. Extinção. *idem*. p. 59.

¹¹⁶ Henri Acselrad. Trabalho, qualificação e competitividade. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995, p. 53.

¹¹⁷ Moisés Martins. O Trágico na Modernidade. *INTERACT Revista on-line de arte, cultura e tecnologia*, nº5, 2002, p. 4. www.interact.com.pt/interact5/default.htm acessado em 3/5/2009.

¹¹⁸ Herbert Marcuse. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 24-25.

ele é arregimentado por meio da mobilização da criatividade e da mercantilização da experiência. Os meios de produção requisitam a força anímica do trabalhador, enquanto forjam uma demanda por experiência do consumidor.

Os afetos do trabalhador se tornam um fator de produção, enquanto o valor dos produtos e serviços, que o consumidor compra ou acessa, é atribuído pela experiência que eles proporcionam.

No mundo do trabalho, a criação e mobilização da força anímica está presente no desenvolvimento tecnológico, no setor de serviços e na criação do entretenimento da indústria cultural. Embora esses aspectos qualitativos da mobilização estejam concentrados na classe dos “agentes inovadores” ou “manipuladores simbólicos”, a mobilização das capacidades cognitivas, afetivas e relacionais tende a ser um requerimento universal do mundo do trabalho.

Essa mobilização está presente de tal modo no cotidiano que ela leva a um embaralhamento do que é trabalho e do que é consumo, em outras palavras, o consumidor passa a trabalhar e o trabalhador passa a consumir tendo em vista seu aperfeiçoamento profissional.

Em suma, na formulação de Marcuse,

o governo de sociedades industriais desenvolvidas e em fase de desenvolvimento só se pode manter e garantir quando mobiliza, organiza e explora com êxito a produtividade técnica, científica e mecânica da civilização industrial. E essa produtividade mobiliza a sociedade em seu todo, acima e além de quaisquer interesses individuais ou grupais.¹¹⁹

Apesar da atmosfera *soixante-huit* a que nos remetem essas palavras, esse estado de coisas parece ser muito mais efetivo hoje do que em sua época. E o que nos interessa é entender o modo pelo qual se põem “corpo e mente em estado de mobilização para a defesa desse universo.”

Em *Formas de subsunção do trabalho ao capital: formal, real e intelectual*, Rodnei Nascimento, tendo como eixo o texto *Fragmento sobre as máquinas* dos *Grundrisse* de Marx, acrescenta às formas de subsunção já teorizadas pelo crítico da economia política, a saber, subsunção formal e real, a subsunção relativa à

¹¹⁹ Idem, *ibidem*. p. 25. Nos anos 1980, Edward Thompson nos permite desconstruir um discurso muito lembrado ainda hoje, dada a sua suposta confirmação. Em 1961, Eisenhower alerta para um risco que corre a democracia, a saber, a pressão exercida sobre ela por uma elite tecno-científica localizada nos postos de comando do complexo militar-industrial. Lembrando do lugar central do Estado no complexo industrial militar, Thompson afirma que os EUA não *têm* um complexo industrial-militar, eles *são* esse complexo. Cf. Edward Thompson, *Notas sobre o exterminismo – estágio final da civilização*. In Edward Thompson et al. *Exterminismo e guerra fria*. São Paulo Brasiliense, 1985. p. 45.

fase atual que pode ser descrita pela crescente importância do intelecto geral na acumulação capitalista.¹²⁰

Segundo o autor, o intelecto geral é:

um conjunto de capacidades cognitivas e intelectuais disponíveis socialmente que o trabalho põe em prática durante o tempo de trabalho” [ou seja] “o processo de trabalho passa a contar mais pelas qualidades intelectuais dos trabalhadores do que pelo tempo de execução.¹²¹

A atualização do conceito de ‘intelecto geral’ traz uma série de desdobramentos. Nós os organizamos em três eixos: a mobilização da subjetividade, novas formas de controle da força de trabalho e o fim da sensibilidade igualitária.

3.1 Criatividade e experiência - trabalho e consumo no pós-fordismo

A respeito da mobilização da subjetividade, são os seguintes desdobramentos que Nascimento retira de sua análise da predominância do intelecto geral:

- O aspecto qualitativo do trabalho não pode ser reduzido a trabalho abstrato simples, o que inaugura uma desproporção qualitativa entre a força de trabalho e a produção capitalista.
- O capitalista deverá desenvolver novas estratégias de subsunção total do trabalho, mas sem contar com a mesma eficácia das formas anteriores, seja no sentido de contê-lo preso em sua forma, seja no sentido de legitimar ideologicamente sua dominação.
- Cai a ideologia do contrato entre formalmente iguais e de troca de equivalentes e no lugar dela aparece o discurso do capital humano.
- Retorna-se, de certo modo, a um princípio subjetivo da produção e a uma maior importância do trabalho vivo.
- Há novas formas de superexploração e intensificação do trabalho, na medida em que o trabalhador deve colocar todo seu tempo de vida, dentro e fora da empresa, em função dos interesses dos capitalistas como se fossem seus próprios interesses. O tempo livre se torna imediatamente produtivo.
- O econômico se instala agora sobre o terreno da reprodução da vida do indivíduo em todos os seus aspectos.

¹²⁰ Rodnei Antônio do Nascimento. *Formas da subsunção do trabalho no capital: subsunção formal, real e intelectual*. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia, FFLCH-USP, 2006.

¹²¹ Idem, *ibidem*, p 188.

- “O trabalho imaterial passa então a exigir uma nova forma de dominação que seja mais do que econômica, uma forma que possa abarcar sua potencialidade infinita. Essa forma atende pelo nome de biopolítica [pensada como dominação capitalista e na qual força de trabalho equivale à vida]”¹²²
- A dominação biopolítica descreve um aprofundamento da dominação social e não o seu fim.
- As novas formas de dominação que se assemelham à prestação de serviço, pelo que o autor entende a transferência da responsabilidade “aos próprios trabalhadores pelo desempenho de sua atividade e pela contínua reprodução aperfeiçoada de sua força de trabalho. É como se o trabalhador fosse uma empresa que presta serviço e devesse agora explorar a si mesmo em benefícios de outra empresa”.

A formulação de Nascimento descreve um processo de mobilização da força de trabalho em seus aspectos qualitativo e quantitativo. No que diz respeito às mudanças qualitativas, o controle da força de trabalho recai agora sobre as capacidades cognitivas, relacionais/comunicacionais e afetivas.

Na argumentação de Nascimento, a subsunção total é um fenômeno que se espalhou para todas as ocupações e não se restringe aos agentes inovadores e aos manipuladores simbólicos.¹²³

No entanto, não desconsideramos aqui outra tendência do mundo do trabalho que aponta para a presença do taylorismo em novos setores da economia, por exemplo, nas cadeias de *fast food* e nas centrais de teleatendimento.

Por isso, acreditamos que a mobilização das capacidades cognitivas e afetivas não se dá da mesma maneira em todos os setores. Nas centrais de teleatendimento, no trabalho das enfermeiras, a subsunção total se dá por forte repressão do afeto. Embora a repressão do afeto também seja uma exigência da mobilização.

A esse respeito, Sznelwar aponta uma contradição. Enquanto na indústria o taylorismo já era combatido, a implantação e expansão dos serviços de teleatendimento se dava a partir de uma organização dita taylorista que era baseada em

¹²² Idem, *ibidem*, p. 192

¹²³ Na formulação de Sadi, “os serviços com base na imaterialidade marcam diferenças significativas em relação ao trabalho industrial pelo fato de demandarem mais intensamente as capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo.” p. 33

processos de trabalho intensificados, sob forte controle e com mecanismos de premiação baseados na individualidade e na concorrência entre os colegas. Os principais indicadores de produção estavam voltados para o tempo de atendimento e para a quantidade de pessoas atendidas.¹²⁴

Como veremos no capítulo 4, o “pensamento operatório” é mais frequente do que afirmam os teóricos que focalizam apenas as mudanças e esquecem das permanências ou reabilitações de formas do passado na organização do trabalho.

Por enquanto, vamos nos deter sobre as novas tendências. Para Pelbart, o capital colonizou a subjetividade, inclusive suas forças inconscientes, ele agora não só

penetra nas esferas as mais infinitesimais da existência, mas também as mobiliza, ele as põe para trabalhar, ele as explora e amplia.¹²⁵

André Gorz salienta que “a produção de si é uma dimensão necessária de todo trabalho imaterial, e que este tende a apelar às mesmas capacidades e às mesmas disposições pessoais que possuem as atividades livres, fora do trabalho.”¹²⁶

Embora acreditamos que o autor esteja apontando para uma tendência efetiva, é um equívoco generalizar para todas as ocupações profissionais essa tendência. Talvez ela seja válida para profissionais da publicidade e do marketing que por sua própria inserção na indústria cultural, o seus valores e modo de vida tem superexposição na mídia.

Para Dal Rosso,

os setores que fazem apelo mais à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural, à capacidade de relacionar-se são os serviços de educação e cultura, os de saúde, os serviços sociais, os de comunicação e telefonia, os bancários e os de finanças, importação e exportação e outros que surgiram com a revolução informática.¹²⁷

Mas o autor diz que as indústrias, representantes do trabalho material, também são atravessadas pela lógica do imaterial:

¹²⁴ p. 44.

¹²⁵ Cf. Peter Pál Pelbart. *Vida Capital – ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003, pág. 20.

¹²⁶ André Gorz. *O imaterial - conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

¹²⁷ Op. cit. p. 33.

Mesmo tradicionais atividades industriais e primárias são transformadas pela revolução tecnológica, incorporando nelas uma grande fatia de trabalho imaterial. O método toyotista talvez seja aquele que mais recorra à inteligência do trabalhador no trabalho industrial, não enquanto promovendo sua autonomia e liberdade, mas no sentido de usar a capacidade de controle de defeitos, eliminação de perdas, controle de diversas máquinas por um mesmo trabalhador em benefício da empresa, mediante a ativação das dimensões da socialização e do relacionamento cooperativo com os outros por meio do trabalho em equipes e dos círculos de controle de qualidade.¹²⁸

A teoria do capital humano também enfatiza as habilidades cognitivas, a ponto de postular que por meio delas, pode-se abolir a distinção entre capital e trabalho. A figura do capitalista-sócio aparece aqui como aquele que mobiliza seus recursos pessoais, fazendo uso das tecnologias do eu para atender as exigências do mercado.

Tal como, as mudanças no mundo do trabalho mencionadas acima, o crescimento da assim chamada sociedade de consumo também é uma resposta à crise do fordismo.¹²⁹

Nessa esfera, os afetos são mobilizados pela oferta de experiências que dá ensejo a um “capitalismo comportamental”. O consumo de experiências se torna uma obrigatoriedade para todas as classes sociais; como não há um outro da modernização, todos querem ser modernos e ser moderno é buscar a experiência prometida pela marca, possuir a última novidade eletrônica e estar atualizado a respeito da produção da indústria cultural.¹³⁰

Entre os aspectos quantitativos dessa mobilização para o consumo está o endividamento crônico de todas as classes sociais - apenas com as exceções de sempre - seja porque o salário não é suficiente, seja porque os anseios ultrapassam a renda.¹³¹

Assim, trabalho e consumo vão tomando cada vez mais espaço no cotidiano de homens e mulheres e, como resultado, os vínculos sociais vão se

¹²⁸ Op. cit. p. 30.

¹²⁹ David Harvey. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Segundo Fredric Jameson, na pós-modernidade, a cultura ocupa um lugar inteiramente novo na reprodução material da sociedade. A relação entre cultura e economia não se restringe apenas ao crescimento da indústria cultural, visto que a cultura adquiriu tamanha importância econômica que levou à desdiferenciação entre o econômico e o cultural, ou seja, a cultura se torna econômica e a economia cultural. Os produtos culturais são, para usar sua terminologia, tanto base como superestrutura, produzindo significados e gerando lucros. Cf. Fredric Jameson. *Pós-modernismo - a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2006.

¹³⁰ Isleide Fontenelle. *O nome da marca. McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.

¹³¹ Artur Bueno. *As paixões do homo oeconomicus: racionalidade e afeto na ação econômica cotidiana*. Dissertação de mestrado. Departamento de sociologia, 2009.

restringindo às relações econômicas. Para o autor de *Era do acesso*, Jeremy Rifkin, a venda de experiência na forma de serviços tende a transformar todas as relações sociais e atividades culturais em transações econômicas.¹³²

Tudo somado, estamos no extremo oposto da *Era do vazio*. Por todos os lados, o que se vê é mais trabalho, mais consumo, mais educação (aliás, esse é o nome de um programa do Ministério da Educação), mais 'qualidade de vida' etc. Então, a idéia jüngeriana de mobilização total vai perdendo seu teor metafísico e militar e vai ganhando contornos reais.

Ao invés do vazio, nenhum silêncio, nenhuma escuridão, nenhum ar natural, nenhum nada a fazer, nenhum lugar sem tela eletrônica, a não ser como atração turística.

3.2 Reorganização do trabalho e intensificação do labor

A interiorização da ciência no processo de produção nega a lei do valor a ponto do valor não ser mais, inteiramente, medido pelo tempo de trabalho.

Segundo Nascimento, "produz-se uma situação inusitada em que a lei do valor continua vigorando, embora ela já tenha perdido sua base objetiva."¹³³

Segundo Arantes, "a incomensurabilidade que as novas forças produtivas arrastam consigo exige uma nova forma de dominação em que a dominação econômica se tornou diretamente política."¹³⁴

Como isso se relaciona com a organização do trabalho? Não é mais possível organizar o processo produtivo pelos meios tradicionais de exploração econômica, em outras palavras, a exploração não se dá apenas de forma imanente ao processo econômico. Com efeito, uma dominação de ordem política se sobrepõe à econômica.

Para conter os efeitos da perda de medida, os capitalistas aumentam o controle em relação à força de trabalho. Por enquanto, apenas adiantamos a hipótese: não seria essa a matriz estrutural dos fenômenos batizados de assédio moral?

¹³² Jeremy Rifkin. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2005. A mercantilização da experiência extrapolou o setor de serviços para abarcar a venda de bens de consumo duráveis e não-duráveis. Para uma leitura da era do acesso, a partir da crise do valor e de seu correspondente estado de exceção ver *A volta redonda do capitalismo de acesso*. In: Paulo Arantes. *Extinção*, Boitempo, São Paulo, 2007.

¹³³ Idem, *ibidem*, p. 190.

¹³⁴ Paulo Arantes. Entrevista. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 31(2): 2008, p 12.

Outra consequência da explosão do valor é a obsessão pela medida que atravessa o mundo do trabalho. Como a medida objetiva, dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário, se perdeu, há um processo generalizado de quantificação.

Os procedimentos em torno da “avaliação individualizada de desempenho” e da “qualidade total” são as consequências do processo de quantificação que mais nos interessam aqui. A depressão dos trabalhadores e a onda de suicídio em empresas como a Renault e a France Telecom é, em última instância, explicada pela adoção desses procedimentos. Ao menos é assim que esse fenômeno é analisado por Dejours.¹³⁵ No momento adequado, falaremos dele. Por ora, voltemos a analisar a forma de subsunção atual.

A sucessão entre as três formas de subsunção podem ser pensadas pelo prisma da organização do trabalho. Na passagem da produção artesanal para a revolução industrial, a subsunção formal tratou de enquadrar os produtores livres na forma capitalista. Aqui a subsunção é apenas formal, pois o trabalhador não foi expropriado de seu saber, nem de seus instrumentos de trabalho.

Na subsunção real, o trabalhador já está inteiramente sob a disciplina da fábrica, o seu *savoir-faire* não é requerido no processo produtivo, muito pelo contrário, ele é negado e mesmo combatido. Essa subsunção tem seu auge na organização científica do trabalho de Taylor, embora possa ser vista já n’A *riqueza das nações*, de Adam Smith.

Por fim, na subsunção total contemporânea, “o capital já não se satisfaz com a apropriação das capacidades físicas do homem, mas tem de intervir sobre as capacidades espirituais dos indivíduos.”¹³⁶

A mobilização das “capacidades espirituais” está presente nas variantes toyotistas, por meio do trabalho em equipe, da supressão de postos gerenciais entre o capitalista e a força de trabalho, do trabalho por tarefas, da temporalidade do *just in time* e da aquisição constante de novas habilidades.

Como já comentamos acima, Nascimento afirma que essa nova subsunção tende a abarcar a totalidade dos trabalhadores envolvidos nos processos

¹³⁵ Cf. Christophe Dejours; Florence Bègue. *Suicide et travail - que faire?* Paris: PUF, 2009.

¹³⁶ Idem, ibidem, p. 198. No que diz respeito à denominação, cabe frisar que embora Nascimento, cuja periodização estamos resumindo, utilize a expressão subsunção intelectual e, por vezes, espiritual, optamos por subsunção total, já que as suas duas nomeações captam apenas os aspectos cognitivos, deixando de fora os aspectos afetivos e relacionais de enorme importância na subsunção contemporânea. Por outro lado, não estamos sugerindo com o termo *total* que não haja algo que escape ao controle, pelo contrário, é justamente pelo fato do controle incidir em mais aspectos que novas possibilidades de resistências são abertas.

produtivos e não apenas os setores onde as características da subsunção total se apresentam de forma clara. A título de exemplo e acompanhando a formulação de Haddad, descrevemos abaixo as características dos agentes inovadores.¹³⁷

Os agentes inovadores estão próximos dos trabalhadores qualificados, mas se diferenciam deles. A teoria marxista resolve a diferenciação entre trabalho manual e qualificado por redução. O trabalhador qualificado, digamos, 'produz mais' que o manual, mas eles não são qualitativamente diferentes, ou seja, seus trabalhos são de mesma natureza.

No que diz respeito às diferenças entre trabalhadores qualificados e os agentes inovadores, ainda segundo Haddad, elas se dão em três níveis diferentes.

Em primeiro lugar, a atividade inovadora não tem relação com o tempo de trabalho. Os problemas postos pelo seu trabalho acompanham o agente inovador fora do ambiente e do tempo de trabalho.

No esquema de Haddad, "se o trabalhador simples, regra geral, vende ao capital força física, e o trabalhador qualificado, sua força mental, os agentes inovadores vendem sua força anímica."

A criatividade e a imaginação nunca são inteiramente controladas nem pelo agente, nem pela organização do trabalho. Pode-se conceber um produto ou solucionar um problema em casa, no feriado, nas férias ou no fim de semana, pode-se inclusive sonhar com o trabalho.

Em segundo lugar, o processo de reprodução desta 'força de trabalho' já não é anônimo, "a rigor, o *tipo ideal* de agente inovador é o pós-graduado que se submeteu à *orientação pessoal* de alguém que detém uma parcela de conhecimento não *totalmente socializado* (saber de fronteira), seja por conta do nível de profundidade, seja por conta do grau de especialização."

Em terceiro lugar, apesar de formalmente receber um salário, o que ele ganha é "renda do saber", que "é a contrapartida da posse (oligopolística) de conhecimento relativamente exclusível (*excludable*)."

Esse conhecimento, ainda segundo Haddad, guarda semelhanças com a renda da terra; por analogia, a patente que dá ao seu detentor direitos de uso exclusivo é o correlato contemporâneo da cerca.

¹³⁷ Fernando Haddad. *Em defesa do socialismo*. Petrópolis, Vozes, 1998; "Trabalho e classes sociais" in *Tempo social*. São Paulo, 9(2): 97-123, 1997.

Por último, “a atividade inovadora, ao contrário do trabalho qualificado, não produz valor, [...] a ciência é fundamento da riqueza e não do valor.” Mas, “o preço das novas mercadorias sofrem uma distorção na exata medida da ‘excludibilidade’ (sic) do saber que elas comportam.”¹³⁸

Partindo de outra tradição, a teoria do capital humano e teorias da administração baseadas no toyotismo também tentam mobilizar a força anímica de sua força de trabalho. Há empresas que obrigam os trabalhadores a sempre apresentar idéias sobre produtos e sobre a organização do trabalho em determinado período de tempo. O problema é que tais práticas visam mais a adesão do trabalhador à “missão” da empresa do que abrir um espaço efetivo para a criatividade do trabalhador.

Nenhuma dessas duas últimas teorias aponta para um outro elemento muito presente no mundo do trabalho atual, a saber, a intensificação do trabalho.

Vários autores apontam que nos últimos trinta anos houve uma intensificação do trabalho, independente dos estratos e ocupações profissionais. Na definição de Dal Rosso,

chamamos de intensificação são os processos que se de quaisquer natureza que resultam de um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados de trabalho.¹³⁹

A intensificação se diferencia de produtividade, já que essa última não é fruto de maior dispêndio de energia do trabalhador, mas sim no desenvolvimento tecnológico ou de melhorias nas condições e na organização do trabalho.

Mas como poderia haver aumento de intensidade numa era em que o desenvolvimento tecnológico se tornou rotineiro?

Ainda segundo Dal Rosso,

há pelo menos duzentos anos prevalece a hipótese de que as mudanças tecnológicas que acontecem de tempos em tempos, além de substituir trabalho, que é sua implicação primeira, também contribuem para aumentar o grau de intensidade.¹⁴⁰

¹³⁸ Cf. Fernando Haddad. “Trabalho e classes sociais”, págs 110-12.

¹³⁹ Sadi Dal Rosso. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 23.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 23.

Para a compreensão dessa passagem, faz-se necessário acompanhar a análise de Dal Rosso. Na fase em que vigora a mais valia absoluta, ou seja, nas primeiras décadas da Revolução Industrial, o prolongamento da jornada era acompanhado pela intensificação do trabalho.

Nas condições de trabalho insalubres e de jornada extenuante, a sociedade se viu atacada em seus “fundamentos vitais”. Depois da pressão dos trabalhadores e do Estado, houve redução da jornada e proibição do trabalho infantil.

Por sua vez, os capitalistas respondem às perdas decorrentes da redução da jornada com o maior uso de máquinas. No entanto, com o sistema de máquinas, o tempo morto é drasticamente reduzido, em outras palavras, o trabalho sofre uma nova intensificação na fase da mais valia relativa.¹⁴¹

A análise de Dal Rosso da intensificação do labor consiste em que

o trabalho contemporâneo é herdeiro de uma jornada reduzida em número de horas trabalhadas, mas também de um grau de intensidade muito maior do trabalho do que em épocas anteriores. Os fatores de intensidade do trabalho são multiplicativos, não substitutivos. Isso quer dizer que graus de intensidade obtidos em uma práxis de trabalho [fordismo, por exemplo] podem – e freqüentemente o são – ser absorvidos pela práxis que a sucede [toyotismo, por exemplo].¹⁴²

Além de passar em revista a literatura internacional sobre o tema, sobretudo estudos franceses e norte-americanos, a análise de Dal Rosso também

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 50 e segs.

¹⁴² Idem, *ibidem*, p. 68. Cabe um pequeno excursus. Se a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, no curso do século XIX, pode hoje ser bem discernida em seus contornos, as tendências de hoje não se mostram com a mesma clareza. Ora, as sweat shops (fábricas do suor) espalhadas por todo o mundo, o trabalho compulsório contemporâneo e a extensão da jornada no trabalho precarizado são exemplos de uma tendência em andamento do retorno da mais-valia absoluta e suas respectivas condições de trabalho.¹⁴² As sweat shops dos grandes centros urbanos do primeiro mundo com imigrantes clandestinos representam um retorno não só ao início da revolução industrial, quando as fábricas eram semelhantes às cadeias, mas também às práticas de trabalho compulsório. Luiz Felipe de Alencastro. *A Servidão de Tom Cruise: metamorfoses do trabalho compulsório*, FSP, *Caderno Mais!* 13/08/2000, p. 4. . Nos países periféricos e suas “Zonas de Processamento de Exportação”, as sweat shops estão em áreas de exceção policiadas por milícias, onde não entram sindicatos, jornalistas e funcionários públicos. Cf. Naomi Klein. *No Logo – a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, p. 226. Mas, paradoxalmente, a mais-valia absoluta volta a ganhar força num contexto de inovação tecnológica permanente. Portanto, muito diferente do século XIX, quando o desenvolvimento tecnológico foi a saída que o capital encontrou para as reivindicações dos trabalhadores pela redução de jornada de trabalho. Do ponto de vista das leis econômicas, qual seria hoje a necessidade lógica para o retorno da mais-valia absoluta? Não estaríamos numa fase da economia capitalista na qual razões de ordem política passaram a pesar mais do que as de ordem econômica? O fato de a China controlar sua imensa mão-de-obra em condições de patente atraso tecnológico talvez seja o maior exemplo atual dessa razão política? A crise do valor não teria como consequência o recrudescimento da tirania da fábrica? Ou, numa só palavra, seria a sweat shop o paradigma da organização do trabalho contemporânea?

envolveu uma pesquisa empírica com diversos setores da economia de Brasília. A pesquisa parte de 825 entrevistas com trabalhadores de diversos setores da economia do Distrito Federal. Nada menos do que 43,2% dos trabalhadores entrevistados avaliaram que há um processo em curso de intensificação do trabalho.¹⁴³

Dal Rosso abre seu livro explorando os significados de uma expressão proferida por uma gerente de supermercado, sua entrevistada: “as empresas querem trabalhos, não mais empregos!”

Para a gerente, “trabalhos” significa que o empregado tem que agora realizar inúmeras funções e “empregos” significa uma relação trabalhista pautada por um contrato de trabalho em que são definidas função, carga horária e salário.

Para o autor, a expressão partilha do imaginário social que está se espraiando segundo o qual o funcionário deve servir a tudo. A esse imaginário corresponde a real precarização do trabalho.

A atual intensificação do trabalho está relacionada com a precarização do estatuto do assalariamento, o que se pode constatar em três aspectos básicos do trabalho: remuneração, função e jornada.

As remunerações estão marcadas pelo pagamento por produtividade. No que diz respeito às funções, hoje se exige polivalência e versatilidade, pelo que pode se observar que a intensificação não se refere apenas a um fator quantitativo. Por último, a jornada se tornou flexível pela implantação de mecanismos como o banco de horas.

Esses mesmos mecanismos da precarização não deixam de estar relacionados com a mobilização. Ainda segundo Dal Rosso, “a intensidade desvela o engajamento dos trabalhadores significando que eles produzem mais trabalho ou trabalho de qualidade superior.”¹⁴⁴

3.3 Fim da sensibilidade igualitária: desfiliaados e empreendedores

Tanto o precarizado quanto o capitalista-sócio do discurso do capital humano entram em cena a partir de uma re-individualização que é fruto da já

¹⁴³ P. 103.

¹⁴⁴ Idem, ibidem, p. 29.

referida decomposição das instituições do modo de regulação fordista-keynesiano.

A modernização conservadora foi capaz de se aproximar de sua afirmação de que “isso a que chamamos sociedade não existe” (Margareth Thatcher). Por conseguinte, “assistimos ao advento de estratégias inéditas de tratamento dos problemas sociais, a partir da gestão das particularidades do indivíduo.”¹⁴⁵

Oswaldo López-Ruiz afirma em sua tese que o *ethos* dos executivos das transnacionais, cuja matriz teórica é o capital humano, se torna referência para toda a sociedade, a partir dos anos 1990.¹⁴⁶

Esse novo *ethos* se dá a partir de uma

nova equação que parece orientar os valores [e que] hoje poderia ser resumida como: ‘consumo-formação-permanência social’. O ‘consumo’, em lugar da poupança, assegura o acesso não só aos bens, mas também aos *conceitos* requeridos para manter a posição social. A educação é substituída pela ‘formação’; *formação permanente* pela qual cada indivíduo é responsável e que é entendida crescentemente em termos de ‘treinamento’– o *non stop training* exigido hoje pela corporação. A ‘permanência social’, como valor perseguido, não tem relação com a falta de aspiração a ascender socialmente, mas com uma necessidade anterior, [...] a de não *ser desconectado*.¹⁴⁷

Voltemo-nos para a noção de formação permanente.¹⁴⁸ Segundo López-Ruiz, ela torna porosa as fronteiras entre tempo livre e trabalho e entre investimento e consumo.

Dado que, segundo essa perspectiva, a formação permanente se transforma numa necessidade, os gastos com ela não são mais computados como consumo, pois se tornam parte dos investimentos numa carreira profissional.

Como um curso de especialização agrega valor ao capital humano de cada um “não se fala mais de ‘custos’, mas de ‘investimentos.’” Mas não são apenas

¹⁴⁵ Robert Castel. *A gestão dos riscos – da antipsiquiatria a pós-psicanálise*. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora, 1987, p. 17.

¹⁴⁶ Oswaldo Javier López-Ruiz. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2004.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 21, grifos do autor. A idéia de *non stop training* é muito propícia para exemplificar a adequação ou a reprovação social de uma psicopatologia. “É fácil perceber que, numa sociedade competitiva, voltada para a produção e para o progresso científico e tecnológico, a mania é uma condição mais adaptada, ou menos visivelmente patológica que a depressão, para a qual serve até como antídoto.” Moacyr Scliar. *Pequena história da melancolia e da mania*. In: Paulo Amarante (coord.) *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 13. Vale lembrar que formação é um conceito clássico, totalmente, descaracterizado nessa nova acepção, assim como foram sociedade civil, reforma etc.

os estudos que entram nesse cálculo, a vida toda passa a ser gerenciada segundo a noção de capital humano, de modo que o tempo livre passa a ser pensado a partir da carreira profissional, "desde a assinatura de uma revista, o convite para um seminário [até] uma sessão de terapia *reikiana*".¹⁴⁹

O empreendedorismo, paradoxalmente, reabilita o *ethos* protestante descrito por Weber, "contudo, dessa vez, não mais pregando deixar o 'consumo' em favor da 'poupança' mas em substituir o que era entendido como 'consumo' por 'investimento'".¹⁵⁰

Por isso, a idéia de poupança tendo em vista a educação, presente nos planos da classe média, perde sentido. Para esse "*trabalhador-investidor*", reter dinheiro é uma opção completamente irracional.

Se, de fato, há uma "perda do valor social da poupança" entre a classe média, não se pode deixar de observar que a expansão do *ethos* dos executivos se dá paralelamente ao movimento de precarização do trabalho o que torna a poupança algo impossível.

Precarizados e empreendedores representam duas respostas aos mesmos problemas: a dissolução das solidariedades de classe e dos arranjos republicanos sustentados pela idéia de nação.¹⁵¹

Sem espaço de atuação pública e de pertencimento a alguma coletividade, esse sujeito *desfiliado* – e não 'excluído', para lembrar Robert Castel - não pode enxergar senão um horizonte rebaixado, já que as energias utópicas, por enquanto, saíram de cena. Esse quadro que, por assim dizer, congela o presente, seccionando-o de passado e de futuro, torna mais insuportável o descontentamento com o trabalho e as frustrações com as promessas do consumo, dada a aparente impossibilidade de mudá-los.

É nessa sociedade a um só tempo privatizada e re-hierarquizada que aparecem a questão da ausência de reconhecimento, da invisibilidade, do desprezo e da humilhação social.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 29.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 32.

¹⁵¹ Arantes p. 36, nota 22,. Desorganização social é também desorganização psíquica: seja esse social, uma nação, seja ele uma instituição: "o retorno atual de fenômenos massivos de desligamento e de exclusão sociais, de racismo e de guerra étnica nos ensina isto: as formas do conflito político e da luta de classes foram formas civilizadoras e integradoras. Elas fizeram recuar as alteridades irredutíveis, misturaram populações heterogêneas, integraram em comunidades nacionais indivíduos e grupos vindos de diversos lados", Jacques Rancière, "O dissenso", in Adauto Novaes (org.) *A crise da razão*, São Paulo: Minc-Funarte/Cia das Letras, 1996, pg.382.

À essa re-hierarquização corresponde, para cada instituição, formas negativas de relações pessoais. Nas fábricas, bancos e lojas, temos o assédio moral; nas escolas, o *bullying*; nas prisões, dentre o rol de barbaridades, temos no extremo, a 'vida matável'.

Sob altos níveis de competitividade, rompem-se os vínculos entre os trabalhadores, de modo que esses passam a tolerar o que antes era intolerável. Nesse processo, vítimas e algozes passam a consentir o sofrimento padecido e o infringido, nesse exercício cotidiano se dá a banalização do mal – mais um conceito criado para designar o nazi-fascismo que é reativado tendo em vista a contemporaneidade. O trabalho, então, tem se tornado um laboratório de crueldade social que se espalha por toda a sociedade.¹⁵²

3.4 Responsabilidade e participação – ou submissão?

Sem negar os méritos da obra de Alain Ehrenberg, de suas intuições e dos caminhos que ele abre à pesquisa, nossa pesquisa, como vimos, não dá a mesma importância à responsabilidade.

Vale lembrar que sua caracterização do indivíduo contemporâneo está ligada, mesmo que por uma filiação indireta, à teoria de capital humano, isto é, aquilo que Michel Foucault considera como a vertente norte-americana do neoliberalismo.¹⁵³

A teoria do capital humano surge nos EUA, na década de 1950 - mesma década em que Ehrenberg situa o início da mudança normativa que deixa de ser marcada pelo par culpa-disciplina e passa para o par iniciativa-responsabilidade - e, como vimos, nos anos 1990, sai do mundo corporativo e é adotada por quase toda a sociedade.

O aumento da autonomia individual teria levado a novas psicopatologias. Esse diagnóstico de época feito por Ehrenberg, também é compartilhado por Axel Honneth.¹⁵⁴ Esse campo que chamaremos de patologias da autonomia está

¹⁵² Christophe Dejours. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹⁵³ Michel Foucault. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁵⁴ Segundo o diretor do Instituto de Pesquisa Social, o diagnóstico hegeliano das patologias da modernidade: "'solidão', 'vacuidade' ou 'abatimento', [...] podem ser colocados conjuntamente sob o denominador comum de um 'sofrimento de indeterminação.'" Axel Honneth. *Sofrimento de indeterminação – uma re-atualização da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo, Ed. Singular/Esfera Pública, 2007, p. 73. Segundo o José A. Giannotti, em sua resenha, em Hegel se passa, o oposto, a determinação do sofrimento está no movimento do "universal se

presente em teorias da administração que tem ressaltado que, ao invés de um controle autoritário, hoje a gestão se daria pela sedução.

Ao lado dos valores do capital humano há uma organização do trabalho que se beneficia desses valores, mas que está fundada em novas práticas de dominação fortemente marcadas pelo autoritarismo. Apesar de incorporar as estratégias da sedução, a gestão comporta uma violência simbólica de um teor inaudito que atinge todas as ocupações profissionais.

Em um mundo que passa por uma brutal re-hierarquização, salta aos olhos que em Ehrenberg não há referência à fratura social e à hierarquia na organização do trabalho.

Mas a idéia de responsabilidade já está muito arraigada na sociedade atual, vejamos outro exemplo:

chegamos ao neoliberalismo, à queda do Muro de Berlim, e não nos tornamos todos loucos, perversos, 'sem-família' ou quaisquer outros fantoches do pesadelo frankfurtiano da 'sociedade totalmente administrada'. Continuamos, com ou sem pai freudiano, *a nos sentir responsáveis pelos males que nos afligem e a procurar resolver aquilo que está ao nosso alcance*. Não estamos no melhor dos mundos, mas não capitulamos diante do que ele tem de pior. [grifos nossos] ¹⁵⁵

Ao acordar do pesadelo frankfurtiano, Costa se depara com algo bem real: a responsabilidade a respeito daquilo *que está em nosso alcance*. É isso mesmo, mas com o sinal trocado. Aquilo que ele vê como positivo, nos vemos como a matriz de nosso problema.

A questão da responsabilidade está presente em tantas esferas da vida social que seria pertinente supor que estamos lidando com um novo sistema ideológico. Os exemplos são os mais variados: protagonismo juvenil, empresas responsáveis, consumo responsável, infrator responsável e, por fim, as parcerias entre Estado, empresas, terceiro setor. ¹⁵⁶

particularizando para informar-se como individual em si e para si. É nessa determinação que a dor aparece." Idem. Sofrimento de indeterminação. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, Nº 80, São Paulo, mar. 2008. pp. 219-221.

¹⁵⁵ Jurandir Freire Costa. Playdoier pelos irmãos. in. Maria Rita Kehl. (org.) *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 13.

¹⁵⁶ Regina Magalhães de Souza. *O discurso do protagonismo juvenil*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2007; Maria Célia Paoli. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa (org) Boaventura de Sousa Santos; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, Isleide Fontenelle. *O fetiche do eu autônomo consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria*. Mimeo, inédito, 2009; Klauss Günter. *Crítica da pena I*. Revista de Direito GV. V. 2 N. 2 , p. 187 - 204 , JUL-DEZ 2006; Klauss Günter. *Crítica da pena II*. Revista de Direito GV. V. 3 N. 1 , p. 137 - 150 , JAN-JUN 2007.

Além de responsabilização, um outro tema que lhe é correlato ganha força, a saber, participação.

O fato é que, hoje, [...] se faz (se insiste em fazer) a celebração das virtudes democráticas dos chamados fóruns públicos de participação popular, ao mesmo tempo que a assim chamada sociedade civil organizada é conclamada (se insiste em conclamar) para a renovação democrática da vida política.¹⁵⁷

Se ao trabalhador se demanda autonomia, do cidadão se demanda responsabilidade, discurso que hoje é dominante.

Ao analisar a atuação do terceiro setor na área da infância e juventude, Ota observa que depois da passagem por programas sociais, o jovem não muda sua condição social. Tudo isso leva a nada, na maioria dos casos sua inempregabilidade continua a mesma. Mas, há ali um discurso da responsabilização, muito presente no terceiro setor, cuja eficiência é comprovada, sobretudo, em relação aos adolescentes que passaram pelas instituições da justiça. Em outras palavras, trata-se de mais um exemplo de apagamento das determinações sociais em nome da suposta autonomia individual.¹⁵⁸

Se podemos facilmente identificar a idéia de responsabilidade e sua presença inaudita em vários campos. Por outro, lado, as definições atuais da organização do trabalho apontam para uma disciplina revigorada, a ponto de Anne Fournier forjar o termo em “empresa sectária”.

Já não é de hoje que muitos autores rastream esses movimentos contraditórios, por exemplo, o conceito de “autonomia controlada” de Max Pagès cunhado na década de 1970 e retomado por Beatrice Appay, no fim dos anos 1990.¹⁵⁹ A já referida servidão voluntária, reabilitada por vários estudiosos do

¹⁵⁷ Vera da Silva Telles. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa) In. (Orgs.) Francisco de OLIVEIRA e Cibele S. RIZEK. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 202-203.

¹⁵⁸ Cf. Nilton Ken Ota. *O Formalismo Normativo: Poder como linguagem e vida*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, USP, 2010. A responsabilização é um efeito do que Ota chama de formalismo normativo, isto é, um dispositivo que funciona a partir de práticas de discurso, cujo modelo pode ser observado na linguagem de defesa de direitos, que leva a uma inflação de normas em todas esferas da vida social. Quando tudo se submete ao discurso, o resultado é de irreabilidade do sentido. No que diz respeito ao trabalho, isso está representado nas avaliações e metas a partir de critérios quantitativos. Por exemplo, quando a produção acadêmica se pauta por esses critérios, a desenfreada produção de artigos beira à irreabilidade do trabalho do pesquisador, pois são artigos que não significam nada, além de números.

¹⁵⁹ Béatrice Appay. *La dictature du succès – le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la precarisation*. Paris: Harmattan, 2005.

trabalho, também lida com os opostos. Há também o mais direto “democracia totalitária”, de João Bernardo.

Para Dejours, entram em questão, de um lado, novas formas de avaliação que resultam numa competição generalizada e, de outro, um recrudescimento da disciplina.

Dentre as formas de avaliação do trabalho, Dejours elege duas como principais, isto é, avaliação individualizada e os programas de qualidade total.

A avaliação individualizada de desempenho leva à uma competição e sua consequência mais importante é o enfraquecimento dos coletivos. Vale lembrar que, para Dejours, as psicopatologias do mundo do trabalho são “patologias da solidão”.

A qualidade total tem como consequência a prática generalizada da mentira, da fraude e da dissimulação para atender aos requisitos de certificações tais como as de tipo ISO.¹⁶⁰

A quantificação faz com que o trabalho perca sentido e deixe de ser um mediador da relação do eu com os outros. Uma forma espécie de radicalização da racionalidade instrumental, a quantificação de tudo é no fundo uma crise de medida (valor). Como essa medida já não se dá de forma imanente, ou seja, por meio do tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir algo, as empresas passam a tudo medir. Mas o próprio conteúdo da produção, contraditoriamente sempre ameaça a forma valor.

A crise do valor se relaciona com uma compulsão pela medida e a quantificação de tudo é um ataque ao trabalho vivo. A quantificação leva à perda de sentido do trabalho no que constitui mais um fator de perda de sentido do trabalho, fazendo com que ele deixe de ser um mediador na construção da identidade do sujeito.

As consequências desses princípios da organização do trabalho são, de um lado, o crescimento extraordinário da produtividade e da riqueza, mas, de outro, a erosão do lugar acordado à subjetividade e à vida no trabalho. Disto resulta um agravamento das patologias mentais decorrentes do trabalho em crescimento em todo o mundo ocidental, o surgimento de novas patologias em particular os suicídios nos próprios locais de trabalho – o que não

¹⁶⁰ A mentira e seus correlatos, ao nosso ver, estão relacionados com a irrealidade do trabalho. Mas a mentira como prática do mundo do trabalho comporta diversas características desde a fraude contábil, para as quais o caso Enron é o exemplo mais conhecido de algo muito generalizado, até o sofrimento ético de quem é obrigado a mentir por conta dos constrangimentos da organização do trabalho.

acontecia jamais antes da virada neoliberal – e o desenvolvimento da violência no trabalho, a agravação das patologias da sobrecarga, a explosão de patologia do assédio.¹⁶¹

O discurso da autonomia na organização do trabalho não deixa de ser também uma forma do capital repassar adiante os efeitos negativos da crise do valor, o que no caso significa colocá-los sobre os ombros dos indivíduos.

A respeito da autonomia, Dejours ironiza, “ora, essa é a autonomia? Fraudar sem ser percebido, ou fazer o erro cair sobre as costas do colega?”¹⁶²

Além disso, o discurso da autonomia é arregimentado como forma da empresa impor uma organização do trabalho que, de cima a baixo e de todos os lados, é perpassada pela competição, entre filiais, entre setores, entre trabalhadores e no topo da hierarquia que é (para lembrar Braudel) *onde circula os grandes predadores e vigora a lei da selva*.

Mais adiante, veremos que, com o decorrer do tempo, a irrealidade do trabalho e a quebra do coletivo passam a gerar uma descompensação psíquica que abre caminho para a depressão e o suicídio.

A iniciativa e a responsabilidade termos pelos quais Ehrenberg caracteriza o padrão normativo, pode resultar não em aumento de autonomia como afirma, mas acaba por resultar em seu contrário: iniciativa para se sujeitar, para ser o mais útil na prestação de serviços a outrem.

A relação de serviço é apontada por autores de tradições intelectuais diferentes como um novo paradigma do mundo do trabalho.

Vejamos o que diz, por exemplo, André Gorz, a respeito da “relação de serviço” numa empresa do setor industrial, precisamente, uma empresa automobilística,

de imediato, o que impressiona é que não se trata aqui nem de conhecimentos nem de qualificações profissionais. O que conta, para esses “colaboradores” de um dos maiores grupos industriais do mundo, são as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar.¹⁶³

¹⁶¹ Christophe Dejours . Subjetividade, trabalho e ação. In: Revista produção, V. 14, n. 3, p. 27-34, Set./Dez., 2004.

¹⁶² Christophe Dejours. La fatigue d’être soi: revers de l’émancipation ou signe d’alienation. *Revue Française de Psychosomatique*. Número especial Vivre fatigué, Paris: PUF, 2004. XXX

¹⁶³ Andre Gorz. *O imaterial – conhecimento, valor e capital*. SP: Annablume, 2003, p. 17.

Mais adiante, n' *O imaterial*, Gorz analisa, da perspectiva do valor, as consequências desse novo trabalho,

A impossibilidade de mensurar o desempenho individual e de prescrever os meios e os procedimentos para chegar a um resultado conduz os dirigentes da empresa a recorrer à "gestão por objetivos": eles "fixam objetivos aos assalariados; cabendo a eles desdobrar-se para cumprí-los. É o retorno ao trabalho como prestação de serviços", o retorno do *servicium*, *obsequium* devido à pessoa do suserano na sociedade tradicional.¹⁶⁴

Como já dito anteriormente, se a medida não é imanente ao processo econômico, a acumulação tem que ser garantida pelo poder. Pelo mesmo motivo, esse poder controla a força de trabalho por inteiro, seja no que diz respeito às funções ou à jornada.

É nesse sentido, que se pode falar de uma *mobilização total* das capacidades e das disposições, aí compreendidas afetivas (...). Doravante, não nos é mais possível saber a partir de quando estamos "do lado de fora" do trabalho que somos chamados a realizar.¹⁶⁵

A conclusão que podemos tirar é desalentadora, já que não é nada novidadeira; é lá na fronteira da acumulação e nos postos elevados da organização do trabalho que forças do passado aparecem redivivas. Gorz nos lembra a boa observação de Combes e Aspe de que, "não se concebe como a economia imaterial poderia funcionar sem submeter os indivíduos a uma nova forma de servidão voluntária."¹⁶⁶

Entre nós, essas formas nunca foram deixadas para trás, por isso nosso presente ilumina o que tem acontecido no centro, ou seja, a:

passagem da sociedade industrial para a economia informacional de serviços. [É na verdade] a ressurreição pós-moderna do trabalho servil, o trabalho da multidão pauperizada, cujo *métier* doravante é servir, e servir para que fique bem claro que são inferiores e que as novas hierarquias estão aí para ficar e por isso mesmo estão sendo monetizadas.¹⁶⁷

¹⁶⁴ Idem; ibidem, p. 18. Grifos do autor.

¹⁶⁵ M. Combes e B. Aspe "Revenu garanti et biopolitique" Apud. Idem; ibidem, p. 22. Grifos nossos. A afirmação desses dois autores é tão certa e rica em consequências que André Gorz sugere que "o artigo mereceria uma nova e mais ampla difusão."

¹⁶⁶ Ibidem, Grifos nossos. A afirmação desses dois autores é tão certa e rica em consequências que André Gorz sugere que "o artigo mereceria uma nova e mais ampla difusão."

¹⁶⁷ Paulo Arantes. "A fratura brasileira do mundo" In. *Zero à esquerda*. SP: Conrad Editora, 2004, p. 77.

Como sabemos, há no Brasil o mito de país do futuro, segundo o qual somos um país ainda novo e, quando chegar a hora, iremos ao encontro de nosso destino. Hoje, no entanto, há, nos países centrais, um uso corrente do termo brasilianização para se referir à nova pobreza que se instalou entre as nações ricas. Por brasilianização, geralmente se entende uma estrutura social que impossibilita a mobilidade social, de forma que as classes vão se enrijecendo até se assemelharem com castas. De modo que, não pelo caminho pretendido inicialmente, chegamos lá e o país do futuro é referência para as relações trabalhistas nos países centrais.

O 'nosso' trabalho informal em metástase anuncia o futuro do setor formal mundo afora, está aqui um dos grandes laboratórios [da] Terceira Revolução Industrial [...] A melhor imagem deste 'admirável mundo novo do trabalho', como quer Ulrich Beck, é a brasileiríssima empregada doméstica vivendo da mão para a boca, sem registro e direitos quase nenhum, jornada de trabalho elástica e indefinível, porém proprietária de um celular.¹⁶⁸

Mesmo aqui, o trabalho informal avança;

a tendência do crescimento do trabalho autônomo precário, de remuneração incerta e baixa, se acentua. Multiplica-se o número de camelôs, de vendedores ou pedintes situados nas esquinas das ruas de maior movimento das metrópoles, do 'trabalho' associado à distribuição da droga e ao crime organizado. No âmbito do desfrute dos endinheirados, cresce o 'volume de emprego', seja com o surgimento de novas especializações, como 'passeador de cachorros', o 'personal trainer', 'personal stylist', seja pela expansão e complexificação de antigas (por exemplo os novos seguranças que têm de saber manejar bem armas muito sofisticadas, novas empresas de carros blindados).¹⁶⁹

Já no âmbito do desfrute dos fugazes barões do tráfico, a frase proferida *in off* por um deles, no começo do documentário *Dançando com o diabo*, conecta as duas pontas da sociedade por meio um discurso que se universalizou: - Quem não nasce para servir, não serve para viver.¹⁷⁰

Se, no topo e na base da estratificação social e no centro e na periferia da economia-mundo, as 'relações de serviços' são crescentes mesmo dentro das indústrias, caberia investigar então quais seriam as contrapartidas em termos de sofrimento.

¹⁶⁸ Paulo Arantes (entrevista), Folha de São Paulo, caderno Brasil, 18/07/2004.

¹⁶⁹ João Manoel Cardoso e Mello e Fernando Novais. A que ponto chegamos. *Revista Praga*, n. 6. 1998, SP.

¹⁷⁰ *Dançando com o diabo*. Inglaterra/Brasil, 2009

Parte III – A sociedade vista pelo prisma do sofrimento

Capítulo 4

Mobilização do trabalhador e sofrimento depressivo

4.1 Ocupações profissionais e sofrimento

Essa pesquisa se construiu a partir de uma premissa básica, qual seja, a de que, atualmente, só é possível compreender o sofrimento social relacionado ao mundo do trabalho se descartarmos a idéia de *normalidade capitalista*. Segundo a teoria do sistema-mundo, que se baseia em tendências de “longa duração”, a economia mundo passa por uma fase de transição entre dois sistemas.¹⁷¹

Desde já, duas tendências se configuram. A construção de um sistema mais hierárquico que o “capitalismo histórico”, ou um sistema mais igualitário e democrático. Muito antes do *Império*, de Negri e Hardt, os teóricos do sistema-mundo já apontavam para a tendência de que, durante a transição, o equilíbrio inter-estatal se desestabilizaria, o que abria a possibilidade para a constituição de um império no qual a economia de mercado não seria mais hegemônica.

Segundo Wallerstein, as ferramentas conceituais que a ciência social forjou durante a fase madura do capitalismo histórico não são mais adequadas para se pensar o presente, entendido como uma fase de transição.¹⁷²

Mas qual a relação entre as considerações de “longa duração” e o nosso objeto? Ora, essa teoria muito bem fundamentada nos permite olhar para o presente de outra forma. Não se pode pressupor qualquer idéia de normalidade, por mais vaga que seja, ainda mais quando o assunto em pauta é o sofrimento no trabalho. Em outras palavras, não se pode pensar em abstrato e tratar as ocupações profissionais como que apartadas do mundo contemporâneo. Vale dizer também que a teoria social não deve deixar de analisar aquilo que lhe parece exceção quando já se tornou norma.¹⁷³

¹⁷¹ Immanuel Wallerstein. *Após o Liberalismo – em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

¹⁷² Immanuel Wallerstein. *Unthinking social science: the limits of nineteenth century paradigms*. Cambridge: Polity Press, 1991.

¹⁷³ Vale lembrar que esse diagnóstico de época, que dá adeus à normalidade, não é de modo algum restrito às teorias críticas. Longe disso, até o *establishment* já trilha por esse caminho. O que dizer, por exemplo, da sociologia do risco e da virulência? Segundo Arantes, a partir dos anos 1990, expressões como estado de sítio, estado de exceção, estado de emergência passam a ser

O que é o trabalho sob as condições de um ataque decretado pelas elites políticas e econômicas, ataque este que já dura trinta anos e que levou ao que a literatura chama de precarização?

Seria possível analisar o trabalho do taxista sem pensar no engarrafamento do trânsito das megalópolis? E o motorista de ônibus como pensar seu ofício sem relacioná-lo com os assaltos frequentes e o trauma resultante, sem falar na estressante disputa por espaço no mesmo trânsito engarrafado?

Pode se pensar no trabalho do professor sem levar que a própria educação, em muitos dos seus aspectos, está em crise? Sabemos que, muitas vezes o que a organização do trabalho determina, em faculdades e escolas é que o professor não ensine de fato, mas apenas simule. Quais são as consequências psíquicas de não poder, efetivamente, exercer o seu ofício?

O que é hoje trabalhar em um banco quando cada agência se tornou uma “loja de comercializar produtos” (nas palavras de uma bancária pressionada para atingir as metas estabelecidas pela instituição para a qual trabalhava.)?

Quais os impactos na psique de uma médica ou de um enfermeiro de hospitais de emergência, na cidade do Rio de Janeiro, quando seus pacientes chegam baleados por fuzis AK-47 e AR-15?¹⁷⁴

cada vez mais utilizadas por analistas de toda sorte, na forma de intervenções políticas que mais parecem sinais de alarme. Curiosamente, a origem disso é um setor da saúde, a saber, os hospitais e serviços de urgências e emergências. “A sirene [...] é de ambulância mesmo, pelo menos o fato gerador da metáfora. Médica, no caso. Mais de um estudioso da aceleração emergencial do curso do mundo — da turbulenta dinâmica financeira da acumulação aos processos judiciais derogatórios —, tem salientado a matriz originária da situação excepcional designada pelo termo emergência: bem prosaicamente, os serviços de urgência própria do mundo hospitalar. Ao se impor como categoria histórico-filosófica suprema, a urgência focalizou as sociedades — digamos pós-históricas, tomando ao pé da letra seus ideólogos — pelo prisma não tão inverossímil assim de um grande hospital convertido num único e gigantesco serviço de urgência submerso por um afluxo excepcional de feridos graves — não por acaso, mais uma vez, um hospital de campanha em plena batalha. Através do emprego recorrente de uma analogia médica para assinalar a visão do mundo como um descomunal teatro de patologias emergenciais, um termo todavia específico das situações de crise, esse novo discurso da exceção — o descalabro social que corre paralelo aos efeitos colaterais da modernização tecnocientífica converteu afinal a instituição do pronto socorro em sucedâneo do Estado Social, por sua vez em processo de desmanche traumático — confessa, admite e reclama, que ela, exceção, é agora a regra.” Paulo Arantes. *Alarme de incêndio no gueto francês – uma introdução à Era da Emergência*. mimeo. p. 28.

¹⁷⁴ Quando esses pacientes chegam, porque no mesmo movimento de uso crescente dessas armas, muda a parte do corpo que ficou atingida, o alvo passou ser mais a cabeça. Cf. Suely Deslandes. *Frágeis Deuses – profissionais da emergência entre danos da violência e a recriação da vida*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Em vários depoimentos de profissionais do hospital aparece a queixa de que eles são sobrecarregados com demandas que não configuram casos de emergência. A autora observa que a preferência da população pelos serviços de emergência e não pelos hospitais comuns é uma tendência mundial.

Uma reação muito natural face a tudo isso é recuarmos. E uma racionalização muito comum disparada pelo problema é tomar como exceção o que já se tornou norma. E não há razão para isso? Dada a gravidade de determinadas situações, esse recuo é até mesmo salutar, mas deixa de sê-lo quando se trata de submeter a realidade à análise crítica.

Por exemplo, frente a um acontecimento tão ansiógeno quanto um suicídio no ambiente de trabalho, o recuo é generalizado e acomete tanto a direção da empresa quanto os colegas de trabalho. Os sindicatos em geral não sabem como proceder e os médicos do trabalho são energicamente dissuadidos de levar o caso adiante pela empresa, a qual estão submetidos.¹⁷⁵

Isso posto, voltemos agora para nosso objeto de análise. Nesse trabalho, elegemos analisar de acordo com a teorização até aqui elaborada as modalidades do sofrimento social que têm sido discutidas pela literatura mais recente: as consequências deletérias da servidão voluntária; a fadiga relacionada à sobrecarga no trabalho; o esgotamento profissional (*burnout*), dadas as demandas afetivas e relacionais do trabalho. Associamos, cada uma dessas modalidades, mas não de forma exclusiva, a algumas profissões.

Segundo Seligmann-Silva, na maioria dos casos de depressão relacionada ao trabalho, a síndrome aparece associada às patologias acima mencionadas, por isso, em cada uma delas procuramos enfatizar o sofrimento depressivo, cuja presença se dá, seja como a principal consequência, seja como parte da sintomatologia.¹⁷⁶

O reverso do capital humano: o sofrimento na servidão voluntária

A servidão voluntária, conceito de Etienne de La Boétie, tem sido trazido à baila por estudiosos do trabalho como um contra-ponto das teorias do capital humano, especificamente seu conceito de “capitalista-sócio” e das versões de toyotismo que caracterizam a empresa como uma família e outras versões correlatas, tais como a de equipe.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Cf. Christophe Dejours e Florence Bègue: *Suicide et travail: que faire?* Paris. PUF, pp. 8-9.

¹⁷⁶ Cf. ESS. p. 33. A autora relata que, em seu atendimento em um hospital da Grande São Paulo, 80% dos casos que lhe foram encaminhados por sindicatos e por setores desse hospital, tratava-se de depressão, desde os “episódios depressivos de vários graus e intensidade, [até] as depressões recorrentes”.

¹⁷⁷ No filme, *O grande chefe*, Lars von Trier constrói seu argumento levando ao extremo a servidão voluntária. O chefe verdadeiro abre uma empresa com o capital dos próprios funcionários sem que esses o saibam; contrata um ator nada promissor para se passar por chefe; o comportamento de

A servidão voluntária descreve um processo pelo qual o trabalhador adere de forma incondicional ao discurso gerencial da empresa. Resultado de uma estratégia da empresa que tem sido chamada de "gestão por sedução", a busca pela adesão objetiva que o trabalhador, denominado agora pelo infame "colaborador", adote como seus os interesses e metas estabelecidas pela empresa.

Nos casos em que esses discursos se mostram bem sucedidos, a conduta do trabalhador é caracterizada por subserviência e bajulação.

A jogada consiste pois em manter boas relações com os colegas e com os administrados da empresa, posto que a promoção e a carreira se dão em função da cotação pessoal junto aos administradores (...). Assim, o conformismo é rigorosamente respeitado. (...) proponho, para caracterizar esse mundo social de características bastante peculiares, o termo "convivência estratégica".¹⁷⁸

As novas formas de servidão voluntária são muito comuns entre os executivos, para os quais, como vimos, a teoria do capital humano foi criada.

Num artigo primoroso no qual analisa o caso de uma executiva de uma grande empresa de consultoria, Dejours se depara com o sofrimento produzido pelas as novas formas de servidão. No artigo em questão, o autor nos apresenta algo inteiramente novo no que diz respeito ao sofrimento psíquico no trabalho: a partir dos anos 1990, suicídios passam a ser cometidos *no* ambiente de trabalho.

A realidade por trás do discurso do capital humano é uma forma de controle cuja exigência é a de submissão total.

no processo desencadeado pela empresa, o trabalho, a qualidade do trabalho, é o que menos importa. A única razão das represálias contra a senhora V. B. consiste no fato de ela não se mostrar submissa o bastante. É esse o fator crucial que conduzirá ao inexorável. A servidão é o elemento desencadeador do conflito que culminará no suicídio. (...) O que essa história nos ensina, é que as patologias da servidão antigamente reservadas a empregados domésticos, do laçao à criada, afetam agora os executivos, inclusive os de alto escalão das empresas multinacionais. Eis o que encobrem, na mais sombria obscuridade, os suicídios nos locais de trabalho: o espectro de formas inteiramente novas de servidão que se alastram no mundo do trabalho e das quais nenhum de nós hoje pode se sentir protegido.¹⁷⁹

alguns desses, aí sim, "capitalistas-sócios," para com o suposto chefe é marcado ou pela bajulação ou pelo medo. *O grande chefe*. Dinamarca, 2006.

¹⁷⁸ Christophe Dejours. Novas formas de servidão e suicídio. In: Ana Mendes. *Trabalho e saúde*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 33.

¹⁷⁹ Idem; *ibidem*, p. 35 e segs.

O que essas mortes voluntárias nos revelam do cotidiano das fábricas, dos escritórios, do comércio e do serviço público?

Certamente, o mundo corporativo passou a servir de espelho e ideal para boa parte da sociedade, mas por outro lado há um movimento na direção contrária, este muito mais desconhecido e silenciado: certos valores que antes eram das camadas profissionais subalternas se tornaram parte da rotina lá no topo da hierarquia. Assim, Dejours afirma que as práticas de servidão típicas dos serviços domésticos estão presentes entre os executivos de alto escalão das empresas multinacionais.

Mas as reviravoltas não ficam por aí, nesse curso no qual todas as classes sociais, excluídos os grandes proprietários, levam uma vida medíocre comparada com outras épocas e civilizações.¹⁸⁰

Curiosamente, outro paralelo entre os executivos com as camadas inferiores da estratificação social também é feito por Seiji Uchida.¹⁸¹

Ao contrário do que se imagina, em sua pesquisa, Uchida encontrou em pleno funcionamento o “pensamento operatório”. Ora, acontece que a literatura costuma atribuir esse pensamento desencarnado entre os operários da linha de produção de tipo fordista!

Nas palavras de Uchida, “esse tipo de resultado choca-nos, pois observamos a mesma consequência que vemos nos operários de linha: repressão do funcionamento psíquico que resulta em um funcionamento operante.”¹⁸²

Depois de lembrar que a metáfora das “máscaras” é frequente na literatura sobre executivos, Ehrenreich observa que “os gerentes corporativos enfatizam a necessidade de um autocontrole de aço e a capacidade de ocultar

¹⁸⁰ São as duas classes que estão atacadas em seus “fundamentos vitais”. A vida de um executivo é a de um “trabalhador” em estado permanente de mobilização - quando o almoço se reduz a um hambúrguer digerido na frente de um computador, com o telefone tocando. É o que de uma maneira impressionista, observa Mano Brown quando diz “se for olhar direito mesmo, o mundo todo está em crise [...]. Você não vê felicidade no olho de ninguém, nem do pobre, nem do rico.” *Privilégio 2 (o tempo é Rei)*. Ver também Maria José Tonelli. *A Beira de um Ataque de nervos: um dia na vida de executivos em São Paulo*. Fundação Getúlio Vargas. Relatório de pesquisa, 2005.

¹⁸¹ Seiji Uchida. Organização do trabalho: vivências de sofrimento e prazer. In. Ana Magnólia Mendes, Suzana Canez da Cruz, Emílio Perez Facas (orgs.). *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007. pág. 114.

¹⁸² Realmente, há motivo para o choque, pois a rigor, os executivos nem fazem parte das classes não-proprietárias, posto que participam das políticas de corte de funcionários e auferem ganhos extraordinários na forma de bônus e gratificações, o que os coloca entre os proprietários detentores dos meios de produção e renda. Cf. Fernando Haddad. Trabalho e classes sociais. In. *Tempo social*. São Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997.

todas as emoções e intenções por trás de faces públicas tranqüilas, sorridentes e agradáveis.”¹⁸³

Há pouco não se poderia imaginar que uma droga ilícita como a cocaína seria alçada para o topo da hierarquia do trabalho e seria usada como prótese química para se manter os níveis de produtividade.

Segundo Uchida, o uso de cocaína entre os executivos se deve ao fato de que a droga “os possibilita, de um lado, que se mantenham atentos, produtivos, acelerados, dispostos; de outro, esse estado de excitação e euforia produz um estado de prazer que dá a falsa sensação da inexistência de problemas.”¹⁸⁴

Poderia-se imaginar que, por lidar com informações atualizadas, por ter que se relacionar tanto com outras partes de empresa como com fornecedores e clientes, os executivos sofreriam de novas psicopatologias devido ao excesso de informações e à sobrecarga simbólica e afetiva própria da economia imaterial. Vai nessa direção o diagnóstico de Franco Berardi acerca das novas formas de sofrimento no “semio-capitalismo”, um dos exemplos seria a hiperexpressividade.¹⁸⁵

A vida acelerada do executivo não pode ser explicada pelos excessos da vida contemporânea, mas pelo contrário, ela é marcada pela falta de qualidade.

Vejamos, transcrição de um caso clínico de um executivo de alto escalão, como um contraponto a essas leituras fantasiosas do mundo contemporâneo,

Eu fiquei pensando... Se eu morresse amanhã o que seria da minha vida? Não posso morrer, não assim, sem ter feito nada de valor, nada que tenha valido a pena. Sinto as coisas sem nenhuma graça. Me dediquei intensamente nos últimos 15 anos a ganhar dinheiro e creio que não preciso mais de dinheiro, nem eu nem meus filhos. Mas, eu paro agora e o que tenho: não consigo

¹⁸³ Barbara Ehrenreich. *Desemprego de colarinho branco - a inútil busca do sucesso profissional*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.61. A figura da máscara é uma manifestação do cinismo viril muito presente no mundo do trabalho. No âmbito do registro literário, podemos encontrar a expressão dessa figura em Kafka: “De outro modo, cara senhora – disse o gerente -, também não sei como explicar isso [o sofrimento de Samsa]. Esperemos que não seja nada grave. Embora por outro lado eu tenha de dizer que nós homens do comércio, feliz ou infelizmente – como se quiser – precisamos muitas vezes, por considerações de ordem comercial, simplesmente superar um ligeiro mal-estar.” Franz Kafka, *A metamorfose*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 18.

¹⁸⁴ Idem, ibidem, pág, 114. Uma informação extraída da experiência clínica relatada por alguns cardiologistas deve [...] suscitar iniciativas de estudos epidemiológicos acompanhados por pesquisa qualitativa. A questão a investigar seria: existe relação entre uso abusivo de cocaína e o aumento das pressões nas áreas da média e alta administração? Pois o que tem chamado a atenção dos cardiologistas é o crescente número de casos de enfartos fulminantes ocasionados por over-dose de cocaína. E as vítimas são muitas vezes executivos com menos de 40 anos. Edith Seligmann-Silva. *Precarização da saúde mental no trabalho precarizado*. inédito, 2009, p. 36.

¹⁸⁵ Franco Berardi. *Patología de la hiperexpresividad*. Disponível em <http://eipcp.net/transversal/1007/bifo/es> acessado em 11/10/09.

dormir, meu sono é invadido por problemas, que eu tento resolver em vão, não paro de pensar um segundo. Não conheço meu filho, meu bebê. Não sei o que ele significa, quem ele é, não consigo ficar com ele tempo algum. Fui fazer uma disciplina na pós-graduação e o professor pediu que nós definíssemos a palavra *qualidade*... E o que é qualidade? Eu pensei, semanas, e descobri *que não sabia o que queria dizer qualidade*. As pessoas imaginam que é ótimo você trabalhar entre São Paulo e Nova Iorque. Elas não sabem o que é você deixar sua casa, abandonar tudo que você não pode viver lá, pegar um avião viajar a noite inteira, chegar numa cidade estranha, ir para uma reunião com pessoas estranhas, totalmente diferentes de você, decidir o que já está decidido e que você no íntimo discorda, mas que eles querem que você sustente, o que eles pensam sobre o seu país, pegar novamente o avião, viajar mais oito horas, para então tentar dormir... Dez dias depois tudo de novo... Não há qualidade alguma nisto. No meu trabalho todos são iguais, todos querem ser iguais. Eu penso diferente sobre os negócios que fazemos, acho que os modelos financeiros vindos dos Estados Unidos para o Brasil não são muito adequados, que deveríamos seguir outras estratégias... Mas isto não importa, o que importa é o que está na cabeça do dono: o banco tem muito dinheiro, não há necessidade de mudar nada, as coisas andam por si mesmas, mesmo que a realidade seja outra... Duvido que um senhor deste mundo, um dos donos do dinheiro faça análise, fala sério, alguma vez você já viu um destes em análise? Não, eles não vêm, eles não precisam, eles compram a realidade que lhes interessa, tem dinheiro para isso, não há porque parar para pensar... No meu trabalho as pessoas querem ser iguais. Elas moram no mesmo local, têm o mesmo carro, vestem a mesma camisa, têm o mesmo relógio, usam a mesma caneta. Em uma das minhas viagens eu comprei um filtro para o ar condicionado, por causa da asma, e o instalei no escritório. Aos poucos começou um mal estar no trabalho. Eu sentia alguma coisa estranha, mas não sabia bem o que era, aí fui entendendo... um dia um colega chegou para mim e disse que talvez eu devesse tirar o filtro, por que os colegas estavam achando que eu queria me destacar, que eu estava querendo demonstrar um poder... Eu continuei com o meu filtro, afinal eu queria poder respirar... Mas desde então passei a ser visto como alguém inconfiável, que queria se destacar dos demais. A mínima diferença já causa uma grande reação. Eu não quero um lugar assim para mim, quero outra coisa... Quero trabalhar com pessoas legais, pessoas com quem eu possa aprender algo, que tenham qualidade. Eu quero encontrar as qualidades do mundo.¹⁸⁶

Na explicação de Uchida, a hiperatividade do executivo (tomada aqui não tanto em seu sentido patológico) não se deve aos excessos da pós-modernidade, já que ela é um mecanismo de defesa muito semelhante ao mecanismo de defesa do – aqui novamente – operário fordista, a saber, a aceleração.

Em *A Loucura do Trabalho*, Dejours afirma que a aceleração é um mecanismo de defesa dos trabalhadores de linha de produção fordista. Dada a

¹⁸⁶ Tales Ab´Saber. *Sete ensaios de dialética infantil*. mimeo, pp. 12-13.

monotonia e a repetição dos mesmos gestos dia após dia, os trabalhadores aceleram seus movimentos e executam mais rapidamente suas tarefas para tornar mais suportável uma atividade que embrutece o trabalhador.¹⁸⁷

Calvinistas sem trabalho: a mobilização no desemprego de executivos

O tipo do executivo hiperativo, mobilizado e requisitado nos fins de semana, feriado e férias, curiosamente, encontra sua versão no executivo desempregado. A realidade que está se configurando segue um movimento pendular: quem está fora do mundo do trabalho está desesperado para voltar, mas quem está dentro está insatisfeito.¹⁸⁸

Em seu *Desemprego de colarinho branco*, Ehrenreich faz uma incursão no mundo dos executivos desempregados nos EUA. O trabalho é resultado de uma variante da observação participante, na qual a autora se faz passar por uma executiva desemprega mais do que disposta em sua busca de recolocação profissional.

Nessa busca ela entra em contato com especialistas em recolocação que mais parecem gurus, participa de cursos com suas costumeiras dinâmicas, realiza cotidianamente cadastros em websites e, por último, vai até a um acampamento voltado para esse público. À medida que a autora narra sua deriva, vai se afigurando um gigantesco setor econômico, cujo lucro é proveniente do desemprego.

Miséria à americana, seu trabalho anterior, é também uma pesquisa participante, porém com a fração precarizada da força de trabalho dos EUA que possui dois ou três empregos em tempo parcial e cujo rendimento mal dá para a sobrevivência. Em sua nova pesquisa, no entanto, “nada de esfregar, levantar peso, nada de andar ou correr horas a fio. Em relação ao comportamento,

¹⁸⁷ No filme *A classe trabalhadora vai ao paraíso*, o operário, personagem protagonista usa da aceleração para suportar a labuta. Depois de certo limite, a aceleração já sob um processo de descompensação psíquica até ter seu dedo mutilado. *A classe operária vai ao paraíso*. Direção: Elio Petri. Itália, 1971.

¹⁸⁸ Nos acampamentos de recolocação profissional a autora constata com surpresa “a quantidade de colegas de acampamento que estão empregados, pelo menos neste momento, já que esperava estar rodeada de gente à procura de emprego, como eu. Mas a força de trabalho dos colarinhos-brancos parece ser formada por dois grupos: aqueles que não conseguem achar emprego de jeito nenhum e aqueles que estão em empregos nos quais trabalham muito mais do que gostariam. No meio há um lugar assustador, em que você dedica longas horas a um trabalho que sente que está preste a expelir você, no mínimo porque já expulsou tantos colegas seus. Li a respeito de um tipo de depressão chamado ‘síndrome do sobrevivente’, que dizem grassar com exuberância em empresas com tendência a demitir, e vários desses acampados parecem ser vítimas dela.” Idem, ibidem, p. 81.

imaginei que estaria imune à constante subserviência e a obediência que se exigem dos colarinhos azuis de baixos salários, e que seria muito mais livre para me expressar e ser eu mesma.”¹⁸⁹ Ao final de sua pesquisa, *como não conseguiu nenhum emprego*, depois de passar por toda sorte de palestras, dinâmicas, livros pseudo-científicos a respeito da motivação e do “pensamento positivo”, sua própria auto-estima é abalada nessa segunda experiência.

O que a autora observa nas agências de emprego é que a busca de emprego não é entendida como um fator do desemprego. A própria busca é um emprego e deve ser estruturada para parecer um, até nas características mais lamentáveis do emprego, como ter de cumprir ordens, ordens que nesse caso emanam da própria pessoa: “Levanto-me, faço a barba e me visto, exatamente como se estivesse indo trabalhar,” sugere alguém numa dessas agências.¹⁹⁰ Quanto a isso, a autora cita um best-seller do momento: “se você está empregado, pode desfrutar o luxo de trabalhar das 9 às 17 horas; se procura trabalho, planeje uma jornada de 12 a 16 horas por dia”.

Por trás dessa mobilização no desemprego, por trás desse, na boa expressão da autora, calvinismo sem trabalho, “como se a ocupação fosse um estado desejável sem se levar em consideração a forma como é alcançada”, há um mecanismo de defesa em funcionamento.

Começo a perceber que a questão aqui é a administração estruturada da dor e do luto. Se você foi cuspidado pela grande máquina corporativa e deixado a contemplar sua suposta inadequação a ela, faz sentido preencher o tempo com micro-tarefas, de preferência sob a supervisão de outra pessoa. Imaginar sua própria busca como trabalho deve satisfazer o desejo calvinista de fazer alguma coisa.”¹⁹¹

Se a alternativa a esse emprego artificial é a depressão, é melhor seguir as recomendações do agente: “devemos ir à academia e fazer contatos quando estamos lá. Almoce com um amigo. Faça uma lista das coisas de que gosta.”

Obviamente, tais expedientes não funcionam a médio prazo “o colapso de [alguns] reforça a impressão de que, o que quer que esteja acontecendo no mundo corporativo de hoje, qualquer que seja o processo feroz que mastiga

¹⁸⁹ Idem, ibidem, p. 19.

¹⁹⁰ Idem, ibidem, p. 53 e segs.

¹⁹¹ Idem, ibidem, p. 54.

homens e mulheres e os cospe numa etapa tardia da vida, o dano causado é irreversível.”¹⁹²

Nesse sentido, cabe uma última nota a respeito d'*A corrosão do caráter*, de Richard Sennett, livro envolto numa verdadeira unanimidade.

Perante o mesmo problema com que se defrontou Ehrenreich, isto é, funcionários de alto escalão demitidos de grandes empresas, Sennett, por um lado, critica a servidão voluntária pela qual estavam tomados quando estavam empregados e, por isso, não agiram diante de insistentes sinais de reestruturação produtiva. Por outro, ele dá um peso excessivo à, novamente aqui, idéia de responsabilidade, no caso em questão, de programadores recém-demitidos da IBM. Na opinião de Sennett, eles deveriam, como os outros fizeram, ter montado suas próprias empresas de tecnologia [o livro foi escrito antes do estouro da bolha da nova economia].

Para Sennett, como é possível não cair da *executive blues*, para Sennett?

“O momento definidor ocorrem quando os programadores passam da condição de vítima passiva para uma condição mais ativa. Agora suas próprias ações contam para a história. Ser demitido não é mais o fato definidor [...] a ação crucial é a que eles deviam ter empreendido em 1984 ou 1985. Esse momento definidor torna-se responsabilidades só deles. Só fazendo essa passagem é que podem começar a enfrentar o fato de que fracassaram em suas carreiras.”¹⁹³

¹⁹² Idem, ibidem, p. 51. Não é nosso objetivo aqui analisar as consequências psíquicas do desemprego prolongado, seja de executivos, seja dos trabalhadores precarizados da periferia e mesmo da juventude que sequer entrou no mercado de trabalho, o que dá ensejo a um sofrimento social caracterizado por um uso específico de drogas e por uma forte frustração que pode se metamorfosear em uma depressão. Elementos esses presentes na crônica de Mano Brown: “- Lugar para encontrar gente frustrada que nem na Zona Sul, eu tô para ver, é neurose, é ali. Você já virou a esquina é três, quatro, andou mais uma cara, mais uns seis, na hora que eu encosto o carro preto, juntou todo mundo, dá uns trinta. Todo mundo fumando um baseado para tirar a neurose, todo mundo dando risada, mas lá na bolinha do olho, eu vejo tristeza no olhar de cada mano. [...] Todo mundo tem sonho e não dá pra realizar, o que acontece? Tentando se esconder de alguma forma, uns mano se esconde na cocaína, uns mano se esconde no álcool, outros mano que já quer ficar mais na bolinha de meia, fuma uns baseado, mas passou o efeito é só depressão. Aí a realidade não..., ela num..., ela te agarra. A realidade te agarra e não tem como você sair dela, aí o cara bola mais um para tentar esquecer a realidade e os anos vão passando, os dias vão passando, aí os moleques vão ficando homem.” Mano Brown, KL Jay e Silveira. Privilégio 2 (o tempo é Rei) In. *KL Jay na Batida – equilíbrio (a busca)* vol. 3.

¹⁹³ Richard Sennett. *A corrosão do caráter – as conseqüências pessoais do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 158.

Patologias da sobrecarga decorrentes da intensificação do trabalho

Segundo Dejours, a sobrecarga psíquica gera fadiga e, se a atividade intensificada se prolonga, a fadiga pode resultar em uma depressão, se o trabalhador sobrecarregado apresentar uma estrutura neurótica.¹⁹⁴

Mas a depressão não é a consequência mais negativa da pressão a que estão submetidos trabalhadores de diferentes qualificações.

Se, num mesmo momento histórico, engenheiros toyotistas com menos de quarenta anos, de empresas japonesas intensivas em tecnologia, morrem exauridos no próprio ambiente de trabalho - fenômeno esse batizado de *karôshi*, também presente na Europa e Estados Unidos -, ao mesmo tempo em que, no estado de São Paulo, jovens cortadores de cana, alguns com 18 e 19 anos, pressionados pelo pagamento por produção, ceifam suas vidas para abastecer as usinas, não resta dúvida de que, no mundo inteiro, o mundo do trabalho traz consequências deletérias à saúde.¹⁹⁵

A morte súbita no trabalho representa a consequência extrema da intensificação do trabalho. Os enfartos acontecem cada vez mais com profissionais mais jovens. Inevitável não lembrar que no mundo dos esportes a pressão por desempenho tem causado a morte de atletas em diversas modalidades.

Quando se acreditava que, numa época em que a produção se caracterizaria por empresas limpas e baseadas no uso intensivo de tecnologia, o trabalho deixaria de ser penoso, surge uma nova relação entre trabalho e doença.

O setor de serviços, especificamente, os bancos, empresas de cartão de crédito, as centrais de teleatendimento e de processamento de dados "se tornaram a fonte da talvez mais importante onda de absenteísmo por motivos de saúde e por 'inaptidões' para o trabalho conhecidas até o presente."¹⁹⁶

¹⁹⁴ Dejours. *A carga psíquica do trabalho*. p. 31. In.: C. Dejours, E. Abdoucheli, C. Jayet. Maria I. S. Betiol. (coord.) *Psicodinâmica do trabalho – contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2009.

¹⁹⁵ Christophe Dejours. *Alienação e clínica no trabalho*. In: Selma Lancman e Laerte Sznalwar (orgs.). *Christophe Dejours - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008, pág. 223; Francisco Alves. *Trabalho intensivo e pagamento por produção - o moedor de carne do complexo agroindustrial canavieiro*. Trabalho apresentado no seminário "O processo de intensificação do trabalho sob diferentes olhares". São Paulo, FUNDACENTRO, 27 de maio de 2009.

¹⁹⁶ Laerte Sznalwar e Morgana Massetti. *Agressões ao corpo e/ou sofrimento psíquico? Um estudo construído a partir da experiência de trabalhadores com LER/Dort*. *Travailleurs* 2002/2, N° 8, p. 155.

A causa desse absenteísmo atende pelo nome de LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho) que tem alta incidência entre caixas de banco, digitadores e teleatendentes.

Como já foi dito, o tipo de organização do trabalho adotado nas centrais de teleatendimento guarda muitas semelhanças com o taylorismo. Trata-se de um trabalho fragmentado, repetitivo e que, se comparado com outros, é marcado um “aumento substantivo dos constrangimentos de tempo, traduzidos por cadências mais fortes, reduções nos tempos de pausa e de micro-pausas e, sobretudo, um aumento significativo das possibilidades de controle sobre o que fazem os assalariados.”¹⁹⁷

As empresas de teleatendimento são terceirizadas ou re-terceirizadas. É sabido que o processo de terceirização caminha simultaneamente com a precarização do trabalho. Dada a baixa remuneração e as consequências deletérias para a saúde, a rotatividade é muita alta.

A LER entra em cena de forma muito rápida. A expansão das empresas de teleatendimento e a expansão da LER forma um único processo.

Em um lapso de tempo muito curto, estes trabalhadores viveram um ciclo completo, desde a contratação e a esperança, até a doença, a ‘deficiência física’ e, em alguns casos, até a aposentadoria por ‘invalidez’. Tradicionalmente as doenças profissionais ou ligadas ao trabalho, à exceção dos acidentes e intoxicações agudas, e suas conseqüências, aparecem a médio ou longo prazo. Poderíamos mesmo afirmar que seria a primeira vez na História que isso acontece, seria uma nova situação em termos de relação de trabalho e de saúde dos trabalhadores.¹⁹⁸

Para Dejours, a LER/DORT só pode ser entendida como resultado de “uma agressão que tem início nas funções psíquicas”. Para adestrar o corpo para o processo produtivo, é preciso antes dobrar o espírito.

A comorbidade entre depressão e LER/DORT já se tornou um fato corriqueiro para os profissionais de saúde que atendem, nos serviços do SUS, os trabalhadores adoecidos. Segundo Seligmann-Silva, tal comorbidade “é plenamente compreensível, [dadas] as pressões psicológicas, a discriminação, as limitações e as múltiplas perdas, inclusive de auto-estima e de perspectivas de desenvolvimento profissional [a que estão submetidos os trabalhadores]”.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Idem, ibidem, p. 154.

¹⁹⁸ Sznelwar e Massetti, ibidem, p. 162.

¹⁹⁹ Edith Seligmann-Silva. *Precarização da saúde mental no trabalho precarizado*. P. 10 In: Nova edição de *Desgaste mental no trabalho dominado*, (em preparo).

Ao nosso ver, a descompensação psíquica na forma de depressão se deve aos “constrangimentos que se exercem sobre o corpo, através de uma sobrecarga das estimulações, da imposição de uma posição fixa, e de contrariar as necessidades fisiológicas.”

Pesando a partir dos termos do criador da psicodinâmica, Sznelwar afirma que a organização de trabalho de tipo taylorista no setor de serviços se configura um sistema de dominação que leva à “expropriação da própria vontade”. Nessas circunstâncias

o próprio desejo fica comprometido, onde estaria agredido não apenas o pensamento, mas a subjetividade, o próprio fundamento da afetividade, dos sentimentos, das emoções. [...] Esta ruptura da continuidade entre a subjetividade e o pensamento, estariam dadas as condições para que o corpo fosse atingido.²⁰⁰

Frente às proporções epidêmicas e catastróficas da LER/DORT, seria preciso perguntar pelas necessidades econômicas que teriam levado à implantação desse tipo organização do trabalho.

Segundo Sznelwar,

Não há evidências científicas que justificariam o modelo de produção de serviços, encontrado nas empresas estudadas. Nos parece que não se pode comparar um sistema onde se produz objetos, como a indústria, com os problemas que os trabalhadores aí já enfrentam, com um sistema baseado no relacional, como o setor de serviços. Transformar o *relacional*, se pensarmos nas diferentes dimensões de sua complexidade, em *objetal*, seria uma forma de violência, de tentativa de enquadramento da variabilidade, [na qual] os resultados tangíveis seriam corpos comprimidos e a LER/DORT.²⁰¹ [grifos nossos]

Mobilização do afeto e exaustão nas profissões do cuidado

O esgotamento profissional é um sofrimento típico das profissões em que aspectos relacionais e afetivos do sujeito são requeridos no trabalho: educadores, profissionais da saúde, assistentes sociais etc. Em geral, a literatura atribui maior risco de esgotamento a todas atividades que estão sob a rubrica de profissões do cuidado.

²⁰⁰ Sznelwar e Massetti, *ibidem*, p. 173.

²⁰¹ *Idem*, *ibidem*, p. 175.

A categoria de esgotamento profissional tem sua origem na expressão *burnout* [do inglês *to burn out*: queimar por completo] que foi usada pela primeira vez por pelo psicanalista Herbert Freudenberger, em 1974. O conceito de *burnout* é marcado por enorme indefinição. O termo pode designar depressão por esgotamento, estafa, exaustão, fadiga, esgotamento etc. Por isso, ao nosso ver, as pesquisas epidemiológicas que fazem uso do termo acabam por indicar uma incidência muito alta da patologia.

De nossa parte, quando usamos o termo esgotamento profissional, o fazemos em sentido alargado e independente de qualquer definição clínica. As pesquisas que entendem esgotamento profissional como uma entidade nosográfica acabam por superestimar sua incidência e, paradoxalmente, ao invés de esclarecer o problema, acabam por obscurecer esse sofrimento social decorrente do trabalho.

Seja como for, o fato é que a “síndrome de *burnout*” já é reconhecida inclusive pelo INSS como doença do trabalho. Vejamos a definição dada pelo órgão

O burnout pode ser definido como uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou com problemas, em situações de exigem tensão emocional e atenção constantes e grandes responsabilidades [...]
A síndrome de burnout envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes e organização do trabalho, sendo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização. O quadro tradicional de stress não envolve tais condutas e atitudes.²⁰²

Nosso interesse na questão se deve ao fato de que boa parte das pesquisas que utilizam o termo toma como objeto uma ocupação profissional como, principalmente, professores e enfermeiros.

Os profissionais acometidos por esgotamento profissional são em geral funcionários públicos da educação, saúde e do serviço social. Depois das reformas neoliberais esses profissionais têm enfrentado condições inadequadas de trabalho.

Mas como o trabalho é notadamente marcado por aspectos vocacionais, muitos profissionais se utilizam da “mobilização de si” para alcançar seus

²⁰² Brasil. Resolução DC n. 10, de 23 de dezembro de 1999, INSS, apud Fernanda Moreira de Abreu. *Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas*, São Paulo: LTr, 2007, p. 56.

objetivos a despeito das adversidades, das longas jornadas e da baixa remuneração.

Em certos casos, é difícil separar o que é trabalho e o que é engajamento político, podendo, inclusive tal engajamento ser imbuído de convicções revolucionárias. Interessa ao Estado e ao terceiro setor mobilizar a militância, a vocação e o sentimento de “missão” desses trabalhadores para conter os efeitos negativos do desmantelamento das políticas sociais.²⁰³

Nesse caso, não seguimos a argumentação de Dejours a respeito da diferenciação da “mobilização de si” do sujeito e as técnicas de mobilização da administração da empresa. Como já foi dito, Dejours faz questão de salientar que por mais que as técnicas de mobilização da administração das empresas tentem, a mobilização de si nunca é capturada por tais técnicas.

A nosso ver, nesse tipo de trabalho mobilização política e mobilização subjetiva se entrecruzam. Certamente, esse embaralhamento não é total. O esgotamento profissional é prova disso.

Para a compreensão do que foi dito até aqui, julgamos adequado citar um pouco mais longamente a pesquisa de Sznelwar, baseada na psicodinâmica do trabalho, sobre agentes comunitários de saúde (ACSs), da cidade de São Paulo.²⁰⁴ Talvez seja um dos casos de trabalhadores sociais em que a mobilização se dá de forma mais intensa; metaforicamente, eles parecem soldados da saúde permanentemente arregimentados por um trabalho sem fim.

A dificuldade de definir a função desses trabalhadores, já indica que a mobilização de seu trabalho extrapola quaisquer limites convencionais.

O que são os ACS? Representam o Estado e trazem tanto uma mensagem de prevenção e promoção da saúde? Como atuam a partir do serviço público? São da comunidade? Seus

²⁰³ Ver José C. de Magalhães Jr. *O Mercado da dívida - formas biopolíticas de um controle das populações periféricas urbanas*. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia - USP, 2006.

²⁰⁴ Laerte Sznelwar. Ergonomia e psicodinâmica do trabalho: um diálogo possível e desejável. In. Ana Magnólia Mendes, Suzana Canez da Cruz, Emilio Perez Facas (orgs.). *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007. p. 54.

Em outra pesquisa sobre os ASCs da cidade de São Paulo feita a partir de outro referencial teórico e com métodos epidemiológicos se constatou que “a proporção de participantes classificados como casos de transtornos mentais comuns com níveis de exaustão emocional alta (78,7%), despersonalização alta (19,7%) e decepção alta (42,6%) foi maior que a de não-casos (20%, 2,5% e 7,5%, respectivamente). [...] A prevalência da síndrome do esgotamento profissional do presente estudo (24,1%) foi maior que a encontrada em oncologistas brasileiros (7,8%) e em trabalhadores de enfermagem (16,2%), mas abaixo da média descrita para profissionais de saúde em outros países (33,8%).” Andréa T. da Silva; Paulo R. Menezes. Esgotamento profissional e transtornos mentais comuns em agentes comunitários de saúde. *Revista de Saúde Pública*, 2008;42(5), p. 927. Trata-se de um claro exemplo do tipo de pesquisa que transforma o sofrimento social em entidades nosográficas.

representantes? São um elo entre a comunidade e o sistema de saúde? Portanto, não podem ser considerados como meros integrantes da comunidade nem como agentes do Estado. O agente tem uma profissão, ou sua atividade não pode ser considerada como atividade profissional? Afinal o que são? Para quem trabalham?

Acompanhamos a seguir, a análise de Sznelwar do cotidiano de trabalho do ACSs. A extensa citação se justifica por retratar o quadro como um todo.

As atividades dos ACSs são desenvolvidas em contato contínuo com os indivíduos e famílias; eles acompanham as famílias e desenvolvem ações as mais variadas; são a *linha de frente* [todos os grifos são nossos] do serviço junto aos usuários. Muito de seu trabalho tem a ver com a troca de informações entre a população e a Unidade Básica de Saúde (UBS), incluindo a orientação das pessoas e a busca na *identificação precoce* dos problemas de saúde que acometem a população.

Trata-se de um *trabalho permanente de elaboração e reelaboração*, pois [trata-se] um processo contínuo de interação e atualização. As suas atividades exigem muita memorização devido ao grande volume de informações a tratar, como as orientações e solicitações dos demais profissionais, o preenchimento de guias de exame, os resultados de consultas, as receitas de medicamentos, os exames a serem entregues, a liberação de vagas no sistema de referência, a verificação de usuários que faltaram às consultas ou os exames agendados, os mais variados conceitos sobre saúde, dentre outras. Auxiliam na coleta de material para exames, preparam kits para exames, etiquetam material utilizado na unidade, fazem registros dos exames. Participam também dos grupos educativos, preparando as informações a serem fornecidas, baseadas no tema do grupo e no acompanhamento da evolução dos usuários.

Os tempos de trabalho também são variáveis, as visitas às residências podem ser mais ou menos longas, dependendo da situação da saúde, física e emocional das pessoas da família e da necessidade de adotar diferentes cursos de ação para ouvir, explicar, confrontar ou convencer os integrantes daquela família. Então é necessário ajustar o tempo restante para as demais visitas em uma permanente regulação da sua atividade. Nem sempre é possível executar as visitas e as ações planejadas. Outras variáveis interferem no tempo, como característica do relevo, distâncias a percorrer e o adensamento populacional na localidade, além de eventos os mais variados. Estes os obrigam a adotar novas estratégias de ação como no acolhimento de usuários com alteração do estado psíquico, portadores de transtornos mentais, dependentes de substâncias químicas ou ainda, pessoas que necessitem 'desabafar'. [...]

Os ACSs percorrem em média 5 km/dia em áreas de subidas e descidas e, muitas vezes, em locais com infra-estrutura precária, o que aumenta o seu esforço e o risco de acidentes. Muitas vezes trabalham em áreas com alta incidência de violência, fato que os obriga a desenvolver estratégias para não sofrerem agressão e não serem envolvidos. Posto-rua-casa.

Não há um limite claro relativo ao espaço de trabalho. Além de trabalharem na comunidade, é freqüente a realização de trabalho

no próprio domicílio dos ACS. Muitas vezes, também, fazem entregas, pois os domicílios das famílias ficam no caminho de sua casa.

A privacidade desses profissionais é constantemente invadida, muitas vezes são interpelados em suas residências nos fins de semana, à noite, durante suas atividades pessoais e familiares: supermercado, feira, feitas.

Enfrentam sozinhos situações complicadas, como brigas familiares e outros problemas urbanos que presenciam. São solicitados, à noite e nos fins de semana, para casos de emergência, sendo que, nessas situações, não têm como recorrer aos demais profissionais da equipe.

Muito de tudo isso não é contabilizado, não são considerados nos cálculos de produtividade final. Só há registro daquilo que é previsto e passível de quantificação. [...]

'O Programa de Saúde da Família [PSF] trabalha o ciclo da vida'. Isto requer que eles acompanhem as pessoas desde o nascimento até a morte, ou ainda depois da morte, pois continuam a trabalhar com as famílias. É por isso que afirmam que os atendimentos no PSF nunca se concluem, que o usuário nunca tem alta. Além disso, tem a sensação que as necessidades da população são infinitas. [...]

Se por um lado, trabalhar neste cenário gera satisfação diante da possibilidade de ajudar outrem, por outro, o *engajamento* coloca-os frente a inúmeras situações que ultrapassam as suas capacidades e as do sistema de saúde para resolver as demandas da população. Constantemente constata-se que os instrumentos de ação que possuem são limitados diante das carências encontradas. Isso deixa margem para a busca de soluções criativas, mas colocam-nos frente à frente com a impotência.

É, sobretudo, um trabalho de compaixão que requer uma aprendizagem contínua, até mesmo porque lidam com a possibilidade de insucesso em alguma ação que vise o problema das pessoas.

[...] Há uma constante contradição entre a criação de limites e o envolvimento. Têm medo de se tornarem cínicos, mas, por outro lado, acreditam que precisam limitar seu próprio sofrimento. [...]

Como não extrapolar nas ações consideradas como parte de suas tarefas e partir para um 'voluntarismo' sem fim? Coletar alimentos, comprar medicamentos com seu próprio dinheiro, levar usuários para sua casa, ir a velórios e enterros, faz parte do trabalho?²⁰⁵

Embora o autor, não trate da questão em termos de esgotamento profissional, é muito razoável supor que, dada a carga psíquica mobilizada pelo trabalho do agente comunitário, um sofrimento decorrente do trabalho com as características atribuídas ao *burnout* é um desfecho possível.

Nos casos dos professores da rede pública do Estado de São Paulo, o esgotamento se deve à mobilização do professor e à irrealidade do trabalho sob as políticas de progressão continuada.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, pp. 51-55.

Segundo Seligmann-Silva,

No caso dos professores e de outros que trabalham na prestação de cuidados a crianças, a idosos e a doentes, o surgimento de acusações injustas, os boicotes ou imposições que impedem o uso da capacidade profissional e o cumprimento dos princípios éticos, tem ocasionado não só duras frustrações, mas esgotamento profissional. Na atualidade, o mais freqüente é que esse esgotamento sobrevenha em determinadas circunstâncias nas quais a exacerbação de esforços colide com a decepção, como pode acontecer em serviços de saúde.²⁰⁶

4.2 O lugar da depressão no mundo do trabalho

A depressão em suas diversas manifestações é a modalidade de sofrimento psíquico de maior incidência no mundo do trabalho. Aqui não adotamos uma definição estrita da depressão. Já abordamos as dificuldades enfrentadas por diferentes escolas das ciências psicológicas na definição da depressão.

Acreditamos que, quando se trata de relacionar esse sofrimento psíquico com a atividade laboral, uma definição rígida, ao invés de iluminar, acaba por empobrecer a compreensão do problema.

Assim, não tomamos a depressão como entidade nosográfica, nem adotamos as definições psicanalíticas, embora julgamos que quando se trata de relacionar subjetividade e trabalho, os conceitos de Freud são imprescindíveis, mas não são suficientes.

Aqui interessa nos mais a sintomatologia depressiva do que depressão, por isso, preferimos utilizar o termo sofrimento depressivo. Vale lembrar que, salvo as exceções, representadas pelas pesquisas epidemiológicas, a literatura, em seus diversos matizes, não costuma trabalhar a partir de uma nosografia rígida.²⁰⁷

Nos estudos de psicodinâmica do trabalho, há preferências por termos que designam um campo de problemas, por exemplo, patologias da solidão, da sobrecarga, do esgotamento.

²⁰⁶ Edith Seligmann-Silva. *Precarização da saúde mental no trabalho precarizado*. inédito, 2009, p. 36.

²⁰⁷ Edith Seligmann-Silva. *Psicopatologia e Saúde Mental no Trabalho*. In: Mendes, R. (Org.). *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Ateneu, 2003 v. II, p. 1142.

É difícil de isolar a depressão de outras manifestações, já que quase nunca a depressão é encontrada em estado puro. Seligmann-Silva observa, por exemplo, que um comportamento nada típico de um deprimido, isto é, a hiperatividade, pode estar relacionado com a depressão.²⁰⁸

O sofrimento depressivo quase sempre aparece associado a outros fenômenos, tais como, alterações psicofisiológicas, comportamentos reativos e abuso de drogas e de álcool.

Quando a depressão está relacionada ao trabalho, o que está em causa é, principalmente, a organização do trabalho. Para dar conta do fenômeno, Dominique Huez forja a expressão "depressão reacional profissional", vejamos como ela a define:

Por "depressão reacional profissional" se designa a aparição de uma patologia depressiva vinculada aos constrangimentos organizacionais e sociais do trabalho. Essa reação depressiva é desencadeada por acontecimentos que exigem uma relação subjetiva com o trabalho [mas que] permanecem em parte não pensados, não podendo ser objeto de uma deliberação coletiva.²⁰⁹

No caso do trabalho precarizado, a depressão está relacionada com experiências vivenciadas pelos sujeitos em diferentes situações de trabalho. A partir de sua experiência clínica, Seligmann-Silva aponta os seguintes elementos presentes no desencadeamento do sofrimento depressivo

- a) Expressões de menosprezo e mesmo de humilhação utilizadas pelas chefias; avaliações percebidas como injustas e ausência de reconhecimento pela dedicação e esforço de desempenho correto, mesmo em situações de trabalho inadequadas e nas que configuram penosidade.
- b) Rompimento de equipes de trabalho, às vezes, existentes há muitos anos, nas quais haviam se estabelecidos vínculos de confiança e cooperação -, estas rupturas ocorrem pela reestruturação interna ou por demissões.
- c) Trabalho esvaziado, em que o/a trabalhador/a não tem mais oportunidade de realizar seus potenciais, nem aplicar conhecimentos e habilidades desenvolvidos ao longo da formação

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 1166.

²⁰⁹ Como a definição da autora não prima pela clareza, transcrevemos, em seguida, a passagem no original: "Par «dépression réactionnelle professionnelle», on désigne l'apparition d'une pathologie dépressive en lien avec les contraintes organisationnelles et sociales du travail. Cette réaction dépressive est déclenchée par des événements qui engagent le rapport subjectif au travail et demeurent en partie impensables, n'ayant pu faire l'objet d'une délibération collective. Dominique Huez. *Souffrances invisibles et dépressions professionnelles. Mettre l'organisation du travail en délibération*, *Travailler* 2003/2, N° 10, p. 40.

e experiência profissional -, como disse um trabalhador: “Antes, eu amava o meu trabalho. Agora, não consigo mais amar o que faço, estão me mandando que eu faça coisas ridículas, que não tem nada a ver com minha profissão”.

d) Violência psicológica de vários tipos foi relatada por muitos. Em alguns casos, ataques à dignidade, - sistemáticos e que as circunstâncias demonstravam que eram deliberados, configuravam assédio moral. Nestes relatos, estavam presentes humilhações de todo tipos.²¹⁰

Assim, não se trata de dizer que a depressão é explicada por uma causa. A depressão no trabalho surge, levando em conta a individualidade do trabalhador, a partir de situações marcadas pela injustiça, pela violência e pela alienação.

O trabalhador deprimido não sofre por conta de sua passividade, pelo contrário, em primeiro lugar, seu sofrimento é fruto de sua resistência às situações alienantes, resistência essa que, dada a atual correlação de forças entre as classes e o desemprego estrutural, não encontra canais para se expressar, então, essa passividade forçada se constitui num segundo fator do sofrimento depressivo.

Ainda segundo Seligmann-Silva,

Tristeza e raiva foram os sentimentos mais encontrados nestes trabalhadores adoecidos. As vivências eram de perda, de impotência e, muitas vezes, de ressentimento. Face às ofensas e [injustiças] no trabalho, sentiam-se tolhidos e impedidos de reagir pelo medo de perder um emprego, cujo contrato era precário. Assim, a dignidade ferida e a impotência eram vivenciadas, conjuntamente, impactando negativamente na auto-estima.²¹¹

Segundo Dejours, para quem o sofrimento é uma forma de reação à alienação no trabalho.

O que faz as pessoas viverem é o desejo e não só as satisfações. O verdadeiro perigo é quando o desejo não é mais possível. Surge, então, o espectro da depressão, isto é, da perda de tônus, da pressão e do elã.²¹²

Além disso, a passividade forçada que bloqueia a resistência não apresenta apenas consequências em termos de sofrimento depressivo, pelo contrário, há desdobramentos no corpo e nos ambientes e relações externas ao trabalho.

²¹⁰ Edith Seligmann-Silva. Precarização da saúde mental no trabalho precarizado. inédito, 2009, p. 33.

²¹¹ Idem, ibidem, 34.

²¹² Fernanda Moreira de Abreu. *Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas*, São Paulo: LTr, 2007, p. 51.

A repressão dos sentimentos suscitou muitas vezes uma canalização das tensões para o corpo, resultando em repercussões de ordem psicossomáticas, com desenvolvimento de vários tipos de quadros clínicos. O deslocamento dos sentimentos de raiva, em alguns casos, se fizera para o espaço familiar, dando ensejo a conflitos e rupturas.²¹³

²¹³ Edith Seligmann-Silva. *Precarização da saúde mental no trabalho precarizado*. inédito, 2009, p. 35.

Capítulo 5

O mercado da cura do espírito

A caracterização da subjetividade presente no mundo do consumo é, muitas vezes, identificada com um hedonismo que procura satisfação imediata. Tomando essa caracterização subjetividade como um tipo ideal do homem moderno, muitas análises se voltam para as consequências psicopatológicas da sociedade midiática.

A ideologia do bem-estar seria própria de uma sociedade que se pauta por valores hedonistas e busca gratificação rápida em todas esferas. Nessas circunstâncias, os sujeitos se sentem compelidos a manter um nível socialmente aceitável de humor. O consumo de psicotrópicos seria resultado da criação de falsas necessidades pela publicidade. Após reduzir uma ampla gama de afecções sob a rubrica depressão, a psiquiatria e a indústria farmacêutica acenariam com a promessa de cura com os antidepressivos.²¹⁴

Aqui, no entanto, partiremos de outra perspectiva. A esfera do consumo captura o sofrimento oriundo no mundo do trabalho e cria mercadorias e serviços que supostamente aplacariam o mal-estar.

Segundo a excelente análise de Fontenelle que analisou o mundo do consumo a partir da importância que a marca alcançou no mundo contemporâneo. As marcas são símbolos cotidianamente imantados pela sociedade midiática no sentido de que tais logotipos sejam associados à experiências.

Os sujeitos se apegam às marcas na tentativa de aplacar o desamparo provocado pela temporalidade do descartável própria da sociedade midiática.

A identificação com a marca representa uma tentativa do sujeito de buscar estabilidade e permanência numa cultura do descartável.

Essa identificação do sujeito com a marca é um objetivo do capital, no limite ele quer criar uma dependência no sujeito que, no limite, o aproxima do viciado.²¹⁵

²¹⁴ No seu *Depressão e Doença Nervosa Moderna*, Maria Silvia Bulguese, sem ignorar outros aspectos do que ela chama *lógica da depressão*, baseia-se no conceito de indústria cultural, de Adorno e Horkheimer, para analisar o material publicitário que as corporações farmacêuticas distribuem para os psiquiatras, que, por sua vez, o repassam para a população. op. cit., São Paulo: Via Lettera/Fapesp, 2004.

²¹⁵ Isleide Fontenelle. *O nome da marca. McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Ao buscar a sensação de permanência em sua identificação com a marca o sujeito contemporâneo não consegue se livrar do desamparo que é próprio do espetáculo, pelo contrário, essa busca é malograda e a sensação de desamparo se intensifica.

Mas quais seriam as relações possíveis entre o sofrimento no trabalho e consumo? Ao nosso ver, o consumo captura esse sofrimento e responde com a oferta de mercadorias e serviços terapêuticos no que já se constitui em um poderoso setor econômico.

À medida que crescem as pressões no mundo do trabalho, há mais espaço para a mercantilização da “cura”. O sofrimento no mundo do trabalho que não desperta a atenção da “opinião pública” ganha visibilidade na forma de um novo nicho da acumulação: a “cura do estado de espírito”.

Não se trata de um diagnóstico necessariamente crítico. Fontenelle nos lembra que:

Melinda Davis – considerada uma das maiores pesquisadoras de tendências de consumo do mundo – depois de uma extensa pesquisa de seis anos, na qual procurou entender ‘a nova cultura do desejo’ naquilo que ela chama de ‘era imagética’ – traduzindo: o que ela chama de era imagética é a era do virtual - nos diz que o marketing contemporâneo precisa estabelecer cada vez mais uma relação emocional com o consumidor, já que o que se busca hoje são emoções, são satisfações intangíveis, que produzam reações sensoriais. Segundo ela, nós estamos passando de uma cultura do entretenimento para uma cultura ‘da cura do estado de espírito’, já que a necessidade por benefícios ‘psicoespirituais não é apenas a necessidade mais poderosa do consumidor no momento; ela é, de fato, a última necessidade significativa que resta’.²¹⁶

Esse mercado da cura do espírito é formado por novas técnicas terapêuticas, *spas*, academias, esoterismo, auto-ajuda, religiões sem transcendência, gestão do estresse por *coachings* e a já mencionada medicalização.

A sobrecarga e o sofrimento resultantes da organização do trabalho deram ensejo a um ramo chamado “gestão do stress”. O *coaching*. Esse profissional, geralmente identificado com a eufemística ‘recolocação profissional’, também lida na profilaxia dos riscos à saúde de executivos.

²¹⁶ Isleide Fontenelle. *Humanidade espetacular: emancipação ou auto-destruição virtual? mimeo.*

As tecnologias psi não buscam só a adaptação da força de trabalho. O controle não é apenas repressivo, há também um “controle-estimulação”, para usar a expressão de Foucault.

Sob níveis de hipersolicitação no mundo do trabalho, os medicamentos psicotrópicos se transformam em próteses químicas de pessoas “normais”.²¹⁷

Mas quais os impactos dos medicamentos em profissionais já caracterizados pelo pensamento operatório? Com o perdão da expressão, há aí uma sobre-dessubjetivação.

Salvo engano, o primeiro trabalho sobre o uso indiscriminado da nova geração de antidepressivos, isto é, dos inibidores seletivos de recaptção de serotonina (ISRS), é *Listening the Prozac*, de Peter Kramer, publicado em 1993, ou seja, sete anos após a comercialização da droga nos EUA.²¹⁸

Percebendo que essas drogas eram mais usadas por pessoas que não tinham depressão, Kramer cunhou a expressão *psicofarmacologia cosmética*, pois seus pacientes que não apresentavam problemas clínicos se tornavam “better than well”. Tais pacientes eram, na pior das hipóteses,

rígidos emocionalmente, isolados e infelizes e o Prozac não sedava ou tranquilizava essas pessoas. Ao contrário, freqüentemente, parecia energizá-las.²¹⁹

Segundo Samuel Barondes, a inovação científica está prestes a lançar medicamentos mais eficazes e dentre as tendências há as “drogas psiquiátricas personalizadas”, cuja descrição consta em seu *Better than prozac – creating the next generation of psychiatric drugs*.²²⁰

Muitas das utopias negativas incluem em seus cenários regressivos as drogas psiquiátricas. Assim, no *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, temos o “soma”. Os exemplos poderiam-se multiplicar: *Fahrenheit 451*, de Ray

²¹⁷ Uma pesquisa do Instituto de Psiquiatria da USP testa a hipótese segundo a qual os medicamentos ingeridos por indivíduos saudáveis os tornam mais dispostos, menos irritados, face aos atritos do dia-a-dia profissional. ²¹⁷ Valentim Gentil *et alli*. *Clomipramine Induced Mood and Perceived Performance Changes in Selected Healthy Individuals*. Departamento de Psiquiatria, Universidade de São Paulo, 2007, mimeo.

²¹⁸ Depois do Prozac, nome comercial da fluoxetina, foram lançados outros antidepressivos ISRSs: Zoloft, Celera, Paxil. A mesma Eli Lilly, proprietária do Prozac, lançou o Sarafem, trata-se da mesma droga, mas com outra campanha que, voltada para o público feminino, promete diminuir a tensão pré-menstrual.

²¹⁹ Cito as observações de Carl Elliott que acrescenta que o fenômeno não é novo, já que, em 1955, nos EUA, foi lançado um tranqüilizante chamado Miltown que, rapidamente, se massificou até ser desbancado pelo Valium em meados de 1960. Carl Elliott & Tod Chambers (orgs.) *op. cit.*, 2004, p. 3.

²²⁰ *Op. cit.* New York: Oxford, 2003.

Bradburry, *Alphaville*, de Jean-Luc Godard etc. Seria o caso de cogitar se a *era antidepressiva* é um pesadelo totalitário metamorfoseado em realidade cotidiana?²²¹

Acreditamos que a busca de pelos remédios se deve à manutenção das fronteiras do “mínimo eu” para usar a expressão de Lasch. Ainda, segundo ele, o sujeito narcísico não pode ser descrito como egocêntrico ou hedonista, pois seu ideal ético se limita à sobrevivência. O atual contexto histórico favorece não o desenvolvimento do indivíduo mas uma “mentalidade sitiada”.

Podemos associar a escalada do consumo de medicamentos psicotrópicos, com o crescimento paralelo do consumo de drogas ilícitas:

as convergências aqui são absolutas existindo apenas variações secundárias entre os projetos do narcotráfico e o da indústria de psicofármacos.²²²

Além dos fármacos, produtos químicos em geral que também prometem alguma alteração psico-física estão fortemente presentes. No grande varejo, os exemplos abundam. Para combater a fadiga e as conseqüências da falta de tempo para se alimentar corretamente, há os polivitamínicos. Para preparar um novo tipo de boêmio para a noite, há os já mais recentes energéticos.²²³ Para o sexo, há o já citado uso indiscriminado de Viagra, presente em todas as idades. A droga, que surgiu para combater a impotência e que prometia uma ‘revolução’ comparada às pílulas anticoncepcionais, se tornou uma forma de inflar indivíduos exauridos. Para o esportista amador, os isotônicos e anabolizantes. Para os atletas profissionais o *doping* genético, de forma que a abolição do *doping* já é tratada como um sonho utópico.

Do sexo ao esporte, já não há nenhum aspecto da vida em que não haja um remédio ou um auxílio químico envolvido.

No bom resumo de Ehrenberg,

Os debates sobre medicamentos psicotrópicos são reveladores da pressão psíquica, [das] exigências de auto-controle que se exercem sobre toda a sociedade, em qualquer um de nós, ainda

²²¹ Em recente produção hollywoodiana - uma ficção científica que faz um pastiche de Matrix - a “resistência” ou os “terroristas”, além do poder central, visa destruir as fábricas de *proziom* (uma clara alusão ao prozac), droga de uso obrigatório num mundo totalitário e lobotomizado. Trata-se de *Equilibrium*, de Kurt Wimmer, 2002.

²²² Cf. Joel Birman. *O mal estar na atualidade – a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243.

²²³ O hábito de ingerir cafeína remonta à Revolução Industrial e está, portanto, associada à disciplina no trabalho, a novidade, portanto, está no uso de cafeína para suportar não o trabalho, mas o tempo livre.

sobre o mais excluído, no momento em que as instituições que eram encarregadas do mal-estar social estão em crise. Mesmo sendo os medicamentos psicotrópicos uma droga, eles já não se encontram na periferia do social. Isto significa que [agora] a droga se encontra em todas as partes, mas sem trazer consigo os medos das drogas ilícitas. Droga mais socializada e menos perigosa que a heroína, em absoluto acompanhada dos fenômenos de violência, de delinquência e de insegurança que a caracterizam. Prolongam de alguma maneira na vida normal, por meio da temática do bem-estar psicológico, o movimento de socialização da drogas induzidas pela contra-cultura que havia tratado de legitimá-las [...]. Se a maconha e o LSD estavam associados à negação do trabalho e à dissidência política, os medicamentos psicotrópicos são meios artificiais de aceitar as obrigações sociais para trabalhar e administrar melhor as relações com o próximo.²²⁴

²²⁴ Alain Ehrenberg. *Los individuos bajo influencia – drogas, alcoholes, medicamento psicotrópicos*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. p. 19.

Considerações finais

O problema de fundo de toda nossa análise é a crise da medida. Mas não apenas, já que as forças da modernização conservadora reagiram em várias frentes para conter os efeitos da crise do valor e, assim, reestabelecer a medida.

Em relação ao mundo do trabalho, essas forças impuseram novas formas de medida para o desempenho, a produtividade e a “qualidade”. O que representa a avaliação individual de desempenho e a qualidade total se não uma tentativa de impor uma medida?

O discurso do capital humano, da responsabilidade e da participação constituem uma forma de implicar o indivíduo, esses termos se impõem e substituem as solidariedades de classe e o sentimento de pertencimento à nação.

Em relação à vida humana, aquelas mesmas forças criaram métodos voltados para a mensuração de afetos, comportamentos e relações humanas. O que é a psiquiatria diagnóstica se não pura medida?

A criação da fluoxetina na década de 1980, veio bem a calhar, a relativa eficiência da nova substância forneceu o instrumento que possibilitava o ajuste à medida.

A simultaneidade dessas mudanças não deixa margens para a dúvida. Esses processos, que atuam em esferas diferentes, seguem um mesmo princípio. Enquanto o capitalismo ia se desorganizando, novas tendências se levantavam para conter os efeitos. Simultaneamente, se configurava outra realidade, essa é a contemporaneidade marcada, de um lado, pela crise e, de outro, pelo controle.

A servidão voluntária, o assédio moral, o esgotamento profissional, a sobrecarga e o estresse pós-traumático não foram criados pelo presente. Essas patologias não apresentam nenhuma especificidade que nos permita falar em “novas psicopatologias”. Não são novas qualidades do presente que permitem, depois de estabelecidos os vínculos entre o social e o psíquico, pensar em “novas psicopatologias.”

Nossa análise foi pautada por um argumento oposto. Os vínculos sociais perdidos deram vazão ao que já existia, mas em menor escala.

A explosão do valor levou consigo uma miríade de instituições, coletivos e nacionalidades que durante o período keynesiano-fordista contiveram o as forças destrutivas do sistema.

O assédio moral, por exemplo, não é nada novo, ele desde sempre foi uma consequência daquilo que Marx chamou de “tirania da fábrica”. Quando Dejours, de forma genérica, fala em “patologias da solidão” para se referir a sobrecarga, assédio etc, ele está descrevendo um processo de perda e não de novidades psicopatológicas. É a perda do viver junto que abre o terreno para as epidemias.

No caso do sofrimento depressivo, capturado pela noção de epidemia depressiva, as razões de sua expansão se devem às características alienantes do mundo do trabalho, dentre elas, a quantificação tem uma importância decisiva.

Como vimos, o sofrimento depressivo é uma reação à alienação no trabalho. O sofrimento aparece quando não são garantidas ao sujeito as condições mínimas para a sua autonomia.

Junto a isso, há outros fatores, quando a dominação política se sobrepõem à exploração econômica, o que se deve à mesma perda de medida, temos como consequência direta o crescimento do assédio moral. Por meio de práticas cotidianas de humilhação é a dignidade do sujeito que é afrontada.

Mas o sofrimento depressivo não pode ser entendido como uma consequência direta da alienação e do assédio. O sofrimento só se instala por completo quando não encontra espaço para ser elaborado e resignificado – outra vez a patologia da solidão, quando não se vislumbra a saída.

Paradoxalmente, o sofrimento depressivo é uma forma de resistência do sujeito face às características alienantes da organização do trabalho, quando não se pode mais distinguir ao certo gerenciamento de ameaça. Foi o que observou Kafka, há cem anos atrás.

Nossa análise do sofrimento depressivo enquanto um sofrimento social relacionado ao trabalho é uma muita modesta contribuição para o debate entre as classes não-proprietárias para que tenha fim tal estado de coisas.

Bibliografia

- APPAY, Béatrice. *La dictature du succès – le paradoxe de l' autonomie contrôlée et de la précarisation*. Paris. Harmattan, 2005.
- ARANTES, Paulo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. Entrevista. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 31(2): 7-18, 2008.
- _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA de PSIQUIATRIA. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, 4a edição, Texto Revisado. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2000.
- BULGUESE, Maria Silvia. *Depressão e Doença Nervosa Moderna*. São Paulo: Via Lettera/Fapesp, 2004.
- CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos – da antipsiquiatria a pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987.
- _____. *A metamorfose da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, Robert e HAROCHE, CLAUDINE. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris: Hachette, 2008.
- _____. *¿La inseguridad social. O que es estar protegido?* Buenos Aires: Manancial, 2003.
- COUPECHOUX, Patrick. *La déprime des opprimés – enquête sur la souffrance psychique em France*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.
- CONRAD, Peter. *The medicalization of society*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. *Conjurer la Violence – travail, violence, sante*. Paris: Payot, 2007.
- _____. *A loucura do trabalho – estudo sobre psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992.
- _____. Prefácio In: Patrick Coupechoux. *La déprime des opprimés – enquête sur la souffrance psychique em France*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.
- EHRENBERG, Alain. *La fatigue d'être soi – depression et société*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998.

- _____ *Les changements de la relation normal pathologique* - à propos de la souffrance psychique et de la santé mentale. Paris: Esprit, Maio de 2004.
- _____ (org.) *Individuos bajo influencia* – drogas, alcoholes, medicamentos psicotrópicos. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.
- _____ *Le culte de la performance*. Paris: Hachette, 2005.
- _____ *L'individu incertain*. Paris: Hachette, 2005.
- FONTENELLE, Isleide. *O nome da marca*. McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____ *Humanidade espetacular: emancipação ou auto-destruição virtual?* Margem Esquerda, v. 4, p. 163-174, 2004.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. In. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2006, vol. II.
- _____ *Luto e melancolia*. In. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2006, vol. II.
- _____ *El malestar en la cultura*. In. Obras Completas: Buenos Aires, El Ateneo, 2003, vol. III.
- GORZ, André. *O imaterial* - conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna* – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HEALY, David. *The antidepressive era*. Boston: Harvard University Press, 1998.
- _____ *Let them eat prozac* – the unhealthy relationship between the pharmaceutical industry and depression. New York: New York University Press, 2004.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos* – o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento* – A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HORVITZ, Allan. *Creating Mental Illness*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- _____ *The lost of sadness*. New York. Oxford University Press, 2007.
- IMBRIZI, Maria Jaquelina. *A formação do indivíduo no capitalismo tardio*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão* – a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

- JÜNGER, Ernest. A mobilização total. *Revista Natureza Humana* 4(1): 189-216, jan.-jun. São Paulo, 2002.
- _____. *El trabajador – dominio e figura*. Barcelona: Tusquets Editores, 2003.
- LANCMAN, Selma e SZNELWAR, Laerte (orgs.). *Christophe Dejours - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo – a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- _____. *O mínimo eu – sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. Boitempo: São Paulo, 2007.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2004.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- NASCIMENTO, Rodnei A. *Formas da subsunção do trabalho no capital: subsunção formal, real e intelectual*. Tese de Doutorado. Departamento de Filosofia, FFLCH-USP, 2006.
- PAOLI, Maria Célia. e RIZEK. Cibele Saliba. (2007) Depois do desmanche. In. (Orgs.) Francisco de OLIVEIRA e Cibele S. RIZEK. *A era da indeterminação* (Apresentação, pp 7-11). São Paulo: Boitempo.
- PELBART, Peter Pál. *Vida Capital – ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PIGNARRE, Philippe. *Comment la dépression est devenue une épidémie*. Paris: Hachette Littérature, 2003.
- _____. *Les malheurs des psys: psychotropes et médicalisation du social*. Paris: Éditions La Découverte, 2007.
- RENAULT, Emmanuel. *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Decouverte, 2008.
- _____. *L'expérience de l'injustice: reconnaissance et clinique de l'injustice*. Paris: La Decouverte, 2004.
- RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2005.
- SAFATLE, Vladimir. Depois da culpabilidade: um supereu para a sociedade de consumo. In: Dunker, Christian. (Org.); PRADO, José (Org.). *Zizek Crítico - política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker, 2005.

- SALOMON, Jean Claude. *Le complexe medico-industrial*. Paris: ATTAC/Mille Et Une Nuits, 2005.
- SANTANA, Vilma Sousa et al . Acidentes de trabalho: custos previdenciários e dias de trabalho perdidos. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 6, dez. 2006 .
- SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. São Paulo: Cortez/ Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- _____. *Psicopatologia e Saúde Mental no Trabalho*. In: MENDES, R. Patologia do Trabalho , Vol. II , Rio de Janeiro, Atheneu, 2003. pp. 1141-1182.
- _____. Precarização da saúde mental no trabalho precarizado. Inédito, 2009.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter – as conseqüências pessoais do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro; Record, 2006.
- SZNELWAR, Laerte. Ergonomia e psicodinâmica do trabalho: um diálogo possível e desejável. In: Ana Magnólia Mendes; Suzana Canez da Cruz Lima; Emílio Peres Facas. (Org.). *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2007.
- SZNELWAR, Laerte e LANCMAN, Selma (orgs.). *Christophe Dejours - da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2008.
- SZNELWAR, Laerte (org.); ZIDAN, LEILA. (org.). *Trabalho Humano com Sistemas Informatizados no Setor de Serviços*. São Paulo: Editora Plêide, 2000.
- SZNELWAR Laerte e MASSETTI, Morgana. Agressões ao corpo e/ou sofrimento psíquico? Um estudo construído a partir da experiência de trabalhadores com LER/Dort. *Travailler* 2002/2, N° 8, p. 153-176.
- THÉBAUD-MONY, Annie. *Travailler peut nuire gravement à votre santé*. Paris: La Decouverte, 2007.

Filmografia

- BAGAÇO. Direção: Maria Luisa Mendonça e Thalles Gomes. Brasil, 2006, (25 min.).
- A CLASSE operária vai ao paraíso. Direção: Elio Petri. Itália, 1971 (126 min.).
- CRONICAMENTE inviável. Direção: Sérgio Binachi. Brasil, 2000 (101 min.).

DANÇANDO com o diabo. Direção: Jon Blair. Reino Unido, 2009 (101 min.).
O GRANDE chefe. Direção: Lars von Trier. Dinamarca, 2006 (99 min.).
J'AI (TRÈS) MAL au travail. Direção: Jean-Michel Carré. França, 2006 (90 min.).
ILS NE MOURAIENT pas tous mais tous étaient frappés. Direção: Marc-Antoine Roudil e Sophie Bruneau, França, 2005 (80 min.).
LA MISE à mort au travail. Direção: Jean-Robert Viallet. França, 2009 (68 min.).
A PONTE. Direção: Eric Steel, Inglaterra, 2006 (93 min.).
TEMPOS modernos. Direção: Charles Chaplin. EUA, 1936 (87 min.).
WORKINGMAN ´S Death. Direção: Michael Glawogger, Áustria/Alemanha, 2005, (122 min.).